



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

**DISCURSOS, MÍDIAS E DISPUTAS:
O caso do “Movimento Estudantil Secundarista” (2015-2016)**

São Carlos
2022



Universidade Federal de São Carlos

MARIANA MORALES DA SILVA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**DISCURSOS, MÍDIAS E DISPUTAS:
O caso do “Movimento Estudantil Secundarista” (2015-2016)**

Mariana Morales da Silva
Bolsista: Capes-DS/Capes-PrInt

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de doutora em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Leiser
Baronas

São Carlos, São Paulo – Brasil

2022





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Mariana Moraes da Silva, realizada em 24/02/2022.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas (UFSCar)

Profa. Dra. Cristiane Pereira Dias (UNICAMP)

Profa. Dra. Julia Lourenço Costa (USP)

Profa. Dra. Mariana Luz Pessoa de Barros (UFSCar)

Profa. Dra. Ligia Mara Boin Menossi de Araujo (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Morales da Silva, Mariana

Discursos, Mídias e Disputas: O caso do "Movimento Estudantil Secundarista" (2015-2016) / Mariana Morales da Silva -- 2022.
146f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos,
campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Roberto Leiser Baronas
Banca Examinadora: Cristiane Pereira Costa Dias, Julia
Lourenço Costa, Mariana Luz Pessoa de Barros, Lígia
Mara Boin Menossi de Araujo
Bibliografia

1. Linguística . 2. Linguagem. 3. Análise do Discurso. I.
Morales da Silva, Mariana. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325

Aos estudantes
Que apesar de tudo
Ainda resistem

AGRADECIMENTOS

À minha família, rede fundamental de afeto, apoio e motivação, razão primordial que me permitiu chegar nesta etapa e almejar seguir. Aos meus pais, Maria Cristina e Luiz Eduardo, pelo apoio incondicional. Ao meu companheiro de vida, Nicolás Emanuel, por seu exemplo diário de dedicação, compromisso e amor. Agradeço todos os dias pela companhia e acompanhamento único que você me oferece nessa jornada da vida. À nossa filha, Maria Ada, que, enquanto escrevo, nada pulsando alegria em meu ventre. Aos meus sogros, Carmen e Luis, e à minha cunhada Marisol, pelo acolhimento e acompanhamento tão amorosos.

Ao meu orientador Roberto Baronas, quem inspira pela escrita, pelos encontros que promove, pelos debates que engendra, pelos projetos que (re)unem Ciência, responsabilidade social, crítica política e afetos solidários.

A todo o grupo de pesquisa e estudos LEEDiM/CNPq, por serem sempre resistência juntos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, pelo apoio financeiro - nacional e internacional (Capes-DS, financiamento 001 e Capes-PrInt) - e pela compreensão de que nos tempos outros, nos quais vivemos, manter as bolsas de investigação salvam não só as pesquisas, mas a possibilidade de futuro e a vida presente.

À coordenação e secretaria do PPGL-UFSCar, nas figuras de todas e de todos coordenadores que exerceram a função durante a realização deste doutorado. Roberto L. Baronas, Vanice Sargentini, Oto Vale, Cleber Conde e respectivas e respectivos vice-coordenadores e à nossa tão disposta secretária Vanessa Rodrigues. Agradeço o compromisso com o corpo discente, pela compreensão de que as políticas de permanência estudantil são basilares para a construção da Ciência, que, em nosso país atual, é tão recortada e dilacerada.

Ao professor Teun A. van Dijk pela generosidade dos encontros, escuta e partilha. Agradeço por ter me recebido na *Universitat Pompeu Fabra* em Barcelona e em seu centro de investigação, *Centre of Discourse Studies*, com uma biblioteca inteira à disposição a todos que investigam discursos.

À comissão que compõem a banca de avaliação de defesa deste doutorado, Cristiane Dias, Julia Lourenço, Lígia Menossi e Mariana Luz Barros, pela qualidade da Ciência que produzem. Mulheres, mães, madrastas, feministas, docentes, pesquisadoras que inspiram e abrem caminhos para as que estão e virão.

Às amigas e aos amigos, com quem compartilho doses necessárias de risos, mesmo entre lágrimas, livros e referências, esperança e resistência. Lilian Carvalho, Mariana Rosa, Jorcemara Cardoso, Tabata Quintana, Débora Massetto, Camila Carvalho, Larissa Montel, Lívia De Melo, Maria Luisa Diaz, Yades Vanessa, Lucia de la Presa, Cassiano Uberti, José Faustino, Joaquim Faria e Paulo Magalhães. Que o dia que possamos voltar a nos abraçar esteja cada vez mais perto.

À grande amiga que trouxe alegria e riso solto nos dias morosos de confinamento, minha querida pequena Elna. Agradeço o afeto mais sincero e puro recebido nos encontros tão esperados nas praças de Girona, regados a sorvete de morango e chocolate, corre-corre, bola e pique-esconde.

EPÍGRAFE

Hay días en que me levanto con una esperanza demencial, momentos en los que siento que las posibilidades de una vida más humana están al alcance de nuestras manos. Éste es uno de esos días. Y, entonces, me he puesto a escribir (...)

La resistencia,
Ernesto Sabato

RESUMO

DISCURSOS, MÍDIAS E DISPUTAS: o caso do “Movimento Estudantil Secundarista” (2015-2016).

Esta tese de doutorado filiada à Análise do Discurso de matriz francesa busca compreender a complexa disputa discursiva sobre um acontecimento histórico na contemporaneidade, ou, então, na chamada era digital. Historicamente, as mídias tradicionais de comunicação (FIORIN, 2014; MAINGUENEAU, 2013; CHARAUDEAU, 2019; BARROS FILHO; PRAÇA, 2014; ALBUQUERQUE, 2014; BORELLI; PREIRA, 2014; FAUSTO NETO, 2014; SILVA, 2014), pelo poder de disputar a opinião pública têm exercido grande influência sobre um acontecimento discursivo. Porém, atualmente, com o advento da web 2.0, das mídias digitais (CASTELLS, 2002; RECUERO, 2014; PAVEAU, 2021), novas formas de participação se instauraram (PAVEAU; LOURENÇO; BARONAS, 2021) e novos atores entram na disputa do dizer. Sujeitos individuais e coletivos encontram nas redes sociais digitais espaços outros para dizer e disputar sintagmas, sentidos, imaginários atuando, assim, na construção, atualização, reformulação e ressignificação de um acontecimento. O estudo traz como interesse a disputa ideológico-discursiva sobre o acontecimento histórico e discursivo das ocupações das escolas paulistas dentro do contexto do movimento estudantil secundarista (ORTELLADO, 2016; CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; GOHN, 2017; ANJOS; TELLES, 2019; MAIA; TELLES, 2018) quando contra a proposta de reorganização das escolas paulistas proposta pelo governo de Geraldo Alckmin (PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016), que pela polêmica discursiva instaurada é discursivizada, ora como ocupação, ora como invasão conforme distintos atores sociais (EZEQUIEL, 2019; ALTHEMAN, 2017; MENEZES; GOMES, 2016; VIZIBELI, 2016). Nesse sentido, o estudo se constrói em torno da seguinte questão de pesquisa: como a relação do movimento estudantil secundarista de 2015-2016 com o espaço digital permitiu a construção de um discurso sobre as ocupações das escolas e dos protestos de rua em uma co-construção (muitas vezes tensa) com as mídias tradicionais de comunicação? A pesquisa tem, então, como objetivo geral compreender como se organizam tanto os discursos das mídias tradicionais como os discursos do movimento estudantil secundarista nas mídias digitais, em uma relação de mútua afetação. Nesse sentido, não se trata de um estudo comparativo, mas de um estudo que visa a perspectiva relacional e interacional dos discursos. Para tanto, são analisadas, no recorte temporal de outubro de 2015 a janeiro de 2016, matérias sobre as ocupações e a atuação do movimento no jornal Folha de S. Paulo, tido neste estudo como representante das mídias tradicionais de comunicação, assim como páginas e publicações do movimento na rede social digital Facebook a partir, principalmente, das contribuições sobre polêmica em Amossy (2017) e em Maingueneau (2005). O estudo tem como hipótese que o movimento se inscreve nas redes sociais digitais em forte relação com o espaço urbano disputando o lugar discursivo de noticiadores das ocupações, em resposta ao discurso e imaginário construído pelas mídias tradicionais de comunicação, que, por sua vez, é tensionado pelos discursos do movimento. Pela investigação, verifica-se que embora as mídias tradicionais de comunicação reformulem seu discurso, passando ao uso exclusivo do termo “ocupação”, o faz no sentido da interincompreensão regrada (MAINGUENEAU, 2005), esvaziando os sentidos reivindicados e atualizados pelo movimento. Deste modo, o estudo conclui que o discurso digital do movimento se edifica na co-construção tensa e disruptiva com o discurso das mídias tradicionais, levando a uma tensão e disputa, (des)crystalização, atualização e reformulação das narrativas sobre acontecimento discursivo e, por conseguinte, constrói uma memória outra para o movimento estudantil.

Palavras-chave: Linguagem. Análise do Discurso. Mídias tradicionais de comunicação. Mídias digitais. Movimento Estudantil Secundarista.

DISCURSOS, MEDIOS Y DISPUTAS: el caso del “Movimiento Estudiantil Secundario” (2015-2016)

Esta tesis doctoral afiliada al Análisis del Discurso de base francesa busca comprender la compleja disputa discursiva sobre un acontecimiento histórico en la época contemporánea, o en la llamada era digital. Históricamente, los medios de comunicación tradicionales (FIORIN, 2014; MAINGUENEAU, 2013; CHARAUDEAU, 2019; BARROS FILHO; PRAÇA, 2014; ALBUQUERQUE, 2014; BORELLI; PREIRA, 2014; FAUSTO NETO, 2014; SILVA, 2014), por el poder de disputar la opinión pública han ejercido una gran influencia sobre los acontecimientos discursivos. Sin embargo, en la actualidad, con el advenimiento de la web 2.0, los medios digitales (CASTELLS, 2002; RECUERO, 2014; PAVEAU, 2021) han instaurado nuevos modos de participación (PAVEAU; LOURENÇO; BARONAS, 2021) y, en consecuencia a esto, nuevos actores entran en la disputa por el decir. Sujetos individuales y colectivos encuentran en las redes sociales digitales, otros espacios para decir y disputar sintagmas, significados, imaginarios, actuando así en la construcción, actualización, reformulación y resignificación de un acontecimiento. El presente estudio se interesa por la disputa ideológico-discursiva sobre el acontecimiento histórico y discursivo de las ocupaciones de escuelas en São Paulo en el contexto del movimiento estudiantil de la secundaria (ORTELLADO, 2016; CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; GOHN, 2017; ANJOS; TELLES, 2019; ; MAIA; TELLES, 2018) cuando dicho movimiento se planta en contra el plan de reorganización de las escuelas de la provincia de São Paulo, propuesto por el gobierno de Geraldo Alckmin (PIOLLI, PEREIRA y MESKO, 2016). Debido a la polémica discursiva establecida en dicho contexto, la acción del movimiento es discursivizada como ocupación, o como invasión según diferentes actores sociales (EZEQUIEL, 2019; ALTHEMAN, 2017; MENEZES; GOMES, 2016; VIZIBELI, 2016). En este sentido, el estudio se construye alrededor a la siguiente pregunta de investigación: cómo la relación del movimiento estudiantil de secundaria de 2015-2016 con el espacio digital le permitió la construcción de un discurso sobre las ocupaciones escolares y protestas callejeras en una co-construcción (muchas veces tensionadas) con los medios tradicionales de comunicación? La investigación tiene, por tanto, el objetivo general de comprender cómo tanto los discursos de los medios tradicionales como los discursos del movimiento estudiantil de la secundaria se organizan en los medios digitales en una relación de afectación mutua. En este sentido, no se trata de un estudio comparativo, sino de un estudio que apunta a la perspectiva relacional e interaccional de los discursos. Para ello, se recopiló materias periodísticas sobre las ocupaciones y el desempeño del movimiento en el periódico Folha de S. Paulo –considerado en esta investigación, como representante de los medios tradicionales de comunicación, en el recorte temporal de octubre de 2015 a enero de 2016, así como también páginas y publicaciones del movimiento en la red social digital Facebook, basadas principalmente en aportes sobre la polémica en Amossy (2017) y en Maingueneau (2005). El estudio plantea la hipótesis de que el movimiento se inscribe en las redes sociales digitales en fuerte relación con el espacio urbano, disputando el lugar discursivo de los periodistas de las ocupaciones, en respuesta al discurso e imaginario construido por los medios de comunicación tradicionales, que a su vez, se tensiona por los discursos del movimiento. A través de la investigación, se verifica que si bien los medios tradicionales de comunicación reformulan su discurso, pasando al uso exclusivo del término “ocupación” en sus materias periodísticas, lo hacen en el sentido de interincomprensión reglada (MAINGUENEAU, 2005), vaciando los sentidos reivindicados y actualizados por el movimiento. De esta forma, el estudio concluye que el discurso digital del movimiento se construye a partir de la co-construcción tensa y disruptiva con el discurso de los medios tradicionales, lo que lleva a la tensión y disputa, (des)cristalización, actualización y reformulación de narrativas sobre acontecimientos discursivos y, por lo tanto, construye otra memoria para el movimiento estudiantil.

Palabras clave: Lenguaje. Análisis del Discurso. Medios tradicionales de comunicación. Medios digitales. Movimiento Estudiantil de la Secundaria.

ABSTRACT

DISCOURSES, MEDIAS AND DISPUTES: the case of the “High Scholars Movement” (2015-2016)

This doctoral thesis affiliated to the Discourse Analysis in a French based seeks to understand the complex discursive dispute about a historical event in contemporary times, or in the so-called digital age. Historically, traditional communication media (FIORIN, 2014; MAINGUENEAU, 2013; CHARAUDEAU, 2019; BARROS FILHO; PRAÇA, 2014; ALBUQUERQUE, 2014; BORELLI; PREIRA, 2014; FAUSTO NETO, 2014; SILVA, 2014), by the power of disputing public opinion have exerted a great influence on a discursive event. However, currently, with the advent of web 2.0, the digital media (CASTELLS, 2002; RECUERO, 2014; PAVEAU, 2021) have been established new forms of participation (PAVEAU; LOURENÇO; BARONAS, 2021) and so, new actors enter the dispute over to the right of speak. Individual and collective subjects find in digital social networks, other spaces to speak and dispute syntagms, meanings, imaginaries, thus acting in the construction, updating, reformulation and resignification of an event. The study is interested in the ideological-discursive dispute about the historical and discursive event about the occupations of schools in the state of São Paulo within the context of the high scholars movement (ORTELLADO, 2016; CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; GOHN, 2017; ANJOS; TELLES, 2019; MAIA; TELLES, 2018) when it was against the plan to the reorganization of schools in São Paulo proposed by the government of Geraldo Alckmin (PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016), which, due to the discursive polemic established, was discursivised either as an “occupation”, or as an “invasion” according to different social actors. (EZEQUIEL, 2019; ALTHEMAN, 2017; MENEZES; GOMES, 2016; VIZIBELI, 2016). In this sense, the study is built around the following research question: how the relationship of the high scholar movement of 2015-2016 with the digital space allowed it to the construction of a discourse about its school occupations and street protests in a co-construction (often tense) with traditional media of communication? The research has, therefore, as a general objective to understand how both the discourses of traditional media and the discourses of the high scholars movement are organized in digital media, in a relationship of mutual affectation. In this sense, this is not a comparative study, but a study that aims at the relational and interactional perspective of discourses. For that, in the time frame from October 2015 to January 2016, news about the occupations and the performance of the movement in the Folha de S. Paulo journal - considered in this study as a representative of traditional media of communication – were analyzed as well as pages and publications of the movement on the digital social network Facebook, based mainly on contributions about polemics in Amossy (2017) and Maingueneau (2005). The study hypothesizes that the movement inscribe itself in digital social networks in a strong relationship with the urban space, disputing the discursive place of news teller of the occupations, in response to the discourse and imaginary constructed by traditional communication media, which in turn, is tensioned by the discourses of the social movement. Through the investigation, it was noted that although the traditional media of communication reformulated their discourse, passing to the exclusive use of the term “occupation”, it does so in the sense of regulated inter-incomprehension (MAINGUENEAU, 2005), emptying the meanings claimed and updated by the social movement. In the other hand, the study concludes that the digital discourse of the social movement is built on the tense and disruptive co-construction with and against the discourse of the traditional media, leading to tension and dispute, (de)crystallization, updating and reformulation of narratives about discursive events and, therefore, it builds another memory for the student movement.

Key-words: Language. Discourse analysis. Traditional media of communication. Digital media. High Scholars Movement.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Meme “invasão é o caraio, é ocupação porra!!!”	64
Imagem 2: Foto de ato contra a proposta de reorganização das escolas paulistas divulgada em matéria do jornal Folha de S. Paulo.....	74
Imagem 3: “Suspensão não! Revogação!” foto de ato contra a proposta de reorganização das escolas paulistas publicada no jornal Folha de S. Paulo em 09 de dezembro de 2016.	87
Imagem4: Foto de protesto em avenida da cidade de São Paulo contra a proposta de reorganização das escolas paulistas divulgada no dia 03 de dezembro de 2016.	88
Imagem 5: Foto de protesto contra a proposta de reorganização das escolas paulistas com marcas de violência policial publicada no dia 03 de dezembro de 2015.....	90
Imagem 6: Foto de protesto contra a proposta de reorganização das escolas paulistas na qual se vê estudantes fugindo após ação violenta da polícia em matéria publicada também no dia 03 de dezembro de 2015.....	91
Imagem7: captura de tela da página inicial de “Secundaristas em Luta de São Paulo” na rede social digital Facebook.	104
Imagem 8: captura de tela de publicação da página normativa “Secundaristas em Luta de São Paulo” sobre seu processo de nomeação e renomeações.....	105
Imagem 9: Captura de tela de publicação da página normativa “Secundaristas em Luta de São Paulo”: comunicado oficial.	107
Imagem 10: captura de tela da página inicial da página da rede social Facebook “Não Fechem Minha Escola”.	108
Imagem 11: captura de tela da seção sobre da página aglutinadora “O Mal Educado”.....	111

Imagem12: Captura de tela de republicação feita pela página diário de ocupação “Ocupa E.E. Diadema” de publicação originalmente divulgada na página aglutinadora “O Mal Educado”.	113
Imagem 13: Captura de tela “informações” da página diário de ocupação “Ocupa E. E. Diadema” relativa ao histórico de nomeações da página digital.	116
Imagem 14: Coleção de capturas de telas de três publicações da página diário de ocupação “Ocupação E.E. Salvador Allende” com registros diários da atividade de integrantes de ocupação.	118
Imagem 15: Captura de tela da página “sobre” do evento Vandalismo Cultural divulgado na rede social Facebook.	122
Imagem 16: Captura de tela da página “sobre” do evento Virada Ocupação divulgado na rede social Facebook.	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Levantamento da cobertura do jornal Folha de S. Paulo entre outubro de 2015 a janeiro de 2016 sobre a proposta de reorganização das escolas paulistas e o movimento estudantil secundarista.....70

Gráfico 2: Frequência de matérias por semana na cobertura do jornal Folha de S. Paulo entre outubro de 2015 e janeiro de 2016.71

Gráfico 3: Levantamento da cobertura do jornal Folha de S. Paulo referente ao mês de novembro de 2015: destaque para os usos dos termos “invasão”, termos que sugerem um efeito de sentido de neutralidade e “ocupação”.....96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação das matérias na cobertura da Folha de S. Paulo de 25 de outubro a 31 de outubro de 2015: primeiro auge de matérias sobre a proposta da reorganização das escolas paulistas e dos protestos contra tal proposta.....71

Tabela 2: Relação das matérias na cobertura Folha de S. Paulo de 08 de novembro de 2015 a 14 de novembro de 2015: segundo auge de matérias sobre as ocupações das escolas em forma de protesto contra a proposta de reorganização das escolas paulistas.75

Tabela 3: Relação das matérias na cobertura Folha de S. Paulo de 29 de novembro a 05 de dezembro de 2015: terceiro auge de matérias sobre a intensificação dos protestos de rua a favor das ocupações e contra a proposta de reorganização das escolas paulistas.81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1: LINGUAGEM, DISCURSO E MÍDIAS DE COMUNICAÇÃO: MÍDIAS TRADICIONAIS E DIGITAIS A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO	24
1.1. O questionamento às mídias tradicionais pela Análise do Discurso	30
1.2. As mídias digitais pela perspectiva da Análise do Discurso Digital	35
CAPÍTULO 2: MOVIMENTO SOCIAL, MÍDIAS E POLÊMICAS DISCURSIVAS: A RELAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA 2015-2016 COM AS MÍDIAS TRADICIONAIS E DIGITAIS	43
2.1. A noção de polêmica a partir da Análise do Discurso: contribuições de Amossy e Maingueneau	53
2.2. A relação polêmica do movimento estudantil secundarista com as mídias tradicionais e digitais	59
CAPÍTULO 3: INVASÃO OU OCUPAÇÃO? EFEITOS DE SENTIDOS FABRICADOS PELAS MÍDIAS TRADICIONAIS SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA	66
3.1. A constituição das disputas discursivas: os binômios significantes que marcaram a cobertura midiática sobre o movimento estudantil secundarista	69
3.2. As marcas da polêmica: uma análise pautada em Amossy e Maingueneau	92
CAPÍTULO 4: OCUPAÇÃO DIGITAL: O CONTRA-DISCURSO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS	100
4.1. As páginas digitais da rede social Facebook dedicadas ao movimento estudantil secundarista (2015-2016)	102
4.1.1 Páginas normativas: o efeito de sentido de unidade.....	103
4.1.2 Páginas aglutinadoras: os efeitos de comunidades discursivas e de memória coletiva	107
4.1.3 Páginas diários de ocupação: a disputa pelo lugar enunciativo de jornalista e o direito de noticiar as ocupações	115
4.2 Estratégias discursivas antagônicas: uma análise de dois eventos conforme a perspectiva da ressignificação em contexto digital	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.....	143
REFERÊNCIAS CONSULTADAS.....	146

INTRODUÇÃO

Acontecimento histórico e acontecimento discursivo são dois conceitos especialmente caros aos estudos da Análise do Discurso e apresentam uma forte relação entre si. Segundo Pêcheux (2009), um fato nada mais é que um fato em si, um fenômeno que, a partir do momento em que é dito, deixa de ser o fato e passa a ser discurso. E todo discurso é enunciado a partir de uma posição que, por mais que se queira, não é neutra.

O discurso constituído pela linguagem, qualquer que seja ela, palavra, escrita, canção, grito, imagem, pintura, cinema, literatura, conversa cotidiana etc., é inevitavelmente atravessado por outros discursos. É constitutivamente interpelado pela ideologia. E, por isso, não é transparente. Não se sustenta em uma relação ilusória direta, na qual um sujeito enuncia uma mensagem, na posição de emissor, fazendo uso de algum canal de comunicação para transmitir determinada informação imparcial, de forma linear, a um outro sujeito receptor, como previam as teorias tradicionais de comunicação.

Pelos estudos discursivos compreendemos que o discurso sempre materializa, de forma mais ou menos explícita/implícita, uma tensa disputa de poder. Relação conflituosa que pode ser traduzida, em um de seus aspectos, pela seguinte indagação: quem pode falar? Ou, então, podemos aprofundar ainda mais a crítica ao tomar emprestada a indagação afiada de Spivak (2010): “pode o subalterno falar?”

Reconhecemos que existe uma distribuição desigual de poder entre sujeitos que enunciam. Na relação de interlocução projetamos imagens, a partir de imaginários coletivos do que se espera de cada situação enunciativa, de como se pensa cada posição social e discursiva. O que se pode ou não dizer a partir de qual posição? Quem pode enunciar? Com qual nível de visibilidade pode fazê-lo? Em quais situações/espacos é permitido e possível dizer?

Historicamente, esse direito é reservado em maior escala às mídias tradicionais de comunicação. Muitas das quais, revestidas da posição social-discursiva com função de informar (CHARAUDEAU, 2019), produzem um discurso jornalístico com certas características e padrões que sugerem um imaginário, que já sabemos ser ilusório, de imparcialidade e de neutralidade.

E mais do que isso, constroem um imaginário coletivo de que o que ali se diz trata-se da verdade. Legitimando-se como os principais sujeitos detentores do poder sobre a discursivização de um acontecimento histórico, como se a sua discursivização fosse a verdade e a forma como elege para discursivizar o acontecimento fosse a única possível.

Assim, entendemos que historicamente, o discurso jornalístico (MAINGUENEAU, 2013) foi tido como o tipo discursivo (MAINGUENEAU, 2008) privilegiado para a construção dominante da discursivização de um acontecimento. Devido ao advento da imprensa que permitiu a impressão em série de tiragens de jornais diários e ao advento da televisão (CARLÓN, 2004), o discurso jornalístico configurou-se como o lugar discursivo de construção de narrativas desde uma determinada perspectiva, em geral, alinhada à ideologia dominante.

Porém, com o advento da web, em especial da web 2.0, conhecida também como web participativa (PAVEAU, 2021a)¹, assistimos a uma intensificação do tensionamento dessa disputa discursiva como partícipes do esfumaçamento das fronteiras antes mais rigorosamente marcadas entre quem podia dizer e quem era objeto do dizer do outro. Outros sujeitos entram em cena (CASTELLS, 2002) por meio, sobretudo, do funcionamento e das possibilidades das redes sociais digitais, para disputar o direito de enunciar. Reivindicando determinados temas esquecidos, sentidos silenciados, construindo, assim, contra-narrativas em uma relação tensa com as construídas pelas mídias tradicionais.

É nesse contexto que este estudo se situa. Na busca em compreender a complexa construção da memória sobre um acontecimento histórico-discursivo na contemporaneidade, mais especificamente, na relação da web 2.0. Interessa-nos como a possibilidade aberta pelo digital permite a um movimento social reivindicar o direito de construir suas narrativas, incidindo de um modo outro na construção dos efeitos de sentido em disputa com as mídias tradicionais de comunicação.

Elegeu-se, para este estudo, o movimento estudantil secundarista contemporâneo brasileiro, especificamente no período inicial de suas lutas de 2015 e 2016. Na cidade de São

¹ Paveau (2021a) em seu livro de edição brasileira “Análise do Discurso Digital: dicionário das formas e das práticas”, por um lado, marca a diferença dos termos “internet” e “web”, e, por outro, descreve brevemente a evolução estrutural da web, imprescindível para situarmos nosso estudo. Segundo a autora: “[...] a internet (*Inter Network*), surgida no final dos anos 1960, é uma rede que conecta os computadores entre si em nível mundial. Essa rede disponibiliza diversos serviços: o compartilhamento de arquivos, a mensagem instantânea, a telefonia, o envio de correio eletrônico e a web. A web (*World Wide Web*), criada em 1989-1990, é, portanto, um serviço, uma aplicação da internet, e não coincide com ela” (PAVEAU, 2021a, p. 34). Sendo assim, neste estudo, internet e web não são assumidos como sinônimos e escolhemos fazer uso do termo web, mais especificamente web 2.0, e em momentos pontuais web 1.0, haja vista que a autora afirma, na sequência, em relação à web: “Há uma história definida pelas evoluções estruturais que, normalmente, é marcada por números: a web 1.0, ou web estática, desenvolvida nos anos 1990, conecta as informações e está assentada no sistema ‘push’ de distribuição da informação (é a web dos portais de informações e dos fóruns); a web 2.0, web social ou participativa, surgida no início dos anos 2000, conecta as pessoas e baseia-se na interação multi-agentes (é a web das redes sociais e do compartilhamento multimidiático); a web 3.0, web dos dados ou web semântica, que emerge no início dos anos 2010, assentada na curadoria, isto é, na coleta e na organização de dados, organiza a web armazenando dados graças a metadados e privilegia as conexões móveis; falamos atualmente na emergência, para o ano de 2020, de uma web 4.0, web inteligente ou metaweb, que integraria uma dimensão conectada ao conjunto dos elementos do nosso ambiente de vida.” (Idem, pp. 34-35).

Paulo, o movimento estudantil secundarista tomou expressiva visibilidade midiática (MENEZES; GOMES, 2016; EZEQUIEL, 2019), sobretudo, a partir das práticas disruptivas de ocupações das unidades escolares (ALTHEMAN, 2017) da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo, com forte incidência na capital do estado, contra a proposta de reorganização das escolas paulistas² (PIOLLI et al, 2016). O movimento expandiu-se para todo o estado de São Paulo até ganhar projeção nacional, com escolas ocupadas em diferentes estados do país.

A continuidade do movimento se deu devido, dentre diversas questões que concernem à luta pela qualidade do ensino público, à alimentação escolar, em atos contra o que ficou conhecido como a CPI da merenda³ até a demanda nacional em favor da escola pública e contra o PL Escola Sem Partido⁴ (GOHN, 2017) e em contra a Reforma do Ensino Médio⁵ (PIOLLI; SALA, 2019).

Assim, neste estudo, entendemos que o movimento estudantil secundarista brasileiro contemporâneo pode ser marcado por quatro momentos. O primeiro, situado no contexto das escolas públicas de ensino regular do estado de São Paulo, quando o movimento emergiu contra a proposta de reorganização das escolas paulistas. O segundo, ainda situado no estado de São Paulo, abrangeu também as escolas públicas de ensino técnico, quando da CPI da merenda que investigou desvio de verba pública estadual destinada à compra de alimentos escolares. Esses dois momentos estão localizados durante a gestão do governo de Geraldo Alckmin. O terceiro momento, já de âmbito nacional, que envolveu o levante do movimento em distintos estados do país, cada qual com sua demanda local e também com a demanda

² Segundo moção contra a reorganização das escolas estaduais de São Paulo emitida pela Faculdade de Educação da UNICAMP, a proposta de reestruturação escolar veio a público, via impressa, em 23 de setembro de 2015, sem que, contudo, o documento da proposta fosse divulgado para apreciação. De acordo com a moção, os motivos para a reestruturação foram apresentados aos profissionais da rede estadual de ensino por videoconferência elencando duas justificativas: 1) Escolas com ciclo único teriam melhor rendimento conforme índices de desempenho em avaliações externas, como SARESP e Prova Brasil; 2) Haveria um decréscimo da população em idade escolar no Estado de São Paulo devido à alteração da pirâmide etária. Com isso, unidades escolares passariam a oferecer ciclos únicos e a consequência divulgada na proposta seria a realocação de professores e alunos. Porém, conforme essa mesma moção da FE-UNICAMP, o impacto imediato não seria apenas aquele, pois implicaria, também, o fechamento de salas de aulas e até de unidades escolares inteiras, mantendo o modelo de 35 alunos por sala no Ensino Fundamental e 40 no Ensino Médio, além de jornada de trabalho excessiva para os professores.

³ Denúncia de suspeita de fraude na compra do alimento para a merenda escolar no estado de São Paulo, envolvendo governo estadual e prefeituras.

⁴ Projeto de Lei número 193/2016 proposto por grupos conservadores apoiadores de políticas neoliberais da Educação que pediam sua inclusão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Proposta esta que posteriormente foi considerada como inconstitucional pelo Ministério Público Federal.

⁵ A Reforma do Ensino Médio proposta pelo governo interino de Michel Temer previa a profissionalização do ensino médio com redução da carga horária de disciplinas obrigatórias afetando a qualidade da formação de estudantes e diminuindo as jornadas de trabalho dos professores que seriam obrigados a assumir classes em distintas escolas tendo em vista completar suas jornadas.

nacional contra o PL Escola Sem Partido. E, finalmente, o quarto momento, já durante o governo interino de Michel Temer, após o golpe de 2016, em oposição à proposta da Reforma do Ensino Médio. Marcamos que nosso estudo se situa especificamente no primeiro momento do movimento, haja vista que permite a identificação e compreensão dos processos que estruturaram o discurso digital do movimento.

Tendo esse movimento como referência, situado em seu primeiro momento, o presente estudo se constrói em torno da seguinte questão de pesquisa: como a relação do movimento estudantil secundarista de 2015-2016 com o espaço digital permitiu a construção de um discurso sobre as ocupações das escolas e dos protestos de rua em uma co-construção (muitas vezes tensa) com as mídias tradicionais de comunicação? A pesquisa tem, então, como objetivo geral compreender como se organizam os discursos digitais do movimento estudantil secundarista nas redes sociais digitais na relação com os discursos das mídias tradicionais, em especial na disputa sobre as narrativas sobre as ocupações das escolas paulistas e dos protestos de ruas que trouxeram grande visibilidade ao movimento.

O estudo tem como hipótese que o movimento se inscreve nas redes sociais digitais, ou seja, na web 2.0, em forte relação com o espaço urbano⁶ disputando o lugar de noticiadores das ocupações, em resposta ao discurso e ao imaginário construídos pelas mídias tradicionais de comunicação. Levando a uma tensão e disputa, (des)cristalização, atualização e reformulação do discurso jornalístico, do acontecimento discursivo e também dos efeitos de sentidos mobilizados em relação ao movimento estudantil.

Para tanto, são analisadas, no período de outubro de 2015 a janeiro de 2016, matérias sobre as ocupações e a atuação do movimento no jornal Folha de S. Paulo⁷, tido neste estudo

⁶ Vale frisar que, neste estudo, conforme Paveau (2021a) não nos apoiamos em uma perspectiva dualista do digital, pelo qual se considera que haveria uma separação entre o virtual e o real, entre o *on-line* e o *off-line*. Partimos das concepções denominadas pós-dualistas, pelas quais se entende que existe um *continuum* entre esses universos antes compreendidos como separados e distintos. Tanto a internet, web, como computadores e celulares não são por nós compreendidos, neste estudo, como meros suportes do languageiro. Eles afetam e constroem a produção desses discursos (MAINGUENEAU, 2006) chamados nativos da web (PAVEAU, 2021a). Nesse sentido, concordamos com Castells (2017) quando o autor, ao falar em movimentos sociais na era da internet – preferimos o termo “na era digital” por envolver as noções de webs – apresenta a noção de mundos híbridos, pela qual não separa e não hierarquiza as ações de um movimento social que ocorrem nas ruas, no espaço urbano com as ações e práticas discursivas que se produzem no espaço tecnconectado. Sendo assim, ao falar em digital, estamos nos referindo a essa concepção que assume uma hibridificação dos mundos a partir de uma concepção pós-dualista que considera a interação, relacionalidade e o *continuum*.

⁷ É importante marcar que nossa investigação se valeu de uma coleta de dados do Jornal Folha de S. Paulo em sua versão *on-line* devido ao contexto da pandemia da COVID-19, a qual impossibilitou o acesso a arquivos físicos. Porém, é de suma relevância fazer a seguinte ressalva: embora nossa coleta de dados tenha se dado na versão digital do jornal, não consideramos que tais dados pertençam ao que chamamos, neste estudo, de mídias digitais, que aqui se aproxima ao funcionamento das redes sociais digitais, ou seja, da web 2.0. Quando falamos do jornal Folha de S. Paulo em sua versão *on-line*, estamos nos referindo a uma mídia que circula na web 1.0 (PAVEAU, 2021a), a web estática dos portais de informações, ou então, de uma mídia tradicional digitalizada.

como representante das mídias tradicionais de comunicação, assim como páginas e publicações do movimento na rede social digital Facebook⁸ a partir, principalmente, das contribuições sobre polêmica em Amossy (2017) e Maingueneau (2005) e discursos-respostas em Paveau (2021b).

Assim, o estudo se organiza a partir dos seguintes questionamentos específicos:

- a) Qual o papel de diferentes tipos de mídias que deram cobertura aos eventos do movimento?
- b) Quais os sentidos que se produzem em cada narrativa sobre as ocupações e protestos de rua do movimento?
- c) Como os discursos das mídias tradicionais e do movimento estudantil secundarista se transformam nessa inter-relação na qual um discurso influencia e afeta o outro, tendo em vista sustentar, cada qual, sua legitimidade?

A partir desses questionamentos, elaboramos, então, os seguintes objetivos específicos:

- Investigar como cada narrativa – da cobertura midiática e do discurso digital do movimento - produz sentidos sobre as ocupações e protestos de rua do movimento;
- Identificar os principais termos que são mobilizados em cada uma das narrativas investigadas;
- Reconhecer como esses discursos se organizam em seus respectivos espaços de produção;
- Verificar quais efeitos de sentidos são aceitos e rejeitados em cada construção discursiva.

Esta tese está organizada, então, a partir dos questionamentos por nós levantados e pelos objetivos específicos elencados, da seguinte forma:

No primeiro capítulo da tese, intitulado “Linguagem, discurso e mídias de comunicação: mídias tradicionais e digitais a partir das contribuições da Análise do Discurso”, realizamos uma revisão bibliográfica que visa debater sobretudo o primeiro

⁸ As páginas e publicações da rede social digital Facebook, por nós analisadas neste estudo, pertencem à chamada Web 2.0, ou então, web social ou participativa (PAVEAU, 2021a), que entendemos fazem parte das mídias digitais.

questionamento por nós apresentado quanto ao papel das diferentes mídias na cobertura de um acontecimento, tanto mídias tradicionais, quanto mídias digitais. Para tanto são trazidas em diálogos as contribuições dos estudos da Comunicação (CITELLI et al, 2014) e da Análise do Discurso (PÊCHEUX, 2009, 2010, 2012; PÊCHEUX et al, 2020; CHARAUDEAU, 2019; MAINGUENEAU, 2013), além da Análise do Discurso Digital (PAVEAU, 2021a, 2021b).

Já no capítulo 2, intitulado “Movimento social, mídias e polêmicas discursivas: a relação do movimento estudantil secundarista 2015-2016 com as mídias tradicionais e digitais”, visamos debater teoricamente e começar a compreender, a partir do levantamento de uma revisão bibliográfica bastante específica, os sentidos que se produzem por diferentes mídias na cobertura do movimento em questão. Nesse sentido, são trazidos aspectos basilares das teorias de movimentos sociais (DIANI, 2015; MELUCCI, 1991; IBARRA, 2000), com ênfase nos estudos sobre movimentos estudantis (FORACCHI, 1997; BRINGEL, 2009; GOHN, 2017; ANJOS; TELLES, 2019) e no movimento estudantil secundarista brasileiro contemporâneo (GOHN, 2017; CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; MAIA; TELLES, 2018). Essas referências são abordadas em relação às teorias de redes sociais (RECUERO, 2014; PAVEAU, 2021a, 2021b; CASTELLS, 2002), tendo em vista debater teoricamente sobre as formas de interações polêmicas, sobretudo, a partir das contribuições de Amossy (2017) e de Maingueneau (2005). E, finalmente, a partir da revisão bibliográfica bastante situada nas disputas discursivas em torno dos acontecimentos do movimento estudantil secundarista (MENEZES; GOMES 2016; VIZIBELI, 2016; EZEQUIEL, 2019). Assim, abrimos espaço para o terreno das análises desta investigação, desenvolvidas nos capítulos seguintes.

Os capítulos 3 e 4, respectivamente, “Invasão ou ocupação? Efeitos de sentidos fabricados pelas mídias tradicionais sobre o movimento estudantil secundarista” e “Ocupação digital: o contra-discurso do movimento estudantil secundaristas nas redes sociais digitais”, são construídos tendo em vista responder os objetivos específicos da pesquisa e o último questionamento sobre como as distintas narrativas em disputas se afetam mutuamente. Assim, o capítulo 3 está dedicado à análise do discurso da mídia tradicional representada, neste estudo, pela cobertura da Folha de S. Paulo. E o capítulo 4 está dedicado à análise dos discursos digitais do movimento estudantil secundarista. Por fim, disponibilizamos nossas considerações finais.

CAPÍTULO 1

LINGUAGEM, DISCURSO E MÍDIAS DE COMUNICAÇÃO: MÍDIAS TRADICIONAIS E DIGITAIS A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO

A reflexão sobre a linguagem nas ciências humanas e sociais, em diversos âmbitos, foi concebida ora como uma expressão do pensamento humano ou, em outros casos, como um instrumento de comunicação. Trata-se, segundo Baronas (2011), de concepções positivistas que faziam das ciências humanas e sociais um prolongamento das ciências naturais, na busca pela objetividade e neutralidade da palavra, sobretudo, a escrita impressa (TFOUNI, 1994). Por essas concepções, a linguagem despida de sua intrínseca e íntima relação com o poder e com o simbólico, logo, com sua historicidade (ORLANDI, 2012), foi compreendida como transparente, uma expressão de uma relação direta e linear entre realidade e linguagem.

Claudine Haroche chama a atenção para o fato de que, durante o século XVII, o Estado, como distribuidor e determinador de sentidos, colocou-se como objetivo estatuir a linearidade da escrita, ou seja, sua transparência absoluta. Por trás dessa aparente boa intenção, de permitir a leitura igual para todos, pode-se resgatar, no entanto, a necessidade de tornar o indivíduo e seu conhecimento transparentes e, por extensão, tornar controlável o cidadão que pensa, através da domesticação das formas discursivas e da pregação do ideal cartesiano da realidade (TFOUNI, 1994, p. 60)

Foram essas concepções de linguagem que sustentaram o esquema de comunicação proposto por Jakobson (1963), que, por muito tempo, marcou os estudos sobre as mídias, principalmente a impressa. O teórico russo, com base nas teorias da informação, apoiou a reflexão sobre a linguagem, entendida como mensagem, nos esquemas da física de transmissão de energia, pelos quais se compreendia que a comunicação, como transmissão de informação, assim como a transmissão de energia, ia de um ponto a outro, sendo esses pontos enunciatador e receptor.

Assim, nesse esquema, a comunicação equivaleria à transmissão linear de uma mensagem ou informação, dentro de um determinado contexto ou situação. Essa informação seria transmitida por meio de um canal que, em suma, é o veículo de comunicação entre um ponto A, remetente, enunciatador ou emissor a um ponto B, destinatário, enunciatário ou receptor – as nomenclaturas variam conforme as teorias. E esses dois pontos em relação

dominariam mais ou menos um determinado código necessário para a situação comunicacional.

Desse esquema, destacamos ao menos três questões para reflexão. Primeiro, a relação desigual de poder entre A e B. Segundo, a concepção que sustenta a compreensão de B quando o meio de comunicação tem grande alcance. E terceiro, a linguagem em si entendida como mensagem.

Em primeiro lugar, esse esquema de comunicação representa uma relação de poder desigual e hierárquica, haja vista que o ponto A é o único autorizado a escrever/dizer a partir de uma determinada interpretação; enquanto que o ponto B seria apenas um receptor da interpretação já pronta, transmitida como informação.

Em segundo lugar, quando o canal de transmissão da informação/mensagem coincide com um meio de comunicação de grande alcance, ele atinge um B coletivo, um agrupamento que seria representativo do todo de uma sociedade que passa, então, por um processo de homogeneização de interpretação pelo meio de comunicação em questão. Sendo assim, ao ponto B massificado é conferido o acesso a uma forma de interpretação autorizada por A e legitimada pelo meio.

Finalmente, a linguagem entendida como mensagem, por estar travestida de informação (CHARAUDEAU, 2019), permite a B o acesso a uma interpretação única, efeito que corresponde a um funcionamento da linguagem alicerçado na ilusão desta como espelho da realidade, sustentada pelo simulacro da objetividade da escrita tão característico dos textos/discursos jornalísticos (MAINGUENEAU, 2013).

Segundo Baronas (2011), a concepção que sustenta a compreensão de linguagem como mensagem dentro do esquema descrito vem de uma herança clássica em Aristóteles, por meio da qual compreende-se a interpretação como binária, ou seja, a mensagem ou é absolutamente verdadeira ou ela é inteiramente falsa. Nesse sentido, a ideia de entremeio, de terceira ou quarta posição não tem espaço. O pesquisador brasileiro do discurso critica essa herança e a nomeia de monoteísmo de sentidos, oposta à noção a qual nos filiamos pelos estudos de Análise do Discurso, de efeito de sentidos.

A noção tão cara aos estudos discursivos, de efeito de sentidos, permite que se busque não somente a interpretação binária de um discurso, se verdadeiro ou falso, mas as posições ideológicas que sustentam as formações discursivas na formulação do discurso jornalístico - para mantermo-nos dentro do campo de discussão dos meios de comunicação de grande

alcance. Conforme Baronas (2011), efeito de sentidos estão ligados à noção de discurso desde sua gênese, marcando uma relação que ele caracteriza como visceral entre sentido e discurso.

Trata-se em si do caráter histórico dos sentidos que, a partir de Pêcheux (2010), são compreendidos como não colados ao significante, ou seja, a palavra não carrega um sentido que estaria colado a ela. O sentido, então, não existe por si mesmo, mas a partir das formações ideológicas em disputa no processo de produção e reprodução das palavras, que é um processo sócio-histórico. Nas palavras do filósofo francês, “as palavras (...) mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em relação às formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2010, p. 62).

Assim, Baronas (2011) afirma que os meios de comunicação, na ilusão que os revestem de canais com função de comunicar, não estariam apenas informando, de forma neutra e imparcial, mas sim convencendo para a garantia de estabilidade de uma ordem aceita a partir de uma hegemonia dominante, ou seja, de uma formação ideológica dominante que visa à homogeneização e uniformização de leituras.

É justamente por esse propósito homogeneizador de interpretações e leituras que vigorou e ainda persiste o uso da denominação meios de comunicação de massa – a qual rejeitamos - para designar a imprensa, rádio e televisão⁹. Essa nomenclatura se fundamenta a partir de dois alicerces complementares. Primeiro, como já descrito, nas teorias tradicionais de comunicação, ou então nos estudos conservadores ou imaturos, nas palavras de Albuquerque (2014), sobre as mídias, por meio dos quais o ponto B equivaleria a um todo denominado então de massa que assimilaria de forma homogênea uma única interpretação. E, segundo, sustentado na noção de sociedade de massa.

Como o primeiro alicerce já foi discutido, dedicaremos atenção, neste momento, ao segundo. Para Martín-Barbero (1997), o conceito de sociedade de massa está fortemente vinculado aos meios de comunicação de grande alcance e aos processos de modernização das sociedades com destaque aos processos de industrialização, estabelecimento de uma economia de mercado, a qual foi a base para a sociedade de consumo e para as bases tecnológicas que sustentaram a estrutura social na época em implementação. Com isso, os

⁹ Segundo Albuquerque (2014), é importante frisar que embora as mídias impressas, como os jornais, tenham se configurado como meios de comunicação pioneiros por sua capacidade de alcançar público em escala gigantesca, foi somente com o advento de tecnologias de radiodifusão, ou seja, rádio e televisão, que esse conjunto recebeu o nome de meios de comunicação de massa.

meios de comunicação, a começar pela imprensa e, na sequência, rádio e televisão, passam a ter um alcance nunca antes visto, recebendo assim a denominação de meios de comunicação de/em massa ou meios de comunicação massiva, expressando uma concepção homogeneizadora de sujeitos e das práticas de interpretação.

Conforme o autor, a noção de sociedade de massa começou a ser gestada ainda no século XIX desde o alvorecer da modernidade ocidental, a qual gradualmente ofereceu os elementos de base para a consolidação do que viriam a ser os processos de massificação da sociedade no século seguinte. E apenas nas décadas de 1920 e 1930 surgiram os primeiros estudos preocupados em compreender a influência dos meios de comunicação de grande alcance sobre os processos de massificação da sociedade.

A princípio, com as teorias consideradas conservadoras da psicologia das multidões em Le Bon (1985), compreendia-se as massas como “uma totalidade amorfa sem objetivos ou projetos, ameaçadora do controle e da ordem social” (BORELLI; PEREIRA, 2014, p. 102)¹⁰ ou, em outras palavras, “a grupos sem nenhuma auto definição, grupos cooptados, que acompanham ou se incorporam a eventos e acontecimentos sem nada entender o que de fato acontece” (GOHN, 2017). Já por volta da década de 1940, segundo Albuquerque (2014) e Borelli e Pereira (2014), surgiram as primeiras publicações do que ficou conhecido como *Mass Communication Research*, a partir dos estudos de Adorno (1986), Popper (1995), Laswell e Arora (1969), Lazarsfeld e Merton (2004) e Berelson (1952), considerados ideologicamente bastante distintos uns dos outros, conformando um campo de estudos notadamente heterogêneo, mas que vale a pena ser mencionado pela discussão embrionária que trazem sobre as possibilidades de compreensão dos lugares determinados, permitidos e possíveis aos leitores, ouvintes e telespectadores dos meios de comunicação de grande alcance na época.

Podemos afirmar que o ponto de encontro desses teóricos estaria em um interesse investigativo comum. Esses estudos se interessavam em investigar os meios de comunicação de grande alcance em termos de seus conteúdos, tendo em vista compreender os efeitos das

¹⁰ Borelli e Pereira, investigadores do campo da comunicação, não marcam uma distinção, como muitos autores também não o fazem, entre os conceitos multidão e massa. Já a investigadora do campo dos movimentos sociais, Gohn (2017), o faz. Segundo a autora, o conceito de massa vem de análises de teóricos tradicionalistas como Le Bon (1985). Já o conceito de multidão, embora desenvolvido no século XVIII por Edmund Burke, foi retomado apenas na contemporaneidade por Negri e Hardt (2005) e se refere à noção da possibilidade de múltiplas identidades entrarem em ação. Segundo Gohn (2017, p. 16), “O sujeito social integrante de uma multidão é diferente, múltiplo (tem várias identidades) e ativo, agindo segundo as singularidades do grupo no qual participa e se identifica”. Nesse sentido, trazendo o conceito de multidões para analisar as manifestações de março de 2015 no Brasil, Martins (2015, p. E3) afirma que multidão é uma “identidade temporária e provisória que esgota sua significação e sua função na fração de tempo em que se manifesta nas ruas e no modo como se expressa”.

mensagens que eles veiculavam ou, mais especificamente, os usos desses meios de comunicação “como instrumentos de propaganda política e manipulação das massas pelos regimes autoritários” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 261).

Já em termos de conclusões encontramos com um cenário mais plural. De acordo com a revisão de Borelli e Pereira (2014), os meios de comunicação, segundo este campo heterogêneo, por um lado, “são vistos mais geralmente como onipotentes, causa única e suficiente dos efeitos verificados, o que faz com que a audiência seja encarada como passiva [...] algo homogêneo e alienante” (BORELLI; PEREIRA, 2014, p. 104 e 105). Conclusão derivada dos estudos sustentados na hipótese da “agulha hipodérmica” (termo de Lasswell) pela qual sugere que o impacto e a influência dos meios de comunicação de grande alcance seriam consideravelmente significativos, “a ponto de permitir àqueles que os controlam mudar o comportamento do público na direção desejada” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 261).

Por outro lado, a partir de Lazarsfeld, Merton (2004) e também Berelson (1952), houve uma corrente que apontou para os efeitos limitados dos meios de comunicação considerando diversos fatores que moderariam seu impacto ou que permitiriam aos usuários responder a eles de forma não tão passiva como se estabeleceu pela corrente oposta. É neste último ponto, o qual entendemos como um ponto de flexão, ao qual nos interessamos em razão do potencial embrionário de mudança de perspectiva dos estudos até então desenvolvidos sobre a linguagem como instrumento de comunicação.

Ao trazer para o debate a possibilidade de reação, defendemos que temos um início de discussão que possibilita inclusive questionar a nomenclatura em vigor, meios de comunicação de massa ou massiva, considerando que aquele suposto “todo” pela primeira vez é encarado como algo não tão passível de homogeneização, capaz de escapar e furar com a ordem pré-estabelecida. É importante marcar que estudiosos contemporâneos do campo da comunicação assumem (FAUSTO NETO, 2014), contudo, que foi apenas com os estudos discursivos que a segunda hipótese de fato ganhou sustentação na área da comunicação.

Ao descolar a compreensão de linguagem à noção de mensagem e deslocá-la para o seu funcionamento discursivo, a linguagem passa a ser concebida pela Análise do Discurso como um trabalho no nível do simbólico em estreita relação com a prática política (BARONAS, 2011). Em outros termos, com a Análise do Discurso, fazemos “a passagem da função ao funcionamento” (PÊCHEUX, 2010, p. 65). Não nos preocupamos unicamente com

as funções da linguagem como proposto por Jakobson (1969)¹¹, mas sim com o funcionamento das práticas de escrita e leitura que passam a ser compreendidas como um trabalho simbólico de interpretação. Assim, pelos estudos discursivos questiona-se finalmente a divisão social da leitura e interpretação.

De acordo com Pêcheux (1994, p. 58), por essa divisão de capital simbólico, é reservado:

A alguns, o direito de produzir leituras originais, logo “interpretações”, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento “literal” dos documentos, as ditas interpretações.

Porém, pela Análise do Discurso, compreende-se que o sujeito não é apenas pré-determinado, pura submissão. Existe sempre a possibilidade de inversão, reversão e subversão. Em sua última obra, “O discurso: estrutura ou acontecimento”, Michel Pêcheux (2012) traz a noção de equívoco como constitutiva da língua essencial para pensarmos a questão dos deslocamentos, deslizos, furos e falhas constitutivos de discursos, sentidos e sujeitos. Para ele não há então nenhum ritual sem falha:

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de sentido para derivar para um outro [...] Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série [...] de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. (PÊCHEUX, 2012, p. 60)

Nesse sentido, sujeitos que interpretam (conscientemente ou não) no nível das relações simbólicas de poder da linguagem, neste caso em particular, em relação ao funcionamento discursivo dos discursos jornalísticos, podem romper, resgatar memórias ocultadas, apagadas, silenciadas e questionar a ordem estabelecida.

É, então, por nos filiarmos aos estudos discursivos que entendemos que alguns termos são mais adequados de serem mobilizados neste estudo que outros. Assim, embora algumas referências trazidas possam mobilizar os termos meios de comunicação de/em massa ou massiva ou meios massivos de comunicação, é pela falha constitutiva, pela compreensão que sujeitos e discursos são heterogêneos, que optamos por fazer uso do termo mídias

¹¹ Jakobson (1969) trabalha com as funções da linguagem que podem ser: emotiva, referencial, conativa, metalinguística, fática ou poética.

tradicionais¹² para marcar os meios de comunicação de grande alcance antes do advento da web 2.0 alinhados à ideologia dominante em oposição a novas mídias ou mídias digitais para marcar a web 2.0, a web dita participativa das redes sociais digitais, dos tecnodiscursos ou discursos digitais.

1.1.O questionamento às mídias tradicionais pela Análise do Discurso

Nesta subseção, vamos adentrar alguns pontos mais específicos do discurso jornalísticos tendo em vista marcar as contribuições do campo da Análise do Discurso. Assim, abordaremos alguns pontos que consideramos fundamentais para o debate sobre as mídias tradicionais, resumidos nas seguintes perguntas: o que se fala? Como se fala? Quem fala? Por qual meio fala? Essas perguntas fundamentais derivam para os seguintes temas: agenda, polêmica, formulações discursivas, simulacro da objetividade, lugar discursivo do jornalista e processos de edição. Todos esses pontos serão discutidos em diálogo com autores do campo da Comunicação, da Linguagem e da Filosofia à luz da Análise do Discurso. Para tanto, trataremos a compreensão de ideologia na Análise do Discurso que funciona nesta discussão que aqui propomos como um eixo transversal na relação indissociável entre formação discursiva e formação ideológica. Deste modo, faz-se fundamental marcar o que consideramos por ideologia neste trabalho.

Foi o marxismo que consagrou a ideologia como parte da superestrutura. "Uma espécie de matriz do pensamento incutida pelas classes dominantes de modo a fazer que os dominados tomem por natural e indiscutível aquilo que é historicamente construído" (SILVA, 2014, p. 314). Assim, ideologia, em sentido marxista, é em suma dispositivo de reprodução e também de aceitação da dominação.

A partir do marxismo, Althusser (1995), filósofo francês, considerado um marxista estruturalista sofisticado, avançou nos estudos sobre a ideologia ao formular sua tese sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado. Segundo ele, os indivíduos são interpelados em sujeitos pela ideologia por meio do poder simbólico e não coercitivo¹³ dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), os quais são representados pelas instituições do Estado como Igreja, Família e

¹² Também poderemos mobilizar o termo, mídias tradicionais digitalizadas para nos referirmos às mídias tradicionais hospedadas na web, ou seja, em suas versões digitais, como o caso da Folha de S. Paulo *on-line*. Entendemos que na era digital, tais mídias hospedadas na web têm seu funcionamento muito mais próximo ao da web 1.0 (PAVEAU, 2021a), conhecida também como web estática, dos portais de informação e menos ao funcionamento da web 2.0 (PAVEAU, 2021a), a web participativa, das redes sociais digitais.

¹³ O poder coercitivo será responsabilidade dos Aparelhos Repressivos do Estado, que operam por meio da força repressora quando os AIE falham.

Escola. Embora o filósofo marxista estruturalista não desenvolva separadamente um estudo sobre a atuação das mídias, como uma das instituições do Estado, elas são incorporadas posteriormente como um dos mais influentes AIE¹⁴.

Segundo Althusser (1995), então, é pelo funcionamento da ideologia que os sujeitos tomam por naturais processos que são antes construídos historicamente, ou seja, os sentidos da ideologia dominante são naturalizados pelo funcionamento dos AIE, fazendo com que o sujeito seja inconscientemente capturado pela ideologia dominante e a reproduza, assegurando, assim, o assujeitamento do sujeito (PÊCHEUX, 2009).

Será Pêcheux quem, a partir das contribuições de Althusser, circunscreverá a linguagem definitivamente na temática da ideologia. Segundo o também filósofo francês e analista do discurso, a ideologia dominante configura-se como práticas discursivas.

Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui desse modo um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem “individuais” e nem “universais”, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras. (PÊCHEUX et al, 2020, p. 34)

Tais “atitudes” e “representações” operam atravessadas pela ideologia devido ao funcionamento na relação fundamental com os dois esquecimentos postulados por Pêcheux (2009). Seguindo a tradição pecheuxtiana, o esquecimento de número dois é da ordem do pré-consciente/consciente. Por meio dele, o sujeito acredita que o que foi dito só pode ser dito da maneira como o foi. Neste sentido, podemos dizer que esse esquecimento é da ordem da formulação discursiva.

Já o primeiro esquecimento é da ordem do inconsciente¹⁵, pelo qual o sujeito acredita ser o dono de seu dizer, apagando a memória de sentidos e os caminhos pelos quais os dizeres chegaram até ele.

¹⁴ Será Bourdieu (1989, 1997) quem desenvolverá uma verdadeira cruzada contra as mídias, consideradas por ele como representantes da difusão de uma política neoliberal. O teórico, que neste tema traz reflexões marcadamente militantes, oferece importantes contribuições aos estudos da comunicação e, por isso mesmo, é considerado por diversos autores como imprescindível para o campo. Em nosso estudo, algumas contribuições pontuais de Bourdieu serão trazidas tendo em vista levantar o que consideramos ser interessantes provocações, porém nossa discussão teórica se fundamenta em Althusser, sobretudo, e nas contribuições da Análise do Discurso para o campo.

¹⁵ É por essa entrada do inconsciente que se completa o tripé que sustenta a Análise de Discurso de tradição francesa em Pêcheux, que mobiliza linguística, marxismo estruturalista e a psicanálise.

Temos, por conseguinte, que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam como mecanismos de naturalização de um sentido dominante, pelo esquecimento número 1, fazendo com que o sujeito, mesmo ocupando uma formação social dominada, reproduza o sentido dominante como se fosse seu, reproduzindo assim as relações sociais estabelecidas. [...] Com isso, vemos que os Aparelhos [Ideológicos do Estado] têm seu funcionamento ideológico na manutenção das relações sociais como são, abafando ainda os possíveis conflitos de classes. (MORALES DA SILVA, 2015, p. 87.)

É interessante marcar que, segundo os estudos sobre as mídias tradicionais, pelo fato dessas mídias terem tido por muito tempo o monopólio da fala elas imporiam ao público uma seleção de temas e assuntos operando o que ficou conhecido como as grandes narrativas midiáticas. Por esse funcionamento, Bourdieu (1997) afirma que a mídia promove uma espécie de censura invisível ao impor uma seleção de temas e assuntos que adentraria a agenda midiática. Em outras palavras, “Ao nos impor um menu seletivo de informações como sendo o que aconteceu, a mídia impede que outros temas sejam conhecidos e, portanto, comentados. Decretando seu desconhecimento pela sociedade, condenando-a à inexistência” (BARROS FILHO; PRAÇA, 2014, p. 26). Além disso, não é raro que ocorra o que se chama de circularidade de temas na agenda midiática,

através dos seus critérios de noticiabilidade, e, na busca desesperada pelo furo, a informação exclusiva acaba por produzir uma homogeneização dos veículos, que se vigiam constantemente, pautando-se uns pelos outros, provocando uma circulação circular da informação e estratégias de concorrência que banalizam os acontecimentos e reduzem os conflitos. (SILVA, 2014, p. 318)

Nesse sentido, podemos dizer que as polêmicas tão preteridas pelos dispositivos midiáticos aparecem e reaparecem constantemente, haja vista que “a lista de assuntos efetivamente debatidos é muito limitada, e mesmo pouco variada, a polêmica indo e voltando em torno de poucos pontos”, acaba sempre se repetindo (MAINGUENEAU, 2005, p. 113). Nessa mesma linha, Barros Filho e Praça (2014) afirmam que “Ao oferecer de forma mais ou menos consoante um conjunto limitado de temas, um menu temático comum, permite-se ao sujeito dominar uma realidade social simplificada.” (Idem, p. 33). E mais, ainda que as mídias tradicionais abordem os dissensos, ou seja, as opiniões e os pontos de vistas em oposição no conflito inconciliável (AMOSSY, 2017), cada posição, mesmo quando é mostrada nas mídias, é apresentada de forma estereotipada sem grandes aprofundamentos do debate ou, então, não são suficientes para, na matéria jornalística, desarmar a filiação do dispositivo midiático à ideologia dominante (BOURDIEU, 1997).

Assim, pelas lentes da Análise do Discurso, além de podermos abordar a questão da circularidade das polêmicas efêmeras (AMOSSY, 2017), mas sempre presentes (MAINGUENEAU, 2005), podemos compreender também a questão da saturação das mesmas-outras notícias, que pode ser interpretada pelo funcionamento da significação na relação entre o dito com o não dito. Compreendemos que o dito significa em sua relação fundamental com o não dito (ORLANDI, 2007). Em outros termos, segundo a Análise do Discurso, ao selecionar um tema deixa-se de abordar tantos outros possíveis. De um lado, estão os temas que mobilizam memórias legitimadas para compor o arquivo (PÊCHEUX, 1999, 2009, 2010) e, de outro, as tantas outras memórias esquecidas, apagadas e silenciadas pela agenda midiática.

Assim, concordamos com Baronas (2011) quando ele diz que “ler seria, então, recuperar a partir de determinados indícios inscritos nas mais diferentes materialidades verbais e não verbais as memórias que foram interdidas em favor de outras” (BARONAS, 2011, p. 45). Entendemos que tais indícios mencionados pelo autor podem ser recuperados de duas maneiras. Uma delas é o questionamento da seleção de temas e assuntos das notícias saturadas veiculadas pelas mídias tradicionais. E a outra maneira encontra-se na superfície da materialidade discursiva.

Defendemos que é na formulação que é possível identificar as formações discursivas que, por sua vez, marcam posições ideológicas determinadas. Porém, essa leitura se torna mais enganosa em textos redigidos como notícia, ou seja, nas matérias jornalísticas mobilizando o discurso jornalístico, isso porque, segundo Fiorin (2014), há um procedimento obrigatório na redação dessas matérias, qual seja: o uso da terceira pessoa. Esse mecanismo oculta a enunciação que parece estar descolada do “eu” que fala no interior do enunciado, criando, assim, um efeito de sentido de objetividade e de neutralidade, oferecendo, por conseguinte, a impressão de que os fatos se narram por si mesmos. Em outros termos, cria-se a ilusão de que o fato é contado da maneira que é e, então, que só pode ser contado daquela maneira (esquecimento de número 2).

Esses elementos formais e de conteúdo do produto midiático informativo aqui indicados fazem crer na ausência aparente do autor-codificador, que, por sua vez, faz crer na objetividade aparente, que, por conseguinte, faz crer na mídia como “espelho” da realidade, e assim sucessivamente (BARROS FILHO; PRAÇA, 2014, p. 33).

Porém, Barros Filho e Praça afirmam que “Quando um jornalista redige uma matéria, materializa um processo ininterrupto de escolhas e de eliminações que acabam construindo uma mensagem entre uma infinidade de possibilidades preteridas.” (BARROS FILHO; PRAÇA, 2014, p. 33). Ao falar A, o sujeito que enuncia deixa de falar B ou C, tanto em termos de temas e assuntos - como já foi abordado -, como também em termos de formulações onde se encontram formações discursivas com formações ideológicas:

as formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente [...] uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e, sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam, na medida em que elas determinam a significação que tomam essas palavras [...] as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam. (PECHEUX et al, 2020, p. 34)

Assim, Pêcheux (2012) nos lembra que, embora o fato narrado possa ser o mesmo, existe uma multiplicidade de maneiras de discursivizar tal fato. Interessada então como o objeto simbólico produz sentido, a Análise do Discurso compreende o discurso como acontecimento, no encontro da atualidade com a memória, ou seja, o discurso é constantemente uma reorganização marcada ideologicamente.

Nesse sentido, pelas leituras da Análise do Discurso é fundamental observar o sujeito que enuncia, no caso o jornalista. Segundo Bourdieu (1989), quem desenvolve um denso estudo sobre as rotinas de produção e apresentação dos produtos jornalísticos, no jornalismo, os sujeitos-jornalistas adeririam à ideologia dominante passando a reproduzir uma certa visão de mundo que justifica o *status quo*. Essa adesão, segundo o autor, dar-se-ia por uma lógica de carreira e/ou por introjeção de valores do jornalismo. Entendemos que essa “adesão à ideologia dominante” nem sempre se faz consciente ou nem sempre é desejada pelo sujeito que enuncia na posição de jornalista.

Nos estudos da Análise do Discurso, ao concebermos o sujeito como discursivo, ou seja, não como indivíduo empírico nem cartesiano, dono de si mesmo, questionamos a máxima de que o sujeito controla e escolhe o seu dizer, em outros termos, que ele seria o dono de seu pensamento e de seu discurso. Pêcheux (2009) já dizia que não lhe interessava o sujeito pragmático, mas, sim, o sujeito cindido, discursivo, furado, atravessado por uma multiplicidade de vozes, marcado socialmente e afetado ideologicamente pela história. Nesse sentido, ao observarmos o sujeito que enuncia, devemos como analistas do discurso

considerá-lo enquanto “inserido em uma conjuntura social, tomado de um lugar social, histórico e ideologicamente marcado” (FERNANDES, 2005, p. 13), ou seja, o sujeito que ocupa a posição de jornalista, que por mais que busque construir um texto informativo dentro dos parâmetros esperados, não controla suas enunciações (MAINGUENEAU, 1997), pois ele é também dominado por imposições das formações discursivas e ideológicas do dispositivo midiático ao qual está sujeito.

Sendo assim é que podemos asseverar que “as escolhas” não são apenas do sujeito jornalista, o qual produz um discurso que está sujeito aos processos de edição do meio de comunicação. O que significa dizer que é pela formação ideológica das mídias que o sujeito jornalista é assujeitado por meio dos mecanismos de produção e edição dos “textos tradicionais” (MAINGUENEAU, 2021). “Quando refletimos sobre o conceito de sujeito discursivo, inquieta-nos como ele é afetado pela ideologia, visto que pelos empréstimos de Althusser retomados por Pêcheux, a relação e interpelação pela ideologia é o que caracteriza o sujeito como tal.” (MORALES DA SILVA, 2015, p. 83).

Porém, o sujeito que ocupa a posição de enunciador, assim como o sujeito que ocupa a posição de leitor, não é, como já mencionamos, apenas submissão. Pêcheux (2012) avança em seus estudos e considera a falha como elemento constitutivo do discurso. É por essa contribuição que podemos realizar uma leitura não tão pessimista e determinista nos estudos da Análise do Discurso, pois, segundo nossa filiação, discurso, sujeito e sentidos sempre podem vir a ser outros, podem encontrar ou produzir o furo e, com isso, deslizar, escapar, desviar e ressignificar.

1.2. As mídias digitais pela perspectiva da Análise do Discurso Digital

De acordo com Lemos (2014), os séculos XV ao XX foram marcados pelas mídias tradicionais com seu fluxo comunicacional centralizado, ou seja, com monopólio do que a autora chama de “polo de emissão”, direcionado para uma suposta “massa de receptores” - concepções essas que já abordamos e criticamos a partir das contribuições da Análise do Discurso. Nesse sentido, historicamente, pensou-se que as mídias tradicionais, “pela seleção, disposição e incidência de seus produtos, determina[riam] os temas sobre os quais o público falar[ia] e discutir[ia]” (BARROS FILHO; PRAÇA, 2014) e acrescentamos: como o público falaria e discutiria. Essa hipótese foi por muito tempo sustentada pelo campo de estudos da Comunicação denominado *Agenda Setting*, introduzido por McCombs e Shaw (1972). Por

esse campo de estudos entendia-se que os temas discutidos pelos sujeitos anônimos, público em geral, seriam determinados pela mídia. Trata-se em suma do mito da onipresença das mídias tradicionais de comunicação. Porém,

(...) as novas tecnologias de comunicação suportadas cada vez mais no processo digital diversificaram o panorama tecnológico até então, disponível, que predominantemente favorecia a construção de um cenário denominado comunicação de massa – de um lado, tecnologias de processos sob os suportes do rádio, cinema, televisão e imprensa; de outro, todo um público consumidor como que coletiva e massivamente dependente. (SOUSA, 2014, p. 395).

Avançando em nossos estudos para o contexto da contemporaneidade¹⁶, mais precisamente no contexto da era digital, perguntamo-nos como com o advento da web 2.0 foram instaurados novos modos de participação. Em outras palavras, interessa-nos debater teoricamente como as mídias digitais afetam as mídias tradicionais em sua histórica detenção do monopólio sobre a discursivização de um acontecimento histórico-discursivo.

Segundo Albuquerque (2014), com o conceito de multimídia instaurou-se a capacidade não apenas de criar novas mídias, entendemos que pelo funcionamento da web 2.0, mas também de agregar as mídias anteriores, ou seja, pelo funcionamento da web 1.0 que, de acordo com nosso entendimento, permite a existência do que chamamos de mídias tradicionais digitalizadas. Nesse sentido, o advento da era digital ao mesmo tempo que expandiu um campo para investigação de objetos novos, permitiu considerar os objetos tradicionais sob uma nova perspectiva.

Sodré e Yamamoto (2014) entendem o que chamamos de mídias tradicionais digitalizadas como mídias tradicionais modificadas. Segundo os autores, os novos dispositivos digitais permitem promover uma interação social que comporta ao mesmo tempo as mídias tradicionais modificadas e as mídias reticulares, das redes sociais digitais, capazes de promover uma pluralidade discursiva, característica dos fenômenos emergentes do uso das tecnologias móveis como ferramenta de contestação política (CASTELLS, 2002). E é

¹⁶ A era contemporânea é definida por distintos autores, ora como era da pós-modernidade, ora como era da hipermodernidade e até como era da hipermediatização (CARLON, 2020). Sodré e Yamamoto (2014) alertam para o fato de que não há um consenso sobre o marco que inauguraria a pós-modernidade. Para alguns, ela é definida com a queda do muro do Berlim, para outros com o maio francês de 1968 e, finalmente, há os que consideram que o marco se encontra no advento da era digital e a expansão dos dispositivos técnicos informacionais. Já Lipovetsky (2004) considera que, atualmente, vivenciamos a era da hipermodernidade caracterizada por uma maior fluidez e flexibilidade com alteração da velocidade e encurtamento dos tempos pelos dispositivos tecnocomunicacionais, estruturadores de uma nova ordem social mais próxima à noção trazida por Carlón (2020) de era hipermediatizada.

justamente sobre o caráter político da web 2.0 (MAINGUENEAU, 2021) que nos interessamos.

De acordo com Maingueneau (2021), autor que descreve o digital como um campo político, a web permite a circulação de textos tradicionais e enunciados anônimos. Os primeiros são os textos que são legitimados por seus fiadores, ou seja, aqueles autorizados a assinar o texto, o qual está sujeito a processos editoriais, um exemplo pode ser as versões *on-line* de jornais impressos ou mesmo os portais de informações. Em outros termos, estamos falando do funcionamento da web 1.0 e das mídias tradicionais digitalizadas.

Já os segundos, os enunciados anônimos são os discursos de internautas inscritos na web, sobretudo, na web 2.0, a web das redes sociais digitais. Segundo o autor, por esses enunciados são marcadas crenças, posições, opiniões, valores dos internautas sem, contudo, passar pelos processos editoriais típicos dos textos tradicionais das mídias tradicionais digitalizadas ou não.

Nesse sentido, o autor alerta para o fato de que atualmente a tradicional divisão da política, pela qual os embates políticos se davam entre mundo político e mídias tradicionais, é, na contemporaneidade, muito mais porosa, haja vista que “tudo se encontra em interação constante com o universo digital inapreensível onde novos atores se expressam: não somente indivíduos ‘ordinários’, desconhecidos ou anônimos, mas atores coletivos de todas as espécies, que diluem as divisões políticas tradicionais.” (MAINGUENEAU, 2021, p. 13)

Para Lemos (2014), esse fenômeno se engendra pela cultura do compartilhamento instaurada pelo digital, “de forma inédita, [pela] facilidade de produzir, emitir e distribuir informação, sem passar pelos mediadores clássicos, cria condições propícias para a reconfiguração de um conjunto de práticas (sociais, econômicas, culturais) ancoradas na conexão em rede” (LEMOS, 2014, p. 412).

Nesse novo cenário, segundo Lemos (2014), seria impossível negar o caráter político das mídias digitais considerando também a grande abrangência e influência das redes sociais digitais. Por exemplo, segundo o autor, a rede social Facebook possui mais de 500 milhões de usuários e o Twitter, embora com uma abrangência menor, é reconhecido por sua forte influência nas pautas da mídia tradicional, incidindo não só sobre os fluxos de informação, mas também demonstrando um papel relevante em relação a diversos acontecimentos políticos.

É nesse sentido que Paveau (2021a) assevera que:

as interações entre os internautas por meio dos dispositivos tecnodiscursivos, como os comentários ou os compartilhamentos, favorecem a circulação dos conteúdos. [...] A web oferece, de fato, a possibilidade de numerosos usos relacionais a partir das disponibilidades e afordâncias que permitiram a emergência de práticas tecnodiscursivas. (PAVEAU, 2021a, p. 23)

Para falarmos das práticas tecnodiscursivas em Paveau (2021a, 2021b) é necessário compreendermos a noção de tecnodiscurso. Segundo a autora, por apresentarem propriedades que os distingue de discursos que são pré-digitais ou não digitais, os tecnodiscursos devem ser descritos e analisados a partir de seus universos discursivos digitais. Conforme sua teorização, o prefixo tecno- figura como uma

Opção teórica que modifica a episteme dominante das ciências da linguagem. É também afirmar que os discursos digitais nativos não são de ordem puramente linguageira, que as determinações técnicas co-constroem as formas tecnolinguageiras e que as perspectivas logo e antropocêntricas devem ser descartadas em prol de uma perspectiva ecológica e integrativa, que reconhece o papel dos agentes não humanos nas produções linguageiras (PAVEAU, 2021a, p. 31)

Os tecnodiscursos são, então, os discursos nativos da web, produzidos no interior de dispositivos técnicos. Nesse sentido, a dimensão técnica passa a ser compreendida como constitutiva desses discursos e não apenas um mero suporte para eles. Se autores da comunicação falam em ecossistema das redes, Paveau (2021a) traz uma concepção ecológica pela qual integra sujeito e máquina, haja vista a dimensão técnica dos tecnodiscursos, a qual infere na organização mesma desses discursos:

produzidos no interior dos dispositivos técnicos (os programas de escritura e de publicação) nos quais a dimensão técnica é constitutiva do discurso, não se reduzindo apenas a um simples suporte. Os tecnodiscursos são, indissociavelmente, linguageiros e técnicos, duas faces que de tão imbricadas não permitem que a materialidade propriamente linguageira seja extraída das funcionalidades técnicas dos espaços conectados, sem que, com isso, as análises sejam prejudicadas. (PAVEAU, 2021b, p. 19)

A pesquisadora francesa elenca, dessa forma, seis características dos tecnodiscursos. São elas: composição, não linearidade, ampliação, relacionaridade, investigabilidade e imprevisibilidade. Por composição, a autora marca a combinação indissociável do linguageiro com do técnico. Ou, então, nas palavras de Lourenço (2021), de uma “composição pluri-semiótica”, pois podem se materializar tanto na escrita, quanto no som, como também imagem fixa ou, então, animada e compósita de forma sincrética.

Pela segunda característica, Paveau (2021a, 2021b) marca uma não linearidade. Segundo a autora, os tecnodiscursos podem compor um verdadeiro “labirinto discursivo” devido aos mecanismos de acesso que possibilitam de um discurso migrar a outro em um simples clique, como, por exemplo, pelo funcionamento dos hiperlinks.

A terceira característica descrita é a ampliação (PAVEAU, 2021a, 2021b) que, em suma, é a capacidade dos tecnodiscursos serem ampliados pelas possibilidades das funções conversacionais, principalmente e também das ferramentas que habilitam a escrita colaborativa. Temos como exemplos os comentários, compartilhamentos, etc.

A relacionaridade (PAVEAU, 2021a, 2021b) se encontra na capacidade de os tecnodiscursos serem facilmente relacionadas uns com os outros e também com a própria máquina. Pela investigabilidade (PAVEAU, 2021a, 2021b) temos o refinamento da capacidade de redocumentação. Segundo Paveau (2021b), os tecnodiscursos se constituem com metadados internos, os quais estão inscritos na web e podem ser pesquisados, redocumentados e recuperados.

Por fim, temos a característica da imprevisibilidade, a qual pontuamos é inerente a toda publicação que faz com que os tecnodiscursos percam a sua cota de autonomia ao serem publicados. Em outros termos, ao estarem disponíveis na web, podem escapar e romper com a previsibilidade planejada antes por seus produtores, graças aos efeitos produzidos pelos internautas que podem contorcer seus sentidos e sua forma e também devido aos efeitos dos algoritmos.

Sem entrar na descrição das particularidades das mídias digitais, como o faz Paveau (2021a, 2021b) ao descrever os tecnodiscursos, Albuquerque (2014) assevera que as mídias digitais se edificam em propriedades específicas que rompem com a relação linear e hierárquica tradicional de comunicação por meio, sobretudo, do critério de interatividade, que permite às novas tecnologias microeletrônicas de informação e comunicação funcionarem em um ecossistema midiático. Noção esta que faz alusão a uma constante interação e a uma complexa relação que as mídias de comunicação estabelecem umas com as outras.

Gomes (2014), por sua vez, também apresenta essa ideia de ruptura linear, porém apresentando a noção de rizoma no contexto das hipermídias e os novos modos comunicacionais a partir das redes sociais pelas contribuições dos estudos de Guatarri (1990). Segundo o autor, trata-se de um modelo ou de uma formação que se opõe a construções lineares e hierárquicas, descrevendo um esquema de uma proliferação ou, como ele nomeia, de “uma conectividade nômade”, que não conforma um centro e irradia em diversas direções,

permitindo que cada um dos elementos em relação possa se cruzar uns com os outros, influenciando ou modificando-se mutuamente.

Romão (2004) exemplifica como essa mútua influência, afetação e possibilidade de modificação pode funcionar no digital. Segundo a autora: “O texto eletrônico [...] é móvel, maleável, aberto. O leitor pode intervir em seu próprio conteúdo e não somente nos espaços deixados em branco pela composição tipográfica. Pode deslocar, recortar, estender, recompor as unidades das quais se apodera” (ROMÃO, 2004).

Como forma ilustrativa, apresentaremos um conceito em Paveau (2021b) que nos permite pensar mais concretamente algumas possibilidades para esses fenômenos de intervenção digital comentados por Romão (2004), que seria uma apropriação subversiva. Parece-nos bastante interessante e produtivo refletir sobre o caso da repetição significativa com deslocamentos de sentidos denominado pela autora francesa de ressignificação no espaço social da web¹⁷. Segundo PAVEAU (2021b), tal fenômeno “fica mais evidente no digital. A partir das funcionalidades técnicas da máquina, os sujeitos encontram maior possibilidade de agir e dar visibilidade ao poder de resposta coletivo” (PAVEAU, 2021b, p. 20).

Ressignificação para ela se trata de formas particulares de repetição subversiva. Em suas palavras, é a “inversão ou a renegociação semântica e axiológica por recontextualização dos enunciados ofensivos (verbais, icônicos ou compósitos [...] a partir de sua carga ofensiva, efetuada pelos sujeitos agredidos com efeito reparador.” (PAVEAU, 2021b, p. 23)¹⁸.

A ressignificação mais comum, conforme seu estudo, seria por recontextualização enunciativa, que pode dar-se por uma republicação simples, quando o internauta republica pelo recurso de compartilhamento em suas redes sociais digitais uma publicação primeira interpretada como ofensiva. A ressignificação também pode ocorrer por uma republicação

¹⁷ As possibilidades da web são diversas e plurais e não temos a pretensão aqui de abranger todas elas, haja vista que se tratam de práticas em constante transformação. Porém, para fins de ilustração, traremos algumas formas de “reapropriação e subversão” já teorizados pelo campo da Análise do Discurso Digital, qual seja: da ressignificação no contexto digital (PAVEAU; LOURENÇO; BARONAS, 2021).

¹⁸ Com base na análise de dados que circulam na web 2.0, Paveau (2021b) propõe uma teorização da ressignificação discursiva, por meio da qual a pesquisadora busca dar conta dos contradiscursos de sujeitos ofendidos a partir de um primeiro discurso insultante, subvertendo o insulto a seu favor, expondo tanto a ferida quanto o agressor e demandando reparação.

É importante esclarecer que a autora pauta sua teorização no fenômeno dos contradiscursos feministas que respondem a práticas de ciberviolência calcadas no discurso de ódio. Considerando esse particular contexto, a autora se vale da metáfora da salamandra emprestada dos estudos de gênero na relação com a linguística, principalmente em Butler (1997).

Segundo Dias (2021), ao valer-se da imagem da salamandra, como metáfora da ressignificação, a teoria é significada “pelo discurso da regeneração e não pela metáfora do renascimento, como poderia ser a Fênix mitológica. Ainda que bem menos imponente, no entanto, a salamandra tem a força de ‘regeneração decorrente de um ferimento’, marca no corpo da estrutura, mas capaz de produzir outros acontecimentos. Trata-se de uma regeneração do sentido pela palavra, mas também pela hashtag, pelas afordâncias da web.” (DIAS, 2021, p. 116)

com comentário ressignificante, quando, além de republicar o discursivo interpretado como ofensivo, esse discurso é acompanhado de um comentário sobre ele, alterando assim o tecnodiscurso. E, finalmente, por uma retomada enunciativa, quando o discursivo ofensivo é realocado em um contexto novo, permitindo outra circulação a partir, ousamos dizer, de outras formações discursivas distintas com filiações ideológicas opostas à formação discursiva e ideológica da produção daquele discurso primeiro.

Desse modo, a autora francesa compreende a ressignificação como um processo constituído de quatro etapas: 1) há uma ferida linguística, 2) ocorre uma reapropriação, 3) com inversão 4) e produção da ação. Sendo assim, a autora afirma que a prática de ressignificação é por excelência política, “porque ela produz efeitos sobre os posicionamentos dos sujeitos, interpelando-os a agir.” (PAVEAU, 2021b, p. 25)

Paveau (2021b, p. 38-39), então, estabelece 7 critérios linguístico-(tecno)discursivos da ressignificação entendida como processo discursivo-político. São eles:

- 1) Critério pragmático: existe uma ferida languageira provocada pelo insulto, estigmatização, ataque, etc., a respeito da identidade de uma pessoa ou grupo;
- 2) Critério interacional: uma resposta ao enunciado ofensivo é produzida;
- 3) Critério enunciativo: o sujeito agredido é a origem enunciativa da resposta, que ele retoma do enunciado ofensivo por conta própria como auto-categorização, ou ele provoca uma simples recontextualização;
- 4) Critério semântico-axiológico: o enunciado resposta compreende uma inversão ou mudança semântica e/ou axiológica;
- 5) Critério discursivo: o enunciado-resposta é produzido em contexto diferente do enunciado ofensivo, que é recontextualizado pela “abertura a contextos desconhecidos” (Butler, 2005: 234)
- 6) Critério sócio-semântico: o uso recontextualizado do elemento languageiro é julgado como aceitável e reconhecido como tal pelos sujeitos implicados que formam um sujeito coletivo;
- 7) Critério pragmático-político; o enunciado ressignificado é revolucionário, pois produz uma reparação e uma resistência, ampliando a coesão do sujeito militante (Kenert, 2010)

Tendo os sete critérios como base, podemos resumir a definição de ressignificação da seguinte forma. A ressignificação, entendida como uma prática languageira, efetuada por um sujeito individual ou coletivo (3) que se sente ofendido por um discurso primeiro entendido (1) como insultante, opera como uma resposta (2) ao discurso primeiro por meio da auto-categorização ou recontextualização simples (3). A recontextualização engendra um retorno do enunciado considerado ofensivo (4) em um contexto alternativo (5) gerando um novo uso

para o enunciado. Este novo uso (4) passa a ser aceito coletivamente (6) produzindo uma forma de resistência e demanda por reparação (7).

Com a discussão aqui empreendida e alguns exemplos teóricos ilustrativos, os quais serão retomados em nossas análises, pudemos perceber como com o advento da web 2.0 ampliou-se as possibilidades de sujeitos coletivos e individuais de, pelas afordâncias da web, disputar o dizer, contorcer os sentidos e, então, quebrar com o histórico monopólio de fala antes legitimado apenas para as mídias tradicionais. E, com os processos de hibridificação dos universos em uma concepção pós-dualista do digital, é possível compreender também que, embora muitas mídias tradicionais atualmente se hospedem também no espaço digital, não necessariamente é suficiente para classificá-las como mídias digitais, noção mais próxima ao funcionamento das redes sociais digitais, mas antes como mídias tradicionais digitalizadas que se valem sobretudo do funcionamento da web 1.0, ou, então, da web estática.

É, pois, devido a essas transformações da era digital que, conforme Souza (2014), o antigo “emissor” das mídias tradicionais é deslocado de sua ilusória atuação vertical, o que o leva, então, a ao ocupar a antiga posição imaginária de “emissor”, estar sujeito a ele também, por essa concepção superada da linguagem, tornar-se “receptor”. Em outras palavras, a era digital faz com que a antiga concepção das teorias tradicionais de comunicação em Jakobson (1963) rompa com a ilusão de linearidade e hierarquia estática legitimada historicamente. Isso porque, pela concorrência de mercado entre as mídias e o fenômeno de vigilância entre mídias tradicionais e digitais, além da abertura para novas formas de participação política pela web, um discurso influencia o outro sendo capaz de modificá-lo pela capacidade de reapropriação e subversão dos discursos digitais, tornando o espaço da web uma verdadeira arena de disputa com novos e outros modos de participação política cada vez mais sofisticados.

CAPÍTULO 2

MOVIMENTO SOCIAL, MÍDIAS E POLÊMICAS DISCURSIVAS: A RELAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA 2015-2016 COM AS MÍDIAS TRADICIONAIS E DIGITAIS

É essencial marcar que não há uma definição consensual sobre o conceito de movimento social¹⁹. Afinal, os movimentos sociais estão em constante transformação, variam conforme suas localidades geográficas e temporais, em relação a suas demandas e objetivos, de acordo com a sociedade na qual estão inseridos, tipo de interlocutores com os quais estabelecem a tensa relação de negociação e disputa de poder, entre outros fatores.

Da mesma forma, é difícil desenvolver um conceito sobre movimento estudantil (BRINGEL, 2009; VIANA, 2016; ANJOS; TELLES, 2019) devido a uma série de fatores, como, principalmente, a ausência de uma discussão conceitual especializada neste movimento que seja desvinculada de casos empíricos específicos²⁰. Como o caso, segundo Anjos e Telles (2019), da excessiva concentração de estudos, no âmbito brasileiro, restrito a um mesmo período, qual seja: o contexto do movimento estudantil durante a ditadura militar de 1964-1985.

Segundo Anjos e Telles (2019), tal recorte temporal, além de bastante situado, edifica uma memória para o movimento estudantil como uma formação específica, intensa e radical devido, evidentemente, ao contexto da época. Não se discute aqui a relevância e necessidade ímpar desses estudos, apenas marcamos que conseguimos entender que isso faz com que seja possível produzir-se certas cristalizações de uma memória discursiva para o movimento. Assim, é importante levar alguns pontos em consideração, sobretudo, quando se investiga uma ramificação do movimento em outro contexto sócio-político, como o caso deste estudo que se situa no contexto do movimento estudantil secundarista brasileiro de 2015-2016.

¹⁹ Ibarra (2000) comenta que toda tentativa de conceitualização da noção de movimentos sociais será instrumental, com uma dimensão funcional e sentidos normalizadores. Assim, o autor defende que a tentativa de enquadrar uma ação em todos os critérios indicados como constitutivos de um movimento social, além de frustrante, não contribui para nenhum estudo. Como diz Melucci (1991), há que reconhecer a distância entre o analítico e o empírico. Nesse sentido, os critérios apontados neste estudo têm em vista colaborar para se construir uma noção mínima de movimentos sociais com fins a uma contextualização pertinente à investigação aqui desenvolvida.

²⁰ Anjos e Telles (2019) representam o esforço mais recente em desenvolver uma teoria do movimento estudantil não colada a um caso empírico em particular. Em sua obra “Sociologia e Teoria do Movimento Estudantil”, apontam as limitações da sociologia para analisar o movimento estudantil ao mesmo tempo que avançam junto com a teoria dos movimentos sociais, buscando apresentar uma nova compreensão que explique o movimento estudantil a partir do materialismo histórico e dialético situado na sociedade capitalista marcada pelo neoliberalismo.

Assim, destacamos, em primeiro lugar, que devido a essa memória cristalizada, costumou-se colar o imaginário do movimento estudantil brasileiro à ramificação universitária (FORACCHI, 1997), a qual teve uma maior atuação na luta pela retomada da democracia na época. Ao associar o movimento a uma condição de acesso ao ensino superior, vinculou-se o movimento a uma classe social específica, à classe média (Idem), haja vista que os estudantes que tinham acesso ao ensino superior no contexto sócio-político brasileiro no período da ditadura militar, e também no período de transição democrática, pertenciam a essa classe social.

Por isso que Romero e Morera (2010) afirmam que a juventude costuma ser uma questão de classe média, pois, segundo eles, em geral, nas classes desprivilegiadas o sujeito jovem tem seu período de escolarização reduzido, ingressando precocemente e exclusivamente ao universo do trabalho. Porém, conforme Anjos e Telles (2019), devido à regulação estatal contemporânea da Educação, fruto dos últimos governos democráticos, filhos das classes desprivilegiadas passaram a ter um acesso ampliado às escolas e universidades, fazendo com que atualmente o movimento estudantil apresente um perfil policlassista.

Em segundo lugar, produz um efeito de ocultamento de outras ramificações do movimento. Uma delas é o apagamento da ramificação secundarista dentro do movimento estudantil e, por conseguinte, a marginalização da atuação das classes populares que foram protagonistas no caso do movimento estudantil brasileiro contemporâneo (2015-2016), a considerar que se tratou de uma luta “pela educação [...] no âmbito escolar do ensino médio, das escolas públicas de estrutura curricular do ensino básico e do ensino técnico” (GOHN, 2017, p. 88).

A maioria das pesquisas trata do movimento estudantil universitário, essencializando algumas características e trazendo definições que não expressam as outras ramificações e setores do movimento estudantil, como os secundaristas. Com as ocupações dos secundaristas em São Paulo, Goiás e Paraná, especialmente nos anos 2015 e 2016, há um esforço [recente] em desenvolver a análise das especificidades do movimento estudantil secundarista em comparação ao universitário (MAIA; TELLES, 2018, s/p.).

Em terceiro lugar, favorece uma mescla de estereótipos da juventude (usualmente vista como radical, rebelde, contestatário) com o imaginário para o movimento, fruto da linha tênue

entre sociologia da juventude e sociologia dos movimentos estudantis²¹, como explica Foracchi:

(...) compreender o estudante com base em argumentos que generalizadamente se aplicam ao jovem, *tout court*: imaturo mas sério, audacioso mas inexperiente, impulsivo mas indeciso. Nessas representações não há distinção entre o jovem e o estudante e, por isso, o caráter estudantil das reivindicações é posto em termos de rebelião, turbulência natural aos que são jovens (FORACCHI, 1977, p. 285-286).

Esse imaginário do jovem rebelde que promove tumulto, associado ao distúrbio da ordem, praticando excessos com desrespeito a autoridades e ao patrimônio público, segundo Anjos e Telles (2019), parte da contribuição do estudo intitulado “O jovem radical”, de 1968, do autor Otavio Ianni, amplamente utilizado como referência em estudos sobre juventude, movimentos da juventude e movimento estudantil. Entendemos que esse imaginário ao ser associado ao movimento estudantil corre o risco de compreendê-lo a partir das teorias psicologizantes²² dos movimentos sociais de forma acrítica, levando a reforçar estereótipos (AMOSSY, 2018)²³ em relação ao movimento, seus repertórios de ação e demandas. Finalmente, asseveramos que esse estereótipo condensa a ideia de que todo jovem ou estudante seria contestatário da ordem vigente, ocultando assim as ramificações

²¹ Anjos e Telles (2019, s/p.) alertam que “nem todo jovem é estudante, e nem todo estudante é jovem; ou ainda: nem todo jovem, que também é estudante, mobiliza-se a partir de sua condição estudantil”, apontando que é necessário certo cuidado com o diálogo entre essas duas áreas de estudo.

²² Na década de 1950, temos o que a Teoria dos Movimentos Sociais considera como sendo a primeira escola, ou então, primeiro paradigma de explicação da ação coletiva que recebe o nome de Perspectiva de comportamento coletivo ou Perspectiva psicologista. Essa abordagem traz como principais autores Le Bon (1985), Blumer (1957), Turner e Kilian (1957), Smelser (1968), entre outros. Corresponde aos anos 1950 e se dá, sobretudo, nos Estados Unidos, quando se tentava explicar o fenômeno da luta em direitos civis nessa localidade. Trata-se da principal vertente explicativa do momento, embora atualmente bastante superada, que caracterizava a ação coletiva disruptiva por um comportamento coletivo compreendido com alguns ativos de irracionalidade ou com certos elementos de anomia, os quais levariam os sujeitos a um contágio em seu comportamento não de todo racional. Sendo assim, Ibarra (2000) pontua que se pensava nas condutas coletivas como sendo irracionais e incontroladas, uma resposta emocional a uma tensão ou ruptura estrutural.

²³ Segundo Amossy (2018, p. 60), “*El estereotipo se define como una representación colectiva cristalizada, un modelo cultural que circula en los discursos y en los textos*”. Segundo a autora, os estereótipos se fazem necessários, pois “*el sujeto no puede conocer el mundo sin categorías preestablecidas, no puede actuar en la vida cotidiana si no le es posible trasladar la situación nueva a un esquema ya conocido*.” Dessa forma, assevera que o estereótipo “*Favorece la cognición en la medida en que recorta y categoriza una realidad que, de otra forma, permanecería confusa e inmanejable*.” Contudo, a autora alerta que “*el estereotipo ha sido estigmatizado a causa de su poder de simplificación excesiva y de su carácter fijo. Presenta la realidad bajo una forma esquemática e inmutable, cuando no la deforma lisa y llanamente haciendo circular imágenes prefabricadas a través de las cuales interpretamos (a menudo de forma incorrecta) el mundo circundante*.” Segundo ela ainda, quando os juízos de valores sobre um estereótipo são negativos podem levar a preconceitos e conduzir a práticas discriminatórias.

conservadoras dentro do movimento estudantil favoráveis a políticas educacionais neoliberais, por exemplo.

É nesse sentido que Bringel (2009) atenta que é impossível falar em movimento estudantil no singular. Para ele existem movimentos estudantis, já que o singular pode ocultar a existência de distintos movimentos de estudantes, assim como as tensões existentes entre eles e dentro de uma mesma ramificação, haja vista que se trata de um movimento bastante heterogêneo.

Segundo Anjos e Telles (2019), a condição estudantil é a base social para o movimento e é o elemento constitutivamente heterogêneo dele. Sendo assim, o movimento estudantil carrega suas especificidades nessa condição que é social e transitória:

Dessa forma, a transitoriedade é importante no sentido de que ela cria ciclos de militância dentro do movimento estudantil [...] A importância desse processo é perceber que as demandas do movimento estudantil podem ser alteradas nesse processo de transitoriedade [...] Assim, a condição estudantil é uma das geradoras de uma multiplicidade de formas de insatisfações sociais, sobretudo aquelas que giram em torno do espaço/instituição escolar (ANJOS e TELLES, 2019, s/p.).

No contexto mais recente dos anos de 2015 e 2016, por exemplo, coexistiam de maneira conflitiva, de um lado, o movimento estudantil secundarista contra a reorganização das escolas paulistas – proposta neoliberal de educação²⁴ - e favorável às ocupações escolares como um dos repertórios de ação²⁵ estratégico para aumentar a visibilidade, organização e

²⁴ A proposta da reorganização das escolas paulistas é, segundo Gohn (2017) e Piolli, Pereira e Mesko (2016), um dos fios das reformas educacionais que começaram a ser tecidas na década de 1990 na “Nova Gestão Pública” de Bresser-Pereira, “a qual focaliza os processos de desconcentração, descentralização, publicização, privatização, terceirização, controle e avaliação dos serviços prestados pelo Estado” (GOHN, 2017, p. 89) que fazem com que “a gestão da educação [passe] a ser tratada, pelos órgãos da administração pública, sob a ótica da mensuração em que modelos empresariais de produtividade (quantitativa) passam a ser os principais indicadores de eficiência e eficácia do sistema.” (Idem, p. 89-90). De acordo com Gohn (2017), foi por meio do Decreto n. 57.571/2011, intitulado “Programa Educação: Compromisso de São Paulo”, que se estabeleceu parcerias entre empresas e empresários com escolas da rede pública. Segundo Piolli, Pereira e Mesko (2016), foram essas parcerias que orientaram a política de reorganização da Secretaria de Educação do Governo do Estado de São Paulo que no ano de 2015 atuou também na proposição do projeto de Reorganização das Escolas Paulistas, o qual “previa o fechamento de 92 escolas e a reorganização para segmento único de mais 754 escolas”. (PIOLLI, PEREIRA e MESKO, 2016, p. 23).

²⁵ A noção de repertórios de ação desenvolvida por Tarrow (2009) consiste nas práticas de visibilidade, organização e negociação dos movimentos sociais. Nesse sentido, todo movimento social se vale de certos repertórios de ação em suas mobilizações, tendo em vista alcançar uma posição que permita negociar suas demandas, disputar a simpatia da sociedade etc. Segundo o autor, alguns repertórios de ação já estão estabelecidos culturalmente como típicos de certos movimentos. No caso do movimento estudantil, as ocupações de escolas e de setores estratégicos das universidades podem ser consideradas um repertório de ação típico do movimento em consonância a suas demandas e reivindicações, funcionando também como marca identitária do movimento, assim como fazer outros usos do objeto simbólico que no contexto de aula funciona como carteira escolar.

negociação do movimento; e por outro lado, um movimento estudantil conservador, contrário às ocupações e favorável a projetos educacionais neoliberais e até antidemocráticos como o projeto Escola Sem Partido²⁶.

Contudo, embora reconheçamos a vasta possibilidade de heterogeneidade de composição do movimento estudantil, concordamos com Anjos e Telles (2019) que defendem que o movimento estudantil pode ser considerado um movimento social específico, pois, segundo os autores, ele possui todos os elementos constitutivos de um movimento social: insatisfação sobre uma situação, perceberem-se coletivamente e mobilizarem-se a partir de determinados objetivos.

Nesse sentido, é importante trazermos algumas noções básicas sobre movimento social para podermos melhor contextualizar o movimento que aqui nos interessa e seu contexto, qual seja: o movimento estudantil secundarista quando da época das ocupações - na ramificação que é a mais expressiva - contra a proposta de reorganização das escolas paulistas.

Ibarra (2000) assevera que, mais que um conceito, é interessante pensar nos movimentos sociais como uma noção situada em relação de distinção e semelhança com outras noções como ação coletiva e ciclo de protesto.

Podemos dizer, apoiados nos estudos de Diani (2015), Ibarra (2000) e Melucci (1991), que ação coletiva consiste em uma noção englobante, haja vista que pode vir a conformar ou não um movimento social. Por exemplo, Bringel (2009) aponta que nem toda mobilização de estudantes pode ser caudatária do movimento estudantil. Segundo ele, protestos se isolados são apenas uma ação coletiva.

Nesse sentido, temos um grande conjunto diverso de ações coletivas e dentro desse conjunto algumas conformações de ações coletivas configuram práticas de movimentos sociais, enquanto que outras não. Na ação coletiva também há o que se denomina ciclo de protesto [conceito introduzido por Charles Tilly (1978) e desenvolvido por Sidney Tarrow (2009)], que poderia ser considerado como um eixo transversal. Movimentos sociais podem acionar ciclos de protesto – períodos prolongados e sustentados no tempo de protestos diversos - como estratégia de visibilidade e de negociação, porém não é todo ciclo de protesto que conforma ou se vincula a um movimento social.

²⁶ O projeto Escola Sem Partido (PL n. 193/2016) foi proposto tendo em vista a inclusão do “Programa Escola Sem Partido” na Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional (LDB). Segundo Gohn (2017, p. 105), “Trata-se de um projeto controverso – apoiado por setores retrógrados da sociedade que defendem abertamente valores antidemocráticos” repudiado amplamente por diversos setores educacionais, acadêmico-científicos e demais setores democráticos da sociedade até finalmente ser considerada inconstitucional a sua inclusão na LDB pelo Ministério Público Federal.

De acordo com os esforços integralistas de Diani (2015)²⁷, seriam, então, três os critérios fundamentais para a conformação/identificação de um movimento social. Segundo ele, movimentos sociais são a) redes de interação informal b) que compartilham crenças e estabelecem uma relação de solidariedade e c) promovem uma ação coletiva em torno de temas conflitivos. Sendo assim, podemos dizer que os movimentos sociais são uma rede de sujeitos, grupos ou organizações que mantém uma vinculação informal, ou seja, não institucionalizada²⁸ entre si com certa permanência no tempo²⁹ e mobilizados em torno de um conflito social, cultural e/ou político.

Dessa brevíssima descrição, destacaremos alguns pontos para o debate. O primeiro é a noção de rede. Segundo o autor, então, os movimentos sociais conformam uma rede de interação, o qual podemos aproximar ao conceito de rede social³⁰. É importante frisar que este último conceito preexiste ao advento do digital. Nesse sentido, quando se pensa uma sociedade organizada e que se relaciona por redes de interações, consideram-se as possibilidades de interações por redes *on-line*, *off-line* ou *híbrida*, ou na classificação que propomos neste trabalho, digital, pré-digital ou híbrida, noções que se sustentam em uma perspectiva pós-dualista.

Segundo Recuero (2014), as redes sociais são um conjunto de nós e suas conexões. Por nós, compreendemos as representações de sujeitos individuais ou coletivos e/ou

²⁷ Elegemos Diani (2015) para debater a noção de movimento social, pois ao buscar construir uma proposta integralista para definir algumas categorias consideradas essenciais para poder identificar um movimento social, apresenta um interessante diálogo entre autores estruturalistas (Tilly e Tarrow) e culturalistas-identitário (Tourine e Melucci). Nesse esforço, Diani (2015) assume como compromisso, a partir dos pontos de conexão entre as diferentes perspectivas, construir uma espécie de definição conjunta que tenha em conta diversos elementos úteis para compreender as práticas dos movimentos sociais.

²⁸ Porém, é importante lembrar que no caso dos estudos sobre o movimento estudantil brasileiro, organizações institucionalizadas como por exemplo a UNE (União Nacional dos Estudantes) são, segundo Anjos e Telles (2009), amplamente reconhecidas, nos estudos acadêmicos, como parte do movimento social estudantil. Já Bringel (2009) considera que uma organização estudantil institucionalizada não pode ser considerada um movimento estudantil. Demonstrando, assim, que não há um consenso sobre a questão das interações serem informais ou formais para conformar um movimento social.

²⁹ Vale abrir a ressalva de que permanência no tempo não significa visibilidade sustentada no tempo por parte de um movimento social. Segundo Melucci (1991), todo movimento social pendula entre momentos de latência e de visibilidade. A noção de latência se refere aos aspectos de interiorização do movimento, no momento crucial de construção de pautas e alicerces identitários, o qual costuma ser mais oportuno segundo o autor nos momentos de latência. Já os momentos de visibilidades construídos a partir de certos repertórios de ação mais conflitivos e midiáticos permitem ao movimento se expor para visibilizar suas demandas, pressionar a agenda comunicativa, intensificar as estratégias de negociação com o Estado, etc.

³⁰ Dentro da Teoria dos Movimentos Sociais, a abordagem das redes tem grande relevância. Tanto autores representativos da perspectiva estruturalista como construtivista, Tilly (2004) por um lado, e Melucci (1991) pelo outro, utilizam noções das redes para pensar a ação coletiva em tempos da sociedade da informação. Nessas abordagens, há alguns conceitos muito interessantes como densidade de redes, de Tilly, ou rede de movimentos sociais, de origem latino-americano de Escobar Alvares. Todos vão aportar um olhar na possibilidade ou capacidade das organizações em movimento de tecer redes, de permitir que permaneçam no tempo ou conquistar ações exitosas (IBARRA, 2000).

instituições, enquanto que as conexões são os laços sociais, logo, as formas de interação entre os nós³¹. A autora aponta que, no espaço digital, as interações que ela chama de *on-line* são diferentes das que ela denomina *off-line* devido, sobretudo, a uma possibilidade de um

maior poder aos usuários, permitindo que cada um consiga amplificar suas mensagens para grandes audiências participativas. [...] Isso porque esses sites não apenas permitiam a representação individualizada dos atores, mas também a publicização de suas conexões.[...] esses sites, portanto, não apenas publicam redes, mas as modificam. E, modificando suas conexões, alteram também os fluxos de informação, gerando impacto nos processos comunicacionais. (Idem, p. 408-409).

Ainda conforme a autora, o espaço de interação digital, que marcamos ser mais privilegiada na web 2.0, deixa marcas dos rastros das interações e conversações, tornando-os disponíveis para mapeamento - característica que podemos aproximar à noção de investigabilidade inerente aos tecnodiscurso segundo Paveau (2021a). E, finalmente, de acordo com Recuero (2014), as interações em uma rede podem ser classificadas como cooperativas, competitivas ou conflitivas - acrescentamos também para este estudo a noção de interações solidárias, considerando a existência de uma gradação de intensidade nas interações eufóricas, ou seja, quando a interação apresenta um nível menor de colaboração, consideramos como uma interação solidária, e quando a interação apresenta um nível maior de colaboração, nós a denominamos de interação de cooperação, e, necessariamente incidem sobre a estrutura social, seja para a manutenção da ordem vigente ou reivindicação por transformações.

Nesse sentido, um movimento social conforma uma rede social que se relaciona como uma comunidade identitária (IBARRA, 2000) ao partilhar certos objetivos comuns (DIANI, 2015) em interações cooperativas e, acrescentamos, solidárias. Mas, também, relaciona-se ao seu oposto no conflito cultural, social e/ou político por interações competitivas e/ou conflitivas³².

As relações cooperativas e solidárias, então, mantêm-se pela partilha do que Diani (2015) chamou de crenças compartilhadas e laços de solidariedade que conformam a

³¹ Essa representação da sociedade em rede (CASTELLS, 2002) parte do estudo Leonhard Euler datado em 1736, o qual oferece os princípios norteadores da Teoria de Grafos, chamado também de rede e de estudo das redes sociais desenvolvidos nas décadas de 1930 e 1940, que inauguram um novo paradigma nas ciências sociais por meio da perspectiva da complexidade das redes. O interesse investigativo desses estudos repousa em mensurar as conexões sociais e investigar a dinâmica das redes compreendida como dinâmicas e em constante transformação.

³² No caso das ocupações no Rio de Janeiro temos como exemplo a atuação do movimento de ocupação denominado Ocupa Mendes e o contra-movimento denominado Desocupa Mendes. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/estudantes-pro-e-contra-ocupacao-de-escola-na-ilha-voltam-a-entrar-em-confronto-e-policia-e-acionada-13052016>. Acesso em: 23/09/2020.

comunidade identitária diferenciada e alternativa que é atravessada pelo coletivo (MELUCCI, 1991), ou seja, não individualizada. Nesse sentido, o movimento, além de estabelecer relações de cooperação dentro do próprio movimento, consegue estabelecer relações tanto de cooperação quanto de solidariedade fora do movimento, com outros movimentos que o apoiam e coletivos que o acompanham, seja na esfera digital, pré-digital ou híbrida.

No caso do movimento estudantil secundarista brasileiro contemporâneo, destacamos o funcionamento da relação de cooperação com o coletivo O Mal Educado³³ e a enorme rede de relações de solidariedade que o movimento alcançou.

Gohn (2017) aponta que o movimento estudantil nasceu de uma indignação compartilhada em relação ao sistema público de ensino no encontro identificado nas redes sociais digitais, por grupos de WhatsApp e fóruns de discussões, sobretudo na rede social Facebook, como prevê Castells (2017), quando discorre sobre os movimentos sociais na era digital³⁴. Porém, Campos, Medeiros e Ribeiro (2016) destacam que os encontros dos estudantes se davam nos protestos em apoio aos professores durante a greve desta categoria. Desse encontro em espaço pré-digital, contatos telefônicos e perfis do Facebook foram trocados, principalmente, devido ao gerenciamento do coletivo O Mal Educado. Nesse

³³ O Mal Educado é um coletivo que pode ser classificado como um novíssimo movimento social na classificação das eras dos movimentos sociais. Trata-se de um coletivo que funciona na relação de cooperação, desenvolvimento e apoio a grupos de interesse. Mais especificamente no assessoramento da construção de grêmios estudantis e registro da memória de lutas estudantis com vistas a fortalecer a formação política tão esvaziada pela estrutura da escola regular da Educação Básica brasileira. O coletivo se formou devido a duas experiências estudantis. Uma de 2009 de uma escola estadual de São Paulo contra a diretoria de Ensino e outra de 2010-2011 da experiência de poligremia entre colégios de elite da capital paulista, escolas técnicas e da rede SESI. Por conta do caráter transitório da condição de estudante, o coletivo passou por períodos de esvaziamento de sua causa que o levou, em 2011 a 2013 a se aproximar e participar ativamente da construção do Movimento Passe Livre – SP na luta em relação à tarifa do transporte público. “Foi a rede de contatos e a sociabilidade em torno do MPL-SP que permitiu o encontro das duas experiências à organização estudantil nas escolas do estado, reconhecendo táticas comuns de desmobilização dos alunos” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 63). Quando da ruptura do MPL-SP, o coletivo voltou a se reorganizar como Frente junto a pautas educacionais estando presente nas greves de professores de São Paulo de 2015 – a mais longa da história da categoria - promovendo encontros e contatos entre estudantes para conhecimento e estudo de outras experiências estudantis como a Rebelião dos Pinguins do movimento estudantil chileno, que promoveu ocupações massivas de escolas e universidades contra as políticas neoliberais de educação do país e ainda se encarregou de traduzir e distribuir o manual “Como ocupar um colégio?” de autoria de um coletivo argentino com base na experiência chilena. O Mal Educado passou a apoiar e assessorar o movimento estudantil secundarista paulista em suas ocupações. “Todo este panorama da estratégia adotada pela Frente ilustra que O Mal Educado não atuou como dirigente do processo político, mas meramente como um catalisador que detonou uma virada tática – das manifestações de rua às ocupações -, apresentando uma nova forma de ação coletiva, desconhecida ou impensável para os alunos. [...] Curiosamente, [...] A E.E. Diadema ocupou antes da E.E. Fernão Dias, escola na qual a presença da Frente d’O Mal Educado (principalmente com o coletivo G.A.S.) era muito mais orgânica do que no antigo Cefem, o que mais uma vez revela a iniciativa autônoma dos estudantes em luta.” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 79-80).

³⁴ Essa categoria de movimento social não pode ser considerada como uma categoria estabilizada nas Teorias dos Movimentos Sociais. Diani (2015), por exemplo, a rejeita enfaticamente, e Gohn (2017) pondera que há que ter certo discernimento ao analisar a relação que o movimento estabelece com as redes sociais, haja vista que na hibridificação dos mundos, todos os movimentos sociais, de alguma maneira, relacionam-se com e por meio do digital.

momento é que se conformou uma rede social de indignação no espaço digital (CASTELLS, 2017).

Da indignação expressa em meio digital, assembleias e encontros em espaços públicos foram promovidos (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016), estabelecendo-se, assim, uma rede de interação híbrida (CASTELLS, 2017), na qual o digital não está separado do espaço urbano, do lugar físico das escolas ocupadas.

Nesse sentido, compreendemos a rede de interação com o coletivo O Mal Educado como uma interação de apoio e cooperação. Porém, o movimento conseguiu arregimentar uma ampla rede de solidariedade também:

O movimento dos estudantes soube também explorar a grande simpatia que despertou na população. Quando os vizinhos perceberam que os estudantes lutavam pelo patrimônio público no bairro, não apenas impedindo o fechamento das escolas, mas também zelando e cuidando delas, eles se aproximaram do movimento e passaram a colaborar doando alimentos para as ocupações, oferecendo oficinas e aulas voluntárias e ajudando os estudantes em consertos nos prédios. Essa solidariedade ajudou a proteger as ocupações dos abusos sistemáticos da força policial e de grupos políticos aparentemente estimulados pelo governo estadual. Intelectuais e artistas também manifestaram seu apoio ao processo de ocupações de escolas realizando aulas e shows que despertaram a atenção do público. Eles foram fundamentais para romper a abordagem dos grandes meios de comunicação que trataram o processo como um fenômeno de menor relevância, por descaso ou por viés político (ORTELLADO, 2016, p. 14).

Compreendemos que essas relações em rede se estabelecem a partir principalmente da potência dos objetivos comuns que mobilizam o movimento, os quais podem partir de uma realidade bastante específica, local, porém necessariamente devem estabelecer um diálogo global, podendo se generalizar em grandes temáticas sociais, culturais e políticas em uma relação conflitiva (caso se trate de um movimento social contestatário) com os Aparelhos Ideológicos do Estado e até, no limite, conflitiva repressiva na relação com os Aparelhos Repressivos do Estado. Haja vista que segundo Ibarra (2000), tais movimentos sociais usam racional e razoavelmente recursos de diversos tipos para alcançar benefícios das instituições públicas.

Nesse sentido, Sanchez (2000) destaca que os objetivos dos movimentos estudantis, em geral, podem apresentar dois tipos de caráter de demandas: 1) de caráter gremial, relacionado à situação dos estudantes no espaço escolar; 2) de caráter político mais amplo, que expande suas demandas para além dos muros do espaço de ensino, buscando a transformação da educação e da sociedade de maneira geral.

No caso das mobilizações dos estudantes do ensino médio que, segundo Gohn (2017), fez ressurgir o movimento estudantil secundarista pela irrupção do que ela nomeou como “um novo ciclo de protestos de jovens estudantes secundaristas da escola pública” entre os anos de 2015 e 2016, o objetivo disparador das mobilizações se relacionava ao âmbito da escola: contra o plano de reorganização das escolas paulistas, “que levaria, entre outras consequências, ao fechamento de inúmeras unidades”. Nesse sentido, o propósito era barrar a continuidade e efetivação do dito plano abrangendo assim os estudantes das escolas estaduais do estado de São Paulo. Porém, segundo Gohn:

A resistência dos estudantes (...) transbordou a contestação ao plano de reorganização e colocou em evidência outros temas relacionados às escolas públicas no estado. A pauta estudantil foi sendo ampliada no processo com denúncias referentes à falta de relações democráticas na escola, à precariedade das instituições de ensino, à falta de professores (GOHN, 2017, p. 96).

Nesse sentido, vimos um alargamento das pautas educacionais que motivavam as manifestações, ampliando e expandindo o movimento que passou a ser composto por manifestações, mobilizações, ocupações, entre outros repertórios de ação³⁵, não apenas nas escolas estaduais de currículo regular do estado de São Paulo, mas também nas escolas de ensino técnico do mesmo estado, em relação à CPI da Merenda³⁶ e ainda em outros estados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás, quando às pautas locais, a partir do ano de 2016, somaram-se as pautas nacionais contra o PL do Escola Sem Partido, e no 2º semestre do mesmo ano, contra a proposta de Reforma do Ensino Médio³⁷, iniciada no governo interino de Michel Temer e aprovada nesse mesmo governo.

³⁵ Segundo Ortellado (2016), o movimento dos estudantes secundarista de 2015-2016 “começa como conflito local, com protestos contra as diretorias. Logo, vira passeatas nos bairros, depois protestos em regiões centrais, reunindo várias escolas e, finalmente, ocupações. Das ocupações, o movimento ainda se metamorfoseia em trancamentos de avenidas, antes de conseguir a renúncia do secretário da educação, o cancelamento do fechamento das escolas e a derrubada da popularidade do governador” (Idem, p. 13). Segundo ele, o movimento apresentou uma enorme inovação em relação aos repertórios de ação por ele mobilizados com amplo espectro de táticas empregadas de forma experimental e logo abandonadas caso não funcionassem. O autor lista que o movimento se valeu de abaixo-assinados, protestos na escola e nos bairros, passeatas no centro da cidade, ocupações das escolas, aulas públicas, promoveram shows de solidariedade e bloqueios de ruas e avenidas. Dessa forma, conclui que “Poucas vezes na história social recente um movimento soube utilizar um espectro tão amplo de táticas e se metamorfosear em tão curto espaço de tempo” (Idem, p. 14).

³⁶ Denúncia de suspeita de fraude na compra de alimentos para a merenda escolar no estado de São Paulo, envolvendo governo estadual, que levou à instauração do que ficou conhecido como CPI da Merenda.

³⁷ Segundo Piolli e Sala (2019), a proposta da Reforma do Ensino Médio proposta e aprovada no governo de Michel Temer se vincula à BNCC e sua implementação, pelo menos no estado de São Paulo, caso por eles analisado, leva a uma profissionalização do currículo do Ensino Médio. Em termos práticos, os autores explicam

Nesse sentido, vemos como as relações conflitivas com os Aparelhos Ideológicos do Estado e as propostas neoliberais para a Educação são impulsionadoras desse movimento. Podemos assim dizer que a polêmica está na base da constituição de todo movimento social:

(...) os conflitos - valendo-se do choque das opiniões contrárias – não permitem nem conduzir a um acordo, nem assegurar um modo de coexistência numa comunidade dividida entre posições e interesses divergentes (...) e isso justamente nos casos de dissensão profunda, nos quais as premissas são diferentes demais para autorizar uma partilha de razão. A polêmica preenche, por esse motivo, funções importantes que vão da possibilidade do confronto público no seio das tensões e de conflitos insolúveis à formação de comunidades de protesto e de ação pública (AMOSSY, 2017, p. 13).

2.1. A noção de polêmica a partir da Análise do Discurso: contribuições de Amossy e Maingueneau

Embora o movimento tenha vivenciado tensões e conflitos em seu limite para além da relação com os Aparelhos Ideológicos do Estado, chegando a conflitos sistemáticos e duros com os Aparelhos Repressivos do Estado, representado na polícia municipal e até militar, para este estudo nos interessa, sobretudo, a polêmica materializada nos discursos. Em outros termos, interessa-nos a polêmica como gestão do conflito em termos de embates verbais na materialidade discursiva.

Baronas e Lourenço (2019) defendem a importância de se compreender a polêmica no espaço público pelo âmbito das ciências da linguagem, sobretudo, onde as polêmicas mais pululam em dispositivos midiáticos e nas redes sociais digitais. Porém, alertam que são poucos os estudos que se dedicam a esse tema, destacando, assim, o trabalho de dois analistas do discurso franceses: Maingueneau (2005) e Amossy (2017). A dupla de pesquisadores brasileiros assevera que, embora os autores franceses tragam embasamentos teórico-metodológicos distintos, é possível e bastante válido tecer um diálogo entre os dois.

E neste estudo esses serão os dois nomes que sustentarão nossos esforços em investigar as polêmicas nos dispositivos midiáticos das mídias tradicionais e nas redes sociais

que há uma redução geral da carga horária por disciplinas (que na BNCC aparecem por áreas de conhecimento) e que apenas as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira e Matemática aparecem nos três anos do Ensino Médio, porém com carga reduzida em comparação à estrutura anterior. Enquanto que disciplinas como Química, Física, História, Geografia, Biologia e Educação Física, ficam limitadas a dois anos e as disciplinas de Arte, Filosofia e Sociologia a apenas um ano. Conforme os autores, tal reforma prevê um impacto significativo na rede de ensino, tanto com prejuízos na formação dos estudantes como nas condições de trabalho dos professores que tem suas cargas horárias reduzidas, tendo que completar suas jornadas de trabalho em diversas escolas, inviabilizando deslocamentos e seus custos, além de demissões em uma rede de ensino que já sofria de maneira crônica com a falta de professores.

digitais - novas mídias ou mídias digitais – na relação com o movimento estudantil secundarista.

Maingueneau (2005) traz a noção de polêmica em seu livro “Gênese do discurso”. Nesse estudo, o autor francês afirma que na gênese de todo discurso sempre se encontram outros discursos. Nesse sentido, no espaço discursivo, entendido por ele como uma “rede de interação semântica” na qual se engendra “a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas” (MAINGUENEAU, 2005, p. 103), coexiste um Mesmo e um Outro que se opõem.

Uma das grandes contribuições desse autor é apresentar a compreensão de que esses opostos se constituem mutuamente, mesmo na tentativa de se excluírem um ao outro. Em outros termos, temos que nessa coexistência conflitiva e tensa eles se delimitam e se replicam.

Esse mesmo fenômeno é descrito nas palavras de Fiorin (2014):

O texto, entendido como manifestação discursiva, é constitutivamente heterogêneo, porque deixa ver seu direito e seu avesso: o discurso antirracista aponta para o discurso racista, o que propõe o direito à liberdade sexual assinala a existência de um discurso intolerante em relação a essa diferença (FIORIN, 2014, p. 79).

Além de reconhecer, então, que todo discurso é atravessado constitutivamente pelo discurso ao qual se opõe, Maingueneau (2005) avança ao apresentar a noção denominada por processo de interpretação recíproca. Por essa noção, cada formação discursiva apenas compreende o seu Outro conforme o seu próprio registro, o qual inclui os termos positivos reivindicados e rejeita os termos negativos.

Em outras palavras, a polêmica se constrói na interincompreensão regrada:

enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de ‘não compreender’ o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno. No modelo, isso se manifesta no fato de que cada discurso é delimitado por uma grade semântica que, em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco (MAINGUENEAU, 2005, p. 103).

Isso, então, significa que enunciar, sempre conforme as regras de um dado discurso, ou seja, de uma dada formação discursiva, implica necessariamente em não compreender os enunciados do Outro, logo, a formação discursiva do Outro oposto na relação polêmica.

Segundo Maingueneau, cada um dos conjuntos em oposição, enuncia a partir de discursos que repousam sobre conjuntos de termos que são divididos em dois registros

distintos e opostos. De um lado, os termos com sentido eufórico que são reivindicados por uma das partes e, de outro, os termos com sentido disfórico que são rejeitados por essa mesma parte.

Nesse sentido, é pelo funcionamento do simulacro (MAINGUENEAU, 2005) que uma formação discursiva traduz os discursos da formação discursiva antagonica pelos termos que rejeita, ou seja, dentro dos limites de sua própria formação discursiva, conservando, assim, ilusão de fechamento semântico. Segundo o autor francês:

A cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema. Em outras palavras, esses enunciados do Outro só são “compreendidos” no interior do fechamento semântico do intérprete; para construir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele. (MAINGUENEAU, 2005, p. 103).

Nas palavras de Angenot (2008), esse processo assemelha-se ao “diálogo dos surdos”, quando as partes em oposição no conflito inconciliável não conseguem “compreender” os sentidos outros a não ser negativamente, ou seja, não conseguem “compreender” o sentido da formação discursiva do Outro, os quais vão contra a sua própria constituição. Nesse sentido, cada uma das partes faz retornar o discurso do Outro, integrando-o ao seu próprio sistema por inversão.

A questão é que nem sempre essa relação se estabelece por meio de um diálogo estruturado. Amossy (2017), em sua obra “Apologia à polêmica”³⁸, recorda-nos que quando

³⁸ Em “Apologia à polêmica”, Amossy (2017) investiga o funcionamento e as funções da polêmica pública em casos concretos assentados na democracia pluralista (conforme MOUFFE, 2000). Ela propõe que a polêmica pública tem seu funcionamento na modalidade argumentativa, ou seja, apoiada em um conjunto de teóricos (ANGENOT, 2008; MAINGUENEAU, 2005, entre outros), ela realoca a noção de polêmica no campo da argumentação e, conseqüentemente, no campo da democracia deliberativa propondo uma retórica do dissenso. E ainda, apresenta quatro funções para a polêmica, são elas: 1) a função persuasiva, 2) a função de estabelecer um elo social, 3) a função de protesto e 4) como estratégia de posicionamento. Conforme a primeira função, a polêmica não visa uma das partes em disputa, mas o Terceiro, ou seja, a opinião pública. Segundo a autora “[...] há efetivamente uma tentativa de ligar o maior número possível de pessoas à tese desenvolvida pelo polemista. Na democracia, o número de adesões a uma dada posição importa, porque os cidadãos vão às urnas e porque a pressão da opinião pública pode pesar sobre as decisões governamentais. [...] ela é um instrumento de luta pela qual cada um tenta fazer prevalecer suas formas de compreender e de ordenar uma sociedade para a qual são propostos modelos antagonicos e, às vezes, incompatíveis” (AMOSSY, 2017, p. 210). Enquanto que a primeira função tende para a divisão e a disputa, a segunda, marca a possibilidade de estabelecimento de relações e de união. Amossy afirma que embora “a polêmica não resulte em um acordo, [...] ela tece um elo social. Ela o faz também, inversa e complementarmente, ao permitir às partes encontrar indivíduos que partilham seu ponto de vista, fazendo polêmica do mesmo lado que eles, de forma que acabam formando uma comunidade. [...] A polêmica que cava divisões e favorece preenchimentos identitários é também aquela que suscita ligações” (AMOSSY, 2017, p. 212). Ela também serve como forma de protesto, de acordo com sua terceira função, haja vista que ela funciona como um “vetor importante de acusação e de denúncia, a polêmica favorece o protesto

falamos em polêmica pública³⁹, ela, embora se estabeleça de forma dialógica, no sentido bakhtiniano, não necessariamente é dialogal, haja vista que se estabelece na circulação dos discursos⁴⁰. Nesse sentido, o espaço discursivo pode não se constituir – o qual pressupõe que uma parte teria direito a réplicas simétricas em relação ao outro, seja de forma síncrona ou assíncrona.

É, então, no espaço da circulação dos discursos em uma sociedade democrática pluralista⁴¹, favorecido, sobretudo, pelas mídias, tanto tradicionais como as novas mídias ou mídias digitais, que o encontro virtual de um com o outro é reconstituído pelo jornalista (sobre esse ponto retornaremos mais adiante). Trata-se, assim, de um debate verbal conflitual, no qual o consenso é praticamente impossível de ser alcançado, materializado em forma de dissenso sobre uma questão da atualidade que gera forte interesse da sociedade e, assim,

individual e social. [Pois] O protesto supõe uma denúncia e um desejo de mudança; inscrevendo-se numa relação de força, ele acontece como um ato de resistência. Para tanto, ele faz apelo efetivamente àqueles que detém o poder para os intimar a satisfazer reivindicações ancoradas em valores éticos ou em princípios sociais. Assim que se faz protestador, o discurso polêmico aparece como um meio de ação coletiva, entre outros. Se ela exacerba um conflito de opiniões, é para contribuir para fazer advir uma mudança, levar a uma modificação do *status quo*” (AMOSSY, 2017, p. 213). E finalmente, estabelecendo uma relação com as noções de *ethos* e de construção de imagem de si, a autora afirma que ela serve também como estratégia para que o sujeito político se posicione ideologicamente no debate. Nesse sentido, sua obra compreende que a polêmica se constrói discursivamente e modela tanto a comunicação como o poder hegemônico ao dar voz a sujeitos subalternizados pelas relações desiguais de poder, sobretudo, na era digital, haja vista que a web “autoriza os choques de opiniões contrárias até nas discussões inflamadas pelas quais ela é criticada.” (AMOSSY, 2017, p. 206).

³⁹ Amossy (2017) quando fala em polêmica, não se refere a discussões e disputas entre particulares, segundo ela, mesmo que a polêmica seja desencadeada por uma situação pontual, é preciso que ela aborde um assunto de interesse público, colocando em causa os grandes princípios da sociedade, ou seja, a autora se refere à polêmica que tem lugar na esfera pública em sociedades democráticas pluralistas.

⁴⁰ A polêmica pública é, segundo Amossy (2017) um contradiscurso e pode se desenvolver em dois dispositivos enunciativos: 1) o discurso polêmico; 2) a interação verbal. Por discurso polêmico a autora entende que “Esses discursos se cruzam no espaço público, sem, no entanto, construírem um diálogo formal” (AMOSSY, 2017, p. 199). Já por interação verbal, que segundo ela é da ordem da interação agonística “representa uma confrontação verbal na qual o(s) representante(s) de cada campo responde(m) aos argumentos e ataques do outro. Corresponde, nesse sentido, à forma validada do diálogo” (AMOSSY, 2017, p. 199). Maingueneau (2005) também propõe uma distinção semelhante. Para ele a polêmica pode se manifestar em dois níveis, o nível dialógico, que seria o da interação constitutiva ou seja, na relação com o interdiscurso; e o nível polêmico, da ordem da heterogeneidade mostrada, quando um discurso reporta marcadamente ao outro.

⁴¹ Em sua obra, Amossy (2017) se apoia nos estudos da cientista política Chantal Mouffe (2000) a qual revaloriza o dissenso em sua teoria da democracia deliberativa, concebida como pluralismo agonístico. Amossy (2017) nos explica que, conforme Mouffe (2000), primeiro “é preciso distinguir entre um acordo pontual, que permite tomar uma decisão pela via democrática, e a onipresença da dissensão e do conflito, que divide, na esfera democrática, grupos com visões de mundo e interesses divergentes.” (AMOSSY, 2017, p. 34). Em segundo lugar, dessa forma, a cientista política retomada por Amossy, “mostra que o pluralismo agonístico” (*agonistic pluralism*) não ameaça a democracia, mas é na realidade, uma de suas condições de existência. Este é o paradoxo democrático de que trata o livro da cientista política. Na verdade, o que permite a democracia é mesmo o ‘reconhecimento e a legitimação do conflito’ e ‘a recusa em reprimir pela imposição de uma ordem autoritária’. A visão utópica da sociedade como uma unidade orgânica cede lugar a uma visão de pluralismo de valores (MOUFFE, 2000, p. 103 apud AMOSSY, 2017, p. 35). Assim, Amossy (2017) afirma que Mouffe situa tanto o conflito como o dissenso como o próprio motor do processo democrático.

convoca-a a se posicionar junto às partes em oposição e disputa, mesmo quando o diálogo entre as partes não ocorra de fato.

Essa questão se esclarece se adotamos uma concepção modular da argumentação que a define como um *continuum* e que vai da coconstrução das respostas ao choque de teses antagônicas. Trata-se de estruturas de interações globais que se pode qualificar como modalidades argumentativas. Nesse sentido, a polêmica, como interação fortemente agonística que atravessa os gêneros (panfleto, discurso na Câmara, artigo de opinião...), assim como os tipos de discurso (jornalístico, político...) é uma modalidade argumentativa situada em um dos polos do *continuum*, até o limite extremo de suas possibilidades. (AMOSSY, 2017, p. 50)

Segundo a autora, então, a polêmica tem a função social de realizar a gestão verbal do conflito entre visões diferentes e posicionamentos ideológicos distintos e excludentes. Sendo assim, corresponde à gestão de uma realidade sob o modo de dissensão, a qual pode ser caracterizada a partir de três critérios: dicotomização, desqualificação do outro e polarização. Essas, em suma, são as marcas definitórias da polêmica pública segundo a autora. Ela reconhece que o “diálogo dos surdos” (ANGENOT, 2008) que se relaciona com a noção de interincompreensão regrada de Maingueneau (2005) pode estar presente na polêmica pública. Porém afirma que não se trata necessariamente de um traço definitivo de sua especificidade e que deve ser analisado *in loco*, ou seja, em casos concretos. Assim também, ela defende que o *pathos* é um traço secundário da polêmica tanto quanto a violência verbal, a qual também não é aceita por Maingueneau (2005) como essencial da polêmica: “No nível em que nos situamos, a noção de ‘polêmica’ não coincide com o que se entende habitualmente por isso (uma controvérsia violenta), que é apenas um dos aspectos de um fenômeno mais geral” (MAINGUENEAU, 2005, p. 111). Sendo assim, é que, dessa forma, neste momento, enfocaremos apenas o que a autora Amossy estabelece como as três marcas definitórias da polêmica.

Por dicotomização, a autora compreende uma oposição de discursos ou choque de posicionamentos contrários. Nesse sentido, estamos nos referindo a formações discursivas (PÊCHEUX et al, 2020) antitéticas que se excluem mutuamente sem haver qualquer possibilidade de conciliação ou interpretação entre elas, restando apenas um convívio conflitual no que Maingueneau (2005) chama de zona de interincompreensão regrada, a qual lembramos pode ou não estar presente nos casos concretos.

É de suma importância marcar que a dicotomia se estabelece pela radicalização de posições antagônicas, haja vista que conforme Mouffe (2000, p. 102): “aceitar o ponto de

vista do adversário é aceitar uma mudança radical de identidade política.” E, sobre a radicalização de posições, Amossy afirma que:

Se há choque de opiniões contrárias, é porque a oposição de discursos, na polêmica, é o objeto de uma clara dicotomização na qual duas opções antitéticas de excluem mutuamente. Enquanto que o debate argumentado se supõe direcionar os participantes para uma possibilidade de solução, a dicotomização ‘radicaliza o debate, tornando-o difícil – às vezes impossível – de resolver’ (DASCAL, 2008, p. 27 apud AMOSSY, 2017, p. 53).

De acordo com Amossy (2017), toda atividade enunciativa assentada na polêmica, ao mesmo tempo em que busca argumentos em favor de sua própria tese, lança argumentos contra a tese do adversário. Uma das formas de exercer esse segundo movimento repousa na segunda marca da polêmica⁴², conforme a autora, na desqualificação do outro, que consiste na prática discursiva de difamação na tentativa de questionar a autenticidade do posicionamento do outro chegando até a uma prática discursiva com efeito de sentido de criminalização do adversário. Segundo a autora:

O procedimento mais atenuado consiste em atacar a palavra do outro, tendo ele como alvo apenas por meio dela. O Oponente refuta, assim, as razões do adversário, mostrando que seu discurso é indigno de confiança e não merece que o apoie. A polêmica responde, então, ao discurso adverso, enfraquecendo-lhe os argumentos por todos os meios possíveis, seja pela negação, seja pela reformulação orientada, seja pela ironia, seja pela modificação dos propósitos (AMOSSY, 2017, p. 59).

Porém, a autora assevera que o procedimento de desqualificação da tese do outro, em geral, pode acompanhar a desqualificação da pessoa ou até mesmo do grupo que ela representa. “O adversário é considerado à parte a fim de que seja privado de toda possibilidade de exercer legitimamente, e eficazmente, sua influência. O descrédito lançado sobre as pessoas anula a força de seus argumentos” (AMOSSY, 2017, p. 59).

E, finalmente, a autora pontua que, no limite é possível considerar o outro-oponente como inimigo irreduzível, quando se tenta “reduzi-lo ao silêncio, até mesmo excluí-lo do diálogo” (AMOSSY, 2017, p. 60).

Pela dicotomização e desqualificação do outro, pode-se engendrar dois polos opostos que atraem agrupamentos de vozes que passam a se mobilizar de forma diametralmente

⁴² Na verdade, Amossy (2017) descreve as marcas da polêmica na seguinte ordem: dicotomização, polarização e desqualificação do outro. Porém, para fins didáticos, decidimos neste trabalho inverter a ordem das duas últimas marcas definitórias.

opostas nesses dois conjuntos formados, no plano da enunciação, caracterizando assim, a terceira marca definitiva da polêmica: a polarização.

Segundo a autora, atores “entram na arena para tomar partido, concretamente, em favor de uma ou outra tese. [...] Essas vozes concretas são tomadas numa orquestração que acaba por estabelecer dois conjuntos diametralmente opostos [ou seja] não se trata aqui de pessoas, mas de papéis”. É pela polarização, então que se “realiza reagrupamentos em campos adversos entre os participantes [o qual] põe também um ‘nós’ diante de um ‘eles’” (AMOSSY, 2017, p. 56).

Em suma, para a autora a polêmica pública é a que trata de questões de interesse público ancorada na atualidade e funciona como modalidade argumentativa, haja vista que não se trata de um gênero do discurso, mas sim que atravessa os tipos de discursos e os gêneros do discurso. A polêmica se caracteriza essencialmente pelas marcas da dicotomização, desqualificação do outro e polarização e é efêmera, embora possa sempre retornar. Por isso que a autora defende que o estudo das polêmicas não “se reduz ao estudo de textos fugazes e rapidamente desatualizados. [...] a polêmica se mostra, ao contrário, rica de ensinamentos na medida em que ela revela muitas coisas sobre a sociedade e a época no qual o discurso polêmico circula no espaço público” (AMOSSY, 2017, p. 49).

2.2. A relação polêmica do movimento estudantil secundarista com as mídias tradicionais e digitais

Nossa proposta é, a partir da bibliografia disponível, discutir como se estabelece a relação polêmica entre os discursos do movimento estudantil com os discursos das mídias tradicionais e das mídias digitais. Tal proposta se justifica como relevante considerando que, no caso aqui estudado, não se chegou a estabelecer uma cena enunciativa dialogal entre governo do estado de São Paulo e movimento estudantil secundarista. Nesse contexto então, podemos dizer que a polêmica pública instaurada advém não do diálogo estruturado entre as partes, ou seja, não de uma interação verbal, mas pela circulação dos discursos, na relação incessante de discursos e contradiscursos que como tais constituíram um modo de gestão das disputas, logo dos discursos polêmicos (AMOSSY, 2017).

Segundo Amossy:

[...] A polêmica pública se constrói a partir de uma multiplicidade de discursos polêmicos e de interações polêmicas; ela contém, em seu interior, diálogos e polílogos, debates e discussões eletrônicas – todavia, não é, em si

mesma, estruturada como um diálogo. Seu formato próprio é o da circulação dos discursos. Ela emerge e se consolida na difusão, dentro do espaço público, de uma profusão de discursos e de interações polêmicas. Essas vozes antagônicas se cruzam e se recobrem, o mais frequentemente, sem orquestração prévia; elas estão longe de interações de réplicas simétricas e organizadas de que necessita um verdadeiro diálogo. Não estamos lidando com dois sujeitos que procuram juntos uma solução por meio de uma interação arrazoada, mas com uma quantidade de discursos que tratam, à sua maneira, em sua plataforma e em seu contexto particular, de uma questão controversa. É nessas constelações verbais tomadas no movimento incessante do fluxo midiático, para além (ou aquém) das regras do diálogo sob as quais se confrontam dois sujeitos pensantes, que se constrói a polêmica pública (AMOSSY, 2017, p. 200).

Como então, o encontro dialogal entre as partes não se estabeleceu, entendemos, assim como Amossy (2017), que foi pelo trabalho das mídias tradicionais e mídias digitais (incluídas os discursos digitais do movimento) que se pôde reconstruir “os blocos de argumentos dos dois campos e explicit[ar] as oposições e as divisões [dando a impressão] de um debate – o qual não acontece[u] *in loco*.” (AMOSSY, 2017, p. 201), transformando assim, o conflito em um acontecimento (PÊCHEUX, 2012).

Nesse sentido, defendemos que é pela preeminência das mídias, que elas desempenharam papel fundamental na construção da polêmica envolvendo a disputa entre governo estadual e movimento secundarista, “na medida em que é aí em que se exprimem e se difundem as opiniões contrárias, a circulação dos discursos, dos quais as mídias são ao mesmo tempo o suporte e o motor” (AMOSSY, 2017, p. 201).

Por sua relevância, então, é que a autora francesa destaca o papel do jornalista ou, então, do sujeito enunciatador nas mídias em questão:

(...) constrói a polêmica, no sentido de que ele constrói um diálogo virtual entre partes que se pronunciam numa rica variedade de ditos e de escritos. Ele seleciona, ordena, produz uma interação virtual entre os representantes dos prós e dos contras – aqueles que tiveram entre si interações diretas e aqueles que não tiveram. Faz repercutirem as falas dos atores sociais que seleciona, dividindo-os em dois campos opostos. [...] Ele lança a polêmica, dando-lhe publicidade, e lhe confere o estatuto de acontecimento; constrói, com a ajuda das diferentes formas de discurso reportado, um diálogo virtual entre detentores de posições em conflito; põe em evidência os blocos de argumentos que estruturam o debate; e contribui para orientá-lo por meio de suas intervenções diretas ou indiretas (AMOSSY, 2017, p. 202).

Sendo assim, justificamos a relevância de nossa proposta. Porém, como a bibliografia que se dedica a essa questão é bastante restrita, neste momento, apenas faremos uma

apresentação desses estudos para no capítulo seguinte, dedicado à primeira parte de nossas análises, desenvolvermos de fato nossa proposta.

Como discurramos, são poucos os estudos que se dedicam aos movimentos estudantis contemporâneos (ANJOS; TELLES, 2019), ainda mais se considerarmos a enorme atualidade do movimento estudantil secundarista (2015-2016). E os estudos que investigam as relações discursivas desse movimento com as mídias tradicionais e digitais são mais raros ainda.

Em nosso exercício de revisão bibliográfica, destacamos três estudos que oferecem para nosso debate em questão dados e considerações bastante interessantes e pertinentes. O primeiro, de Menezes e Gomes (2016), dedica-se a investigar o embate discursivo entre mídias tradicionais e mídias digitais independentes quanto à discursivização do movimento estudantil secundarista (2015-2016). Já o segundo estudo, de Ezequiel (2019), debruça-se sobre o discurso de uma mídia tradicional tendo como entrada a disputa de um binômio que marcou os acontecimentos do movimento em questão. Trata-se de uma investigação sobre os usos dos termos “invasão” e “ocupação” por parte de uma mídia tradicional. E, finalmente, o terceiro estudo, de Vizibeli (2016), direciona a atenção para o espaço digital, mais especificamente em publicações compartilhadas por páginas da rede social Facebook que têm seu funcionamento em torno do movimento estudantil secundarista no período de sua referida visibilidade quando das ocupações das unidades escolares.

O primeiro estudo nos pareceu bastante interessante por colocar em relação mídias distintas, tradicional por um lado e digital por outro, com posicionamentos ideológicos antagônicos. De acordo com Menezes e Gomes (2016), a mídia tradicional por elas analisadas, do telejornal Jornal Nacional, é entendida como uma mídia tradicional na modalidade televisiva de filiação ideológica dominante. Por isso, é denominada no estudo como mídia hegemônica. Já a mídia digital trata-se de uma mídia independente, no caso, Jornalistas Livres, que em seu estudo é denominada como uma mídia contra-hegemônica.

As autoras abordam, então, a cobertura midiática do movimento estudantil secundarista (2015) em um estudo comparativo a partir dos discursos dessas duas mídias antagônicas. O estudo baseia-se em um pequeno *corpus* constituído de duas reportagens produzidas pelo Jornal Nacional e duas reportagens produzidas por Jornalistas Livres em colaboração com outra mídia digital independente, a Mídia Ninja.

Segundo as autoras, a partir das análises do discurso da mídia tradicional:

percebe-se a predominância da fala de representantes do governo, em defesa da proposta de reestruturação do ensino, em detrimento da fala de estudantes

ou de agentes da comunidade que seriam afetados pela medida. [...] Além de haver a rarefação dos sujeitos apresentados no discurso, tentou-se estabelecer uma oposição do verdadeiro e do falso, quando o discurso dos secundaristas ou do sindicato de professores apareceram e, em sua continuidade, foram apresentados os discursos do representante da secretaria de uma educação e uma nota cedida pelo governo, que refutavam os argumentos daqueles primeiros. (MENEZES; GOMES, 2016, p. 9)

Enquanto pelas análises do discurso da mídia digital:

(...)apresentaram o discurso dos estudantes, tanto os seus depoimentos, como os materiais que esses produziram durante as manifestações [...] Entretanto, há uma interdição do discurso do governo e de seus representantes, o que pode ser interpretado como vontade de verdade, pois o coletivo se diz uma contraposição ao pensamento unificado pelo outro tipo de mídia, a hegemônica (Idem, p. 11).

Pelo exposto, interpretamos que enquanto uma mídia visibiliza um conjunto de vozes e posições relativos a um dos polos no conflito inconciliável, a outra mídia, compreendida no estudo como contra-hegemônica, busca pelo espaço digital oferecer visibilidade às vozes e aos sujeitos tradicionalmente silenciados pela primeira. Porém, com isso reproduz a conduta de seu concorrente por inversão, haja vista que ambas as mídias estão, de acordo com o depreendido pelas análises das autoras, sustentadas no processo de interpretação binária, conforme Baronas (2011) já havia criticado e que foi exposto no capítulo anterior desta tese, quando se busca o verdadeiro e o falso no discurso, evidenciando, assim, duas posições enunciativas bastante rígidas em suas filiações ideológico-discursivas.

Já o estudo de Ezequiel (2019) investiga uma aparente flexibilização de uma mídia tradicional, que parece conseguir mover-se entre duas formações discursivas na cobertura sobre o movimento estudantil secundarista (2015). Por esse estudo, Ezequiel (2019) indaga como a imprensa, representada em seu estudo pelo jornal Folha de S. Paulo, organiza a argumentação em diferentes posições-sujeito. Para tanto, ele apresenta as matérias publicadas na seção editorial da educação do referido jornal entre o período de 10 de novembro a 05 de dezembro de 2015, filtrado a partir de duas designações diferentes e opostas: “invasão” e “ocupação”.

Segundo o autor, o termo “invasão” remete à posição-sujeito do governo estadual proponente do plano de reorganização das escolas paulistas, que o mobiliza a partir do princípio de direito de posse e administração do estabelecimento educacional. Já o termo

“ocupação” remeteria à posição-sujeito dos estudantes mobilizados pelo argumento do direito ao ensino público (Idem).

A partir de suas análises, Ezequiel constata que, em um primeiro momento, “não se pode negar que a imprensa dá visibilidade ao litígio, porém ao fazê-lo o faz de um lugar identificado com o discurso do governo. Neste sentido, não é possível alegar neutralidade da imprensa.” (Idem, p. 7), quando ele identifica o uso exclusivo nos títulos das matérias por ele analisados do termo “invasão”.

Porém, o autor descreve uma mudança de conduta por parte da mídia de comunicação ao averiguar que nos títulos das matérias por ele levantados ocorre um deslizamento dos usos dos termos: de “invasão” passa-se a mobilizar o termo “ocupação”.

Verifica-se, a partir das sequências discursivas selecionadas, uma variação da posição-sujeito desse veículo jornalístico. No início das manifestações dos estudantes há uma indubitável identificação de sua linha editorial com a posição-sujeito do governo estadual. Nesse sentido, ao dar visibilidade ao litígio social, o faz criminalizando a ação dos estudantes: invasores. Por outro lado, passados 10 dias, o jornal passa a defender a posição-sujeito dos estudantes e, conseqüentemente, a utilizar a designação ocupação. (Idem, p. 13)

Ezequiel (2019) então, assume, por seu estudo, que a substituição de um termo pelo outro nos títulos das matérias, por estarem historicamente assentados em formações discursivas antagônicas, então, refletiria uma mudança de posicionamento por parte da mídia de comunicação. Nesse sentido, entendemos que o autor associa diretamente, devido aos processos históricos de produção de sentidos, que determinados termos se vinculam a determinadas formações discursivas que, por sua vez, estão filiadas a certas formações ideológicas.

Porém, pelos estudos da Análise do Discurso, consideramos antes o sujeito que enuncia. Nesse sentido, é pela posição e filiação ideológica do sujeito que enuncia que as palavras e os termos são mobilizados a partir de certas formações discursivas. O que nos leva a indagar se realmente a substituição de termos reflete uma mudança de posição ideológica, questão que será analisada no capítulo seguinte desta tese.

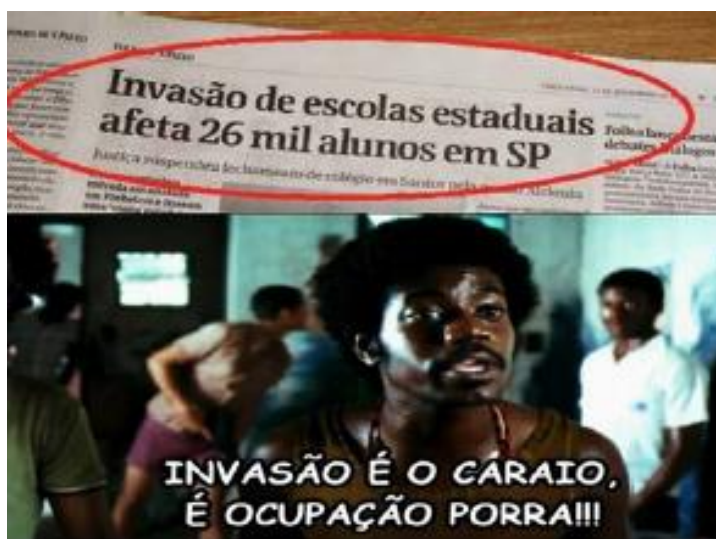
Finalmente, com o estudo de Vizibeli (2016), chegamos aos discursos digitais produzidos por sujeitos-internautas pertencentes ou apoiadores do movimento estudantil secundarista (2015). Em seu estudo, o autor busca investigar as formações discursivas dos estudantes secundaristas mobilizados por meio da intensa circulação de imagens em páginas das redes sociais Facebook, como “Não Fechem Minha Escola”, “Secundaristas em Luta” e

“Canal Secundarista”. É importante marcar que o autor não faz uma diferenciação entre essas páginas e que sua análise repousa em uma pequena coleção de publicações.

Interessa-nos principalmente uma delas, na qual, pela produção do tecnogênero (PAVEAU, 2021) meme, o sujeito-internauta se apropria do discurso da mídia tradicional disputando com ela o binômio abordado também por Ezequiel (2019), “invasão” e “ocupação”.

Reproduzimos a seguir a produção em questão, disponibilizada no estudo de Vizibeli (2016):

Imagem 1: Meme “invasão é o caraio, é ocupação porra!!!”



Fonte: Vizibeli (2016).

Com esse fragmento, o autor reforça uma disputa não só entre governo estadual e movimento estudantil, mas também entre movimento estudantil e mídias tradicionais. Segundo ele, o espaço da web, que ele denomina como espaço da mídia eletrônica, permite ao internauta “interferir no corpo do texto do jornal, dando voz ao sujeito que fora apagado” (Idem, p. 370).

Nesse sentido, interpretamos que há a ilustração de uma forma possível de inscrição no ecossistema midiático por parte de sujeitos antes marginalizados devido às novas formas de participação política (CASTELLS, 2017) possibilitadas pelas afordâncias da web (PAVEAU, 2021a).

Assim, por essa brevíssima revisão bibliográfica de estudos discursivos dedicados aos discursos sobre e do movimento estudantil secundarista, começamos a ter algumas pistas sobre a relação que esse movimento estabelece com as mídias tradicionais e as mídias

digitais. Porém, como se tratam de estudos pontuais, entendemos que é necessário aprofundar as análises tendo em vista perseguir as questões que nos propomos nesta investigação.

CAPÍTULO 3

INVASÃO OU OCUPAÇÃO? EFEITOS DE SENTIDOS FABRICADOS PELAS MÍDIAS TRADICIONAIS SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA

É inegável que a ação do movimento estudantil secundarista (2015-2016) produziu um acontecimento histórico singular tanto na trajetória do movimento, quanto para o contexto da época conforme a revisão bibliográfica que desenvolvemos no capítulo 2 desta tese. Foram diversas as mídias e atores sociais que falaram, relataram, comentaram, analisaram e, conseqüentemente, produziram efeitos de sentidos sobre os acontecimentos, gerando um significativo acontecimento discursivo em torno da proposta de reorganização das escolas paulistas, do movimento estudantil secundarista e, sobretudo, em torno das ocupações das unidades escolares e protestos do movimento.

Dessa forma, vamos analisar neste capítulo como se deu a cobertura sobre o movimento estudantil secundarista de uma mídia tradicional, mais especificamente a Folha de S. Paulo. Nossa análise se centra na questão da formulação dos discursos desse dispositivo midiático e nos efeitos de sentidos por ele produzidos.

A escolha por esse jornal se deu pelo fato de ter sido o primeiro a noticiar a proposta do governo estadual de reorganização das escolas paulistas e devido também à quantidade de matérias divulgadas ao longo do período de maior visibilidade do movimento em relação às ocupações das unidades escolares, o qual demonstra que se tratou de um acontecimento histórico de grande reverberação discursiva.

Nossa coleta de dados se deu pela versão *on-line* da Folha de S. Paulo. A escolha pelo meio digital se deu pelo fato de o momento previsto para o levantamento sistemático desses dados da pesquisa terem coincidido com o início da pandemia da COVID-19, impossibilitando assim o acesso da pesquisadora ao arquivo físico de bibliotecas ou do próprio jornal Folha de S. Paulo. Como já comentado nos capítulos anteriores, o fato de termos realizado nossa coleta de dados na versão *on-line* do jornal não o enquadra no que consideramos, neste estudo, como mídias digitais, uma vez que tal versão apresenta o caráter de uma mídia tradicional digitalizada, ou seja, que circula pela web 1.0. Porém, como entendemos por Paveau (2021a, 2021b) que o digital não opera como mero suporte, ampliamos alguns pontos de observações e análise que só fazem sentido no contexto digital.

Como discorremos em nossas discussões teóricas, graças ao advento do digital ocorreram transformações significativas no campo da comunicação, agrupando nos espaços da web 1.0 e da web 2.0 as mídias tradicionais em suas versões digitais e também mídias emergentes digitais (jornais independentes, perfis de grupos sociais em redes sociais digitais, indivíduos coletivos e anônimos, personalidades públicas etc.). Concordamos com Maingueneau (2006) quando o pesquisador defende que o dispositivo no qual se veicula um discurso não é apenas um suporte, mas que afeta e incide diretamente em sua condição de produção, como, por exemplo, podem ocorrer alterações em termos de estrutura, estratégias discursivas e possibilidades de participação. Porém, é importante lembrar como o faz Lemes (2014) que as interações em rede, embora levem a uma constante necessidade de modificação e alteração dos meios, não necessariamente altera a essência das mídias tradicionais, que entendemos ser sua filiação ideológica, questão que será investigada neste capítulo.

Conforme as características dos tecnodiscursos (PAVEAU, 2021b), temos que a versão *on-line*⁴³ do jornal Folha de São Paulo se modifica em relação à sua versão impressa principalmente pelos seguintes critérios:

- a) composição, isto é, o jornal em sua versão *on-line* permite outras formas plurissemióticas que a versão impressa não comporta, como, por exemplo, a inclusão de vídeos e não apenas de imagens fixas;
- b) deslinearidade pelo efeito dos hiperlinks que permite dentro de uma matéria direcionar o leitor assinante a outra matéria que a primeira menciona;
- c) ampliação pelos recursos de compartilhamento nas redes sociais de seus leitores e inserção de comentários. É importante marcar que a seção de comentários no site do jornal só permite participação e interação de leitores assinantes e que, em nossas observações, não se apresentaram como um recurso de utilização frequente, muito menos significativa, de modo que não consideramos essa possibilidade de participação em nossas análises. Ao contrário, verificamos que a participação via seção “opinião” e “painel do leitor” segue em uso, porém, é crucial marcar que esse recurso já tradicional de interação do jornal passa obrigatoriamente pelo crivo editorial;
- d) relacionalidade se apresenta como uma fácil relação entre os discursos no espaço da web. No caso das matérias do jornal Folha de São Paulo, identificamos que o jornal

⁴³ Optamos por fazer uso do termo *on-line* para designar a versão digital do jornal respeitando o nome dado pelo próprio jornal a essa versão.

menciona outros discursos digitais, como páginas do Facebook em apoio ao movimento, por exemplo;

e) investigabilidade é a característica que permitiu nossas buscas pela capacidade de redocumentação e armazenamento das informações;

f) imprevisibilidade está marcada tanto na perda de “autonomia”, quando o texto é divulgado em meio digital, que permite que o usuário se aproprie do texto, recorte, edite, compartilhe de maneiras imprevistas por seus produtores.

Especificamente sobre o critério da investigabilidade, consideramos pertinente marcar que no espaço digital da Folha de S. Paulo encontramos duas formas de buscas possíveis. Uma delas encontra-se em “acervo”, a qual utilizamos como um primeiro exercício de observação de *corpus* ocorrido no ano de 2018 e 2019 quando buscávamos a pertinência para o estudo de distintos jornais representantes das mídias tradicionais. A outra forma de busca é pela ferramenta de buscas em editorial, que pode ser ampliada para uma busca em todo o jornal, ou seja, em todos os seus cadernos.

O primeiro trata-se de um acervo das publicações diárias do jornal em sua versão impressa na forma de fotocópia digital disponível para todo o público como imagens que simulam os cadernos do jornal. O segundo corresponde ao acesso à Folha *on-line*, a qual habilita visualização dos títulos das matérias ao público geral e o acesso às matérias completas apenas ao público assinante.

O acervo, embora aberto a todo o público, tem uma qualidade de visualização bastante baixa o que impediu a devida coleta do *corpus* necessária a esse estudo. De modo que optamos pelo acesso para assinantes da segunda possibilidade de busca ampliada não somente ao editorial mas a todos os cadernos do jornal Folha de São Paulo no período de 23 de setembro de 2015, quando do anúncio da proposta de reorganização das escolas paulistas até duas semanas após a desocupação da escola símbolo do movimento, tendo em vista observar também a repercussão do movimento, ou seja, mediados de janeiro de 2016.

Com o recurso de buscas em todo o jornal, fizemos algumas tentativas de buscas com termos relacionados ao movimento estudantil no recorte desta pesquisa. Assim, a princípio buscamos as matérias por termos como: “estudante”, “secundarista”, “reorganização” e radicais das palavras “ocupação” e “invasão”. De nossas explorações, identificamos que a combinação “estudante” + “reorganização” resultava em um filtro mais eficiente para a coleta da cobertura que almejávamos, resultando em um total de mais de 300 matérias, das quais 164

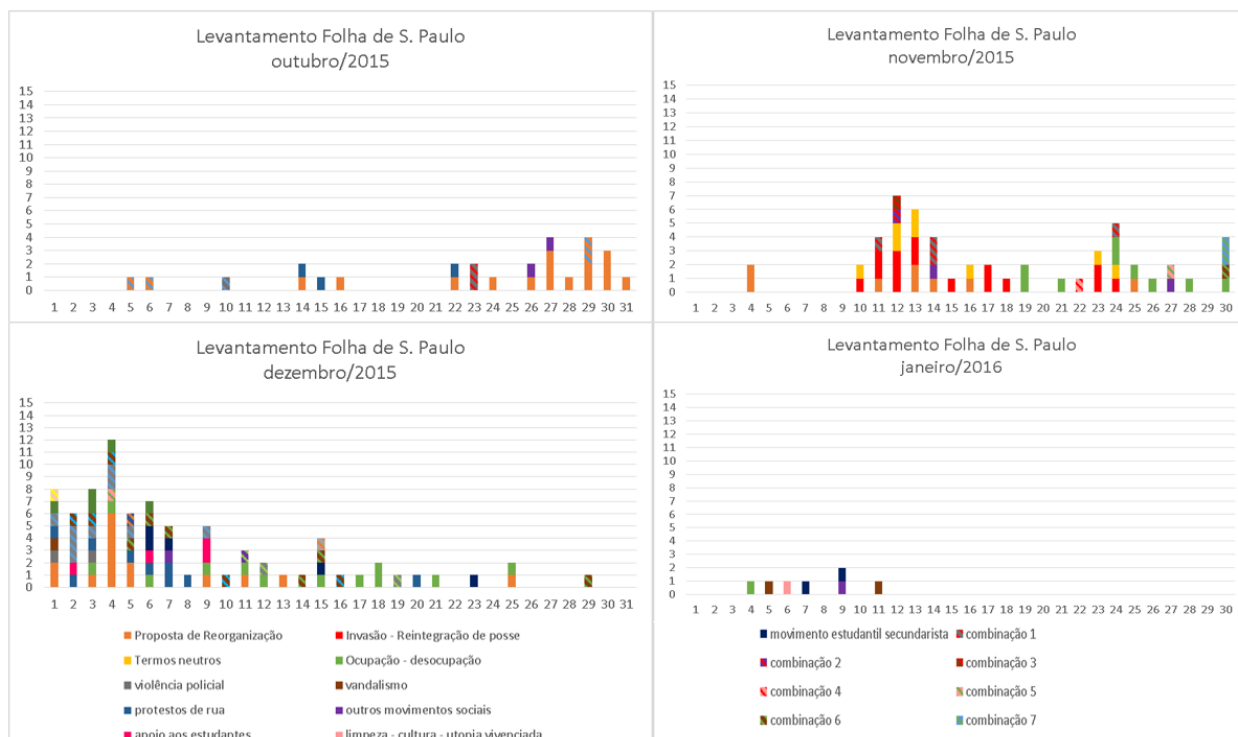
se mostraram pertinentes entre os meses de outubro do ano de 2015 e meados de janeiro do ano de 2016.

O estudo contou com uma abordagem quanti-qualitativa. No aspecto quantitativo, buscamos identificar a frequência das matérias por dia, semana e mês, tendo em vista apreender os eventos que levaram a auges de publicação de matérias, ou seja, os picos de quantidade de publicações por semana, assim como a frequência de certos termos relacionados à cobertura do movimento nos títulos das matérias. Essa segunda estratégia de observação objetivou identificar os principais usos de termos e também os binômios semânticos mobilizados na cobertura dos eventos, os quais nos levaram a uma interessante entrada nas análises qualitativas pela materialização das principais disputas discursivas. Observamos também a relação dos títulos das matérias com seus correspondentes links de acesso e fizemos uma varredura das 164 matérias, todas lidas na íntegra a fim de identificar termos, formações discursivas e associações de termos usuais e inesperados, tendo em vista compreender os efeitos de sentidos ali produzidos e filiações a formações ideológicas.

3.1. A constituição das disputas discursivas: os binômios significantes que marcaram a cobertura midiática sobre o movimento estudantil secundarista

Pelo levantamento realizado é inegável que os eventos relacionados à cobertura do movimento estudantil correspondem a um acontecimento histórico-discursivo, como se pode notar no gráfico elaborado a partir do levantamento das matérias do jornal:

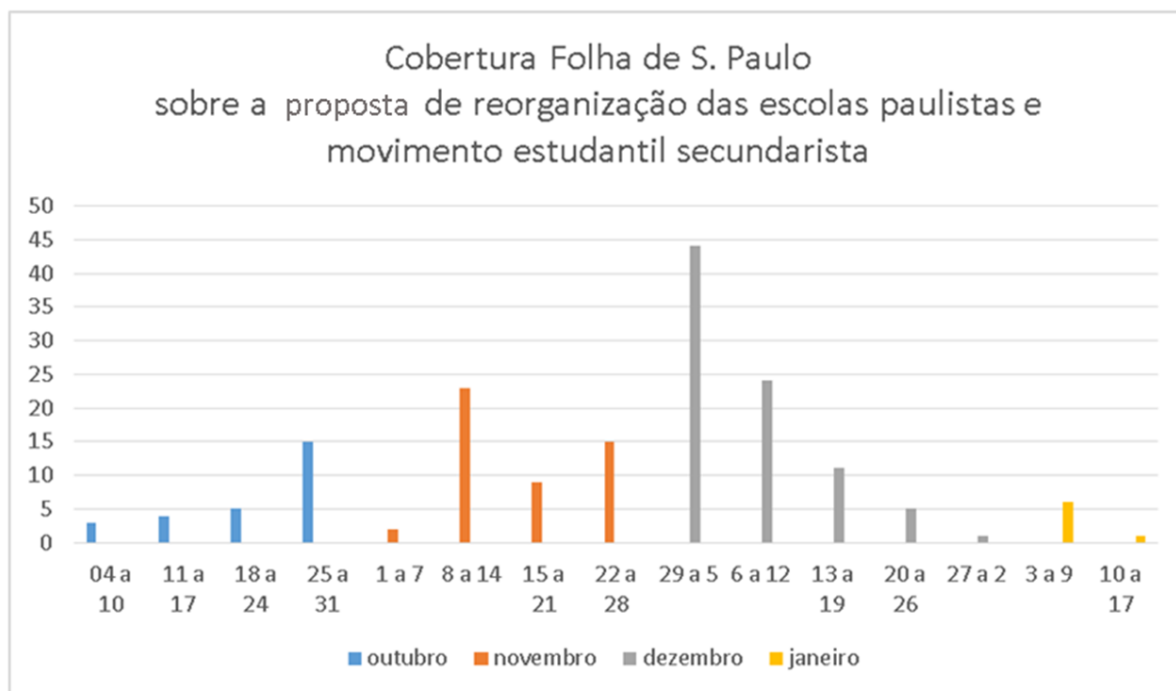
Gráfico 1: Levantamento da cobertura do jornal Folha de S. Paulo entre outubro de 2015 a janeiro de 2016 sobre a proposta de reorganização das escolas paulistas e o movimento estudantil secundarista.



Os meses de maior frequência de publicações correspondem aos meses de novembro e outubro, período das ocupações das escolas como forma de protesto contra a proposta de reorganização das escolas paulistas, o que demonstra que o acontecimento histórico-discursivo referente às ocupações superou o acontecimento histórico-discursivo relativo à proposta do governo estadual, disparadora da ação e ressurreição do movimento estudantil secundarista.

A partir das observações quantitativas, elaboramos um gráfico com a frequência de matérias por semana, pelo qual se permite uma melhor visualização e identificação de três auge significativos em relação à quantidade de matérias divulgadas pelo jornal por semana sobre os acontecimentos. O primeiro auge pode ser identificado na última semana de outubro entre os dias 25 a 31 quando contabilizamos 15 matérias no intervalo de sete dias, com uma média de 2,14 matérias por dia. O segundo auge pode ser identificado na segunda semana de novembro entre os dias 8 a 14, com 23 matérias publicadas, registrando assim uma média de 3,28 matérias publicadas por dia. E, finalmente, entre os últimos dias de novembro e os primeiros de dezembro, entre os dias 29 de novembro a 5 de dezembro, temos 44 matérias, ou seja, 6,28 matérias por dia, como registrado no gráfico de matérias por semana a seguir:

Gráfico 2: Frequência de matérias por semana na cobertura do jornal Folha de S. Paulo entre outubro de 2015 e janeiro de 2016.



Fonte: gráfico elaborado pela pesquisadora.

Verificamos que o primeiro auge de matérias corresponde à cobertura sobre a proposta de reorganização das escolas paulistas e protestos contra a proposta, como se pode observar pela relação dos títulos das matérias do referido período:

Tabela 1: Relação das matérias na cobertura da Folha de S. Paulo de 25 de outubro a 31 de outubro de 2015: primeiro auge de matérias sobre a proposta da reorganização das escolas paulistas e dos protestos contra tal proposta.

RELAÇÃO DAS MATÉRIAS NA COBERTURA DA FOLHA DE S. PAULO DE 25 A 31 DE OUTUBRO DE 2015			
Data	Título da matéria	Caderno	Link de acesso
26/10	Reformulação da rede paulista vai envolver 'entrega' de 94 escolas	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1698558-reformulacao-da-rede-paulista-vai-envolver-entrega-de-94-escolas.shtml
26/10	Sindicato dos professores continuará manifestações contra governo Alckmin	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1698622-sindicato-dos-professores-continuara-manifestacoes-contr-governo-alcmin.shtml
27/10	Sob pressão, Alckmin faz mudança mais tímida em escolas paulistas	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1698955-sob-pressao-gestao-alcmin-faz-ajuste-timido-em-escolas-estaduais-paulistas.shtml
27/10	Alckmin é vaiado por professores em evento de inauguração de um viaduto	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1699089-alcmin-e-vaiado-por-professores-em-evento-na-zona-sul-de-sao

			paulo.shtml
27/10	Para Mercadante, mudança em escolas paulistas 'faz sentido', mas é 'delicada'	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1699160-para-mercadante-mudanca-em-escolas-paulistas-faz-sentido-mas-e-delicada.shtml
27/10	24 escolas estaduais na capital terão outra atividade em 2016, diz governo	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1699234-vinte-e-quatro-escolas-estaduais-na-capital-terao-outra-atividade-em-2016-diz-governo.shtml
28/10	Veja quais são as 94 escolas que serão 'fechadas' no Estado de SP	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1699674-veja-quais-sao-as-escolas-que-serao-fechadas-no-estado-de-sp.shtml
29/10	Confusão escolar	Opinião editorial	https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/10/1699838-confusao-escolar.shtml
29/10	Alckmin defende reorganização de escolas e diz que há conservadorismo	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1700064-alckmin-defende-reorganizacao-de-escolas-e-diz-que-ha-conservadorismo.shtml
29/10	Alunos choram após notícia de "fechamento" de escola Escola estadual Miss Browne, na zona oeste de SP, será "fechada" em reorganização	Cotidiano	https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/39685-alunos-choram-apos-noticia-de-fechamento-de-escola#foto-506122
29/10	Clima de velório marca 'fechamento' de escola estadual na zona oeste de SP	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1700155-clima-de-velorio-marca-fechamento-de-escola-estadual-na-zona-oeste-de-sp.shtml
30/10	Destino de escolas 'fechadas' por Alckmin em São Paulo ainda é incerto	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1700394-destino-de-escolas-fechadas-por-alckmin-em-sao-paulo-ainda-e-incerto.shtml
30/10	Separar alunos de SP por ciclo de ensino não é educar, afirma psicóloga	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1700400-separar-alunos-de-sp-por-ciclo-de-ensino-nao-e-educar-afirma-psicologa.shtml
30/10	Mérito de mudança em escolas de SP é racionalizar verba, diz especialista	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1700398-merito-de-mudanca-em-escolas-de-sp-e-racionalizar-verba-diz-especialista.shtml
31/10	Gestão Alckmin descumpre distância e envia alunos a 2,5 km de escola 'fechada'	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1700902-gestao-alckmin-descumpre-distancia-e-envia-alunos-a-25-km-de-escola-fechada.shtml

Fonte: tabela elaborada pela pesquisadora.

A partir desse primeiro recorte do levantamento de matérias do jornal Folha de S. Paulo, destacamos três pontos interessantes de observação. O primeiro é que os atos de protesto são, nesse primeiro momento, relacionados à categoria trabalhista de professores da rede estadual e seu sindicato, vinculando os protestos e as pequenas vitórias ao grupo de professores e não ao grupo de estudantes. Nesse recorte, a menção aos estudantes aparece apenas na matéria do dia 29 de outubro de 2015, como se nota em “*Alunos choram após*

notícia de ‘fechamento’ de escola: escola estadual Miss Brown, na zona oeste de SP, será ‘fechada’ em reorganização”.

Pela leitura das matérias desse recorte, identificamos que, a princípio, o jornal não concede os créditos das manifestações e dos protestos aos estudantes, atribuindo a responsabilidade dos atos a outros grupos, sobretudo a professores e ao sindicato dos professores, como podemos identificar no recorte a seguir:

Recorte 1: O Apeoesp (sindicato dos professores do Estado de São Paulo) deve continuar a promover [protestos contra a medida proposta pelo governo Geraldo Alckmin \(PSDB\)](#) que reorganiza escolas da rede estadual em ciclos únicos de ensino. "Essa semana, a tendência é que haja mais atos. As escolas que forem afetadas, com certeza, irão se mobilizar", diz a presidente do sindicato, Maria Izabel Noronha. (Recorte retirado da matéria do dia 26 de outubro de 2015, intitulada Reformulação da rede paulista vai envolver ‘entrega’ de 94 escolas).

Porém, quando observamos texto escrito na relação com texto imagético, notamos uma contradição em relação à participação dos grupos nos referidos atos. Na maioria das imagens que acompanham as matérias, há uma presença significativa do grupo de estudantes e coletivos da juventude com cartazes e banners que se tornariam marcas de seus protestos como se pode notar na imagem a seguir retirada da matéria “Alckmin é vaiado por professores em evento de inauguração de um viaduto”, publicada no dia 27 de outubro de 2015:

Imagem 2: Foto de ato contra a proposta de reorganização das escolas paulistas divulgada em matéria do jornal Folha de S. Paulo.



Fonte: Jornal Folha de S. Paulo.

Em segundo lugar, da mesma forma que os atos são atribuídos ao sindicato e não aos estudantes, as vozes convocadas nas matérias que foram ouvidas e autorizadas pela edição do jornal, a princípio, não são de estudantes, mas de representantes do sindicato dos professores, representantes do governo estadual (governador, secretário da Educação, secretário da Casa Civil, PM), representantes do governo federal convocados a opinar sobre a proposta de âmbito estadual e, também, especialistas contrários à medida, como uma psicóloga professora da UNICAMP e “especialista” representante da ONG Todos pela Educação.

Apenas no dia 27 de outubro de 2015 identificamos a voz de um sujeito de uma das comunidades afetadas pela proposta do governo, identificado como funcionário de uma das escolas e, no dia 29 de outubro, o discurso direto de uma mãe de estudante durante a cobertura do ato *performance* do velório da escola Miss Brown. Nesse mesmo dia, há uma segunda matéria com a cobertura do mesmo ato *performance* e, aí sim, nessa matéria intitulada “Clima de velório marca ‘fechamento’ de escola estadual na zona oeste de SP”, pela primeira vez, na cobertura do jornal Folha de S. Paulo, aparece a voz de estudantes, como se pode notar pelo recorte 2.

Recorte 2: R.⁴⁴ se emociona ao falar da escola. "[A medida] não nos abala apenas estruturalmente, pelo fato de termos que ir para outro colégio, mas emocionalmente porque aqui a gente se apoia, é o nosso grupo, e estão desfazendo isso", diz.

V. R., 16, estudante do 2º ano, critica o governo. "Fechar 94 escolas não vai ser solução para melhorar a educação. Precisa abrir mais escolas e não fechar. Um governador que fecha escolas e abre presídios, quer dizer, tenho certeza de que a educação nesse país não está certa", afirmou.

Ainda assim, os alunos têm esperança de reverter a situação e evitar que o colégio seja "fechado". "Faremos cartas, vídeos, protestos e um abaixo-assinado para mostrar ao governador a importância da nossa escola", diz R.

Dessa forma, verificamos que há uma repetição do padrão identificado por Menezes e Gomes (2016) em outro representante da mídia tradicional, o telejornal *Jornal Nacional*. No qual, segundo elas, percebe-se a predominância das vozes de representantes do governo estadual em defesa da proposta de reorganização das escolas paulistas em detrimento da divulgação e visibilização das vozes de estudantes e demais sujeitos da comunidade escolar.

E, em terceiro lugar, identificamos uma pluralidade de formas de nomear a proposta do governo estadual. Como: "reorganização", "reformulação", "mudança", "fechamento". Outros termos foram identificados quando se fala nas consequências do plano: "vai envolver entrega [de escolas]", "[escolas] terão outra atividade", "[escolas] fechadas". Compreendemos que essa pluralidade de termos se relaciona às distintas possibilidades de formulações discursivas para abordar uma questão que, como já debatemos em nossos estudos teóricos, condizem a distintas formações discursivas e ideológicas. Enfatizamos que essa questão será devidamente abordada quando recolhermos outros termos para formação de binômios significativos, que serão na sequência analisados.

Discutidas algumas questões ilustrativas que se depreendem do primeiro recorte a partir do primeiro auge de matérias, dedicaremos nossa atenção agora ao segundo auge. Verificamos que o segundo auge de matérias corresponde à cobertura sobre as ocupações das escolas pelo movimento estudantil secundarista, como se pode observar pela relação dos títulos das matérias do referido período:

⁴⁴ Por questões éticas mantivemos apenas as iniciais dos nomes dos estudantes divulgados nas matérias do jornal *Folha de S. Paulo*.

Tabela 2: Relação das matérias na cobertura Folha de S. Paulo de 08 de novembro de 2015 a 14 de novembro de 2015: segundo auge de matérias sobre as ocupações das escolas em forma de protesto contra a proposta de reorganização das escolas paulistas.

RELAÇÃO DAS MATÉRIAS NA COBERTURA FOLHA DE S. PAULO DE 08 A 14 DE NOVEMBRO DE 2015			
Data	Título da matéria	Caderno	Link de acesso
10/11	Estudantes invadem e trancam escola em ato contra fechamentos em SP	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1704401-estudantes-ocupam-e-trancam-escola-em-ato-contra-fechamentos-em-sp.shtml
10/11	Governo corta água, mas alunos dizem que vão passar noite em escola de SP	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1704637-governo-corta-agua-mas-alunos-dizem-que-voao-passar-noite-em-escola-de-sp.shtml
11/11	Pai tenta tirar filha de escola invadida e manifestantes pedem 'Fica, Fabíola!'	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1704784-pai-tenta-tirar-filha-de-escola-ocupada-e-manifestantes-pedem-fica-fabiola.shtml
11/11	Estudantes mantêm invasão de escola estadual em SP	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1704798-estudantes-mantem-ocupacao-de-escola-estadual-em-sp.shtml
11/11	PM usa spray de pimenta em alunos que invadiram escola na zona oeste de SP	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1704849-pm-usa-spray-de-pimenta-em-alunos-que-ocupam-escola-na-zona-oeste-de-sp.shtml
11/11	Fechar escola é coisa de Dr. Abobrinha, diz ator do personagem	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1704900-fechar-escola-e-coisa-de-dr-abobrinha-diz-ator-do-personagem.shtml
12/11	Aluno 'linha de frente' do Passe Livre é porta-voz de invasão em escola de SP	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705290-aluno-linha-de-frente-do-passe-livre-e-porta-voz-de-ocupacao-em-escola-de-sp.shtml
12/11	Invasão de escola na zona oeste de São Paulo entra no terceiro dia	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705307-ocupacao-de-escola-na-zona-oeste-de-sao-paulo-entra-no-terceiro-dia.shtml
12/11	Alunos invadem escola na zona leste de SP que será fechada por Alckmin	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705316-alunos-ocupam-escola-na-zona-leste-de-sp-que-sera-fechada-por-alckmin.shtml
12/11	Justiça dá 24 horas para alunos saírem de escola da zona oeste de SP	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705346-justica-da-24-horas-para-alunos-sairem-de-escola-da-zona-oeste-de-sp.shtml
12/11	Alunos em Itaquera vão passar a noite em escola em ato contra fechamento	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705395-inspirados-em-colegio-de-pinheiros-estudantes-ocupam-escola-em-itaquera.shtml
12/11	Sobe para cinco o número de escolas estaduais invadidas na Grande SP	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705449-sobe-para-cinco-o-numero-de-escolas-estaduais-ocupadas-na-grande-sao-paulo.shtml
12/11	Pais aderem a ato de alunos em SP, mas pedem invasão 'sem baderna'	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705527-pais-aderem-a-ato-de-alunos-em-sp-mas-pedem-ocupacao-sem-baderna.shtml

13/11	Sobe para 8 o número de escolas estaduais invadidas na Grande SP	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705853-sobe-para-7-o-numero-de-escolas-estaduais-invadidas-na-grande-sp.shtml
13/11	Quer maior aula que essa?, diz aluna que ficou três dias na Fernão Dias Paes	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705866-quer-maior-aula-que-essa-diz-aluna-que-ficou-tres-dias-na-fernao-dias-paes.shtml
13/11	Rumo da educação está nas mãos do Congresso, diz Mercadante	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705943-rumo-da-educacao-esta-nas-maos-do-congresso-diz-mercadante.shtml
13/11	Tentativa de acordo com o governo fracassa e alunos têm 24 h para deixar escola	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706080-tentativa-de-acordo-com-o-governo-fracassa-e-alunos-tem-24-h-para-deixar-escola.shtml
13/11	Governo Alckmin recua e não vai fechar escola rural em Piracicaba	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706139-governo-alckmin-recua-e-nao-vai-fechar-escola-rural-em-piracicaba.shtml
13/11	Justiça revoga reintegração de posse de escola invadida; alunos comemoram	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706312-justica-revoga-reintegracao-de-posse-de-escola-invadida-alunos-comemoram.shtml
14/11	Mudança nas escolas de SP tem ganhos incertos e prejuízos certos	Educação - análise	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706418-mudanca-nas-escolas-de-sp-tem-ganhos-incertos-e-prejuizos-certos.shtml
14/11	MTST invade três escolas estaduais em protesto contra 'reorganização'	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706446-mtst-invade-tres-escolas-estaduais-em-protesto-contr-reorganizacao.shtml
14/11	Após PM desfazer cerco, escola invadida em SP tem clima tranquilo	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706561-apos-pm-desfazer-cerco-escola-ocupada-em-sp-tem-clima-tranquilo.shtml
14/11	Professores ficam feridos durante confusão com PM em escola invadida	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1706619-professores-ficam-feridos-durante-confusao-com-pm-em-escola-invadida.shtml

Fonte: tabela elaborada pela pesquisadora.

O segundo pico tem início com a matéria do dia 10 de novembro de 2015 quando da primeira notícia sobre uma ocupação como forma de protesto dos estudantes contra a proposta de reorganização das escolas paulistas, intitulada “*Estudantes invadem e trançam escola em ato contra fechamentos em SP*”.

Em relação aos relatos sobre as ocupações, é possível notar que desde a primeira vez em que se noticia as ocupações, esse acontecimento supera o auge do primeiro pico em relação à proposta do governo do estado de São Paulo. Interpretamos que esse dado indicia que as ocupações superaram o fenômeno do acontecimento discursivo relativo à proposta em uma relação de 19 matérias *versus* 4 nesse novo recorte.

A presença do conflito e confronto contra a PM se presentifica neste recorte, assim como desde o princípio da cobertura, porém ainda não é o foco principal das matérias e não pode ser considerada a temática fulcral para o alcance deste segundo pico de publicações. Porém, é importante marcar que a temática da violência sempre pulula a cobertura.

Neste momento, já é visível o reconhecimento do protagonismo estudantil nas ocupações, haja vista que, em geral, figuram como os sujeitos principais tanto das orações principais ou como das segundas orações dos períodos que formam os títulos das matérias, em uma relação 5 para 3 neste recorte. Os sujeitos são identificados como “estudantes”, “alunos” ou “manifestantes” e os verbos associados a esses sujeitos são verbos ativos, como, por exemplo: “invadem”, “é”, “vão”, “diz”, “dizem”, “pedem”, “comemoram”. Do sujeito rarefeito no período analisado anteriormente, neste segundo recorte referente à discursivização das ocupações, temos uma presentificação do sujeito estudante que, além de estar presente nos títulos das matérias, está em condição ativa e exercendo seu direito de fala.

Há ainda uma presença e referência a outros movimentos sociais em uma relação não definida com o movimento, haja vista que não há indícios de uma marca definitiva nas matérias sobre a relação entre os movimentos e grupos citados com o movimento estudantil, ou seja, não se explicita se se trata de uma relação de apoio, de solidariedade, cooperação⁴⁵, conduzindo a uma especulação de manipulação por parte de movimentos, grupos e partidos políticos vez ou outra insinuado no jornal.

Em relação aos termos mobilizados nos títulos para nomear os atos, neste segundo auge, identificamos a presença de termos com sentido disfórico associados à ação dos estudantes, como “invasão” e termos com efeitos de sentidos mais próximos a uma neutralidade como “vão passar a noite” e “ficou três dias [na escola]”. O que corresponde ao primeiro momento identificado por Ezequiel (2019) em seu estudo sobre formações discursivas e ideológicas do jornal quando o dispositivo midiático se aproximava significativamente a uma discursivização apoiada no posicionamento do governo estadual.

Porém, buscamos avançar em nossas observações e identificamos uma recorrente dissonância entre nomeação dos títulos das matérias e suas nomeações em seus respectivos links de acesso. É bastante interessante notar que em muitas matérias nas quais, em seus títulos, são mobilizados os termos “invasão”, em seus links de acesso consta o mesmo título com uma alteração de formulação, de “invasão” para “ocupação”, como se pode observar nas

⁴⁵ Acessando a memória discursiva do movimento estudantil secundarista no período de 2015-2016, sabemos que não é raro a insinuação de manipulação de outros movimentos e professores sobre os estudantes assumidos por muitos emissores de opiniões como incapazes de terem alcançado tamanha organização sem certos direcionamentos.

comparações ilustrativas a seguir, nas quais a primeira formulação corresponde ao título da matéria e a segunda ao trecho de nomeação da matéria presente no link de acesso:

- a) *Estudantes **invadem** e trancam escola em ato contra fechamentos em SP*
(...)-*estudantes-**ocupam**-e-trancam-escola-em-ato-contrafechamentos-em-sp(...)*
(matéria publicada no dia 10 de novembro de 2015. Grifo nosso.)
- b) *Estudantes mantêm **invasão** de escola estadual em SP*
(...)-*estudantes-mantem-**ocupacao**-de-escola-estadual-em-sp(...)*
(matéria publicada no dia 11 de novembro de 2015. Grifo nosso.)
- c) *Invasão de escola na zona oeste de São Paulo entra no terceiro dia*
(...)-***ocupacao**-de-escola-na-zona-oeste-de-sao-paulo-entra-no-terceiro-dia(...)*
(matéria publicada no dia 12 de novembro de 2015. Grifo nosso.)

No total são 11 matérias que repetem esse padrão de dissonância. Enquanto que apenas 3 matérias que têm o termo “invasão” em seu título também apresentam esse mesmo termo na nomeação de seu link de acesso. No caso dos termos que denominamos aqui como mais próximos a um efeito de sentido neutro, sempre título e link coincidem em sua formulação. Interpretamos essa marca de dissonância como uma marca dos processos de edição. Um indício que escapou de uma formação discursiva outra durante a elaboração das matérias, as quais passaram por uma tentativa de controle ou “correção” por meio dos processos editoriais. Como tais processos podem deixar suas marcas, sobretudo no contexto digital, reconhecemos essas marcas como indícios dos rastros que são mais facilmente investigáveis em contexto digital (PAVEAU, 2021a), indiciando uma pista de uma disputa discursiva e ideológica dentro do próprio jornal.

Adentrando as matérias, encontramos uma outra marca interessante. Na seleção que corresponde ao segundo auge de matérias publicadas em todas elas há a presença no corpo do texto dos dois termos que remetem historicamente a formações discursivas opostas, “invasão” e “ocupação”, sendo mobilizados de forma conjunta nos textos da matéria como se pode verificar no seguinte recorte a seguir:

Recorte 3: *Cem adolescentes **ocuparam** a escola e trancaram os portões com correntes e cadeados, na manhã da última terça-feira (10). Eles*

invadiram o local e trancaram os portões com correntes e cadeados. (Matéria intitulada “Invasão de escola na zona oeste de São Paulo entra no terceiro dia” publicada no dia 12 de novembro de 2015, com o termo “ocupação” em seu link de acesso. Grifos nossos).

Podemos interpretar a presença dos dois termos coexistindo no mesmo texto como um recurso típico da redação jornalística, no qual se recomenda evitar a repetição de palavras (indiciado pelo uso do termo “ocuparam” substituído no período seguinte, o qual é praticamente idêntico ao primeiro, pelo termo “invadiram”). Esse recurso linguístico leva a um efeito de sentido como se os termos fossem mobilizados como pura sinonímia, quando historicamente evocam memórias discursivas de formações ideológicas antagônicas. Ou, ainda, sugere uma marca de recomendação da edição deixada no texto que foi publicado com os dois períodos quase idênticos na sequência, marcando uma diferença na “escolha” do termo usado.

Em nossa interpretação, pela recorrência cada vez mais frequente de ambos os usos nas matérias associados à exclusividade do uso do termo “invasão”, tanto nos títulos e subtítulos das matérias, como nos títulos das seções que compõem os textos, entendemos esses usos como: 1) uma marca de uma disputa discursivo-ideológica dentro do jornal, 2) na qual o processo de edição final impõe destaque a apenas uma das formações discursivas, qual seja: a FD associada ao uso histórico do termo “invasão”, que remete a efeitos de sentidos disfóricos – que, sabemos, historicamente, é mobilizado como uma tentativa de criminalização dos movimentos sociais.

Compreendemos que essa estratégia de mescla dos dois termos na composição dos textos jornalísticos cria um efeito de sentido de neutralidade, como se a mídia tradicional não estivesse se posicionando favorável ou desfavoravelmente a nenhuma das partes em oposição ao jogo político-discursivo. Engendrando assim o simulacro de texto jornalístico como informativo, quando, ao contrário, ao reservar certos lugares de destaque no texto como títulos, subtítulos e títulos de seções, a apenas um dos termos, acaba indiciando uma preferência por uma das posições em oposição, qual seja: a de criminalização do movimento e apoio ao governo estadual.

Esse efeito de criminalização se engendra pelos efeitos de sentidos historicamente relacionados ao termo “invasão”, que repousa em argumentos de ilegalidade da referida ação, construindo um imaginário disfórico para o repertório de ação típico do movimento. Tal imaginário pode ser reconhecido quando o jornal Folha de S. Paulo noticia, no dia 12 de novembro de 2015, um apoio condicionado dos familiares dos estudantes ao movimento e à

ação: “Pais aderem a ato de alunos em SP, mas pedem invasão 'sem baderna’”. Trata-se em suma de efeito da memória discursiva que associa o termo “invasão” a um campo semântico composto de termos-ações com sentido disfóricos: “baderna”, “bagunça”, “confusão”, “vandalismo”, “depredação”, “violação de patrimônio público” (todos os termos e expressões encontrados em nosso *corpus*).

Consideramos que esse discurso do familiar, o qual oferece um apoio condicionado ao movimento, expressa uma marca que acompanhará toda a trajetória do movimento, em uma busca de ruptura com o estereótipo da juventude (IANNI, 1968). Uma ruptura nas formas de protestos que desvinculam as ações do movimento a qualquer indício de desrespeito e danificação do patrimônio público e reforça uma organização regrada do movimento. Adiantamos que essa questão será aprofundada no capítulo seguinte quando analisarmos os discursos digitais do movimento estudantil secundarista.

Faz-se relevante pontuar que a transição dos usos do termo “invasão” para “ocupação”, conforme previsto pelos estudos de Ezequiel (2019), não ocorre neste bloco que remete ao segundo auge de publicações de matérias. Para tratarmos dessa transição e seus efeitos, é necessário recorrer a um recorte mais amplo, o qual será abordado mais adiante neste capítulo.

Finalmente chegamos ao terceiro auge, o qual ocorre na última semana de novembro/primeira semana de dezembro do ano de 2015. Dessa vez, o auge se produz na cobertura dos protestos de rua associados às ocupações, os quais envolveram grandes marcas de violência policial, alguns deles exacerbados, culminando em mudança de estratégia do governo que, na mesma semana, avança com decreto para a reorganização e, em seguida, suspende-o; além de haver a histórica saída do secretário da Educação que deixa a pasta, a ocorrência de um gigantesco evento-manifestação em apoio ao movimento estudantil; e a queda da popularidade do governo estadual expressa em pesquisas DataFolha divulgada pelo jornal.

Tabela 3: Relação das matérias na cobertura Folha de S. Paulo de 29 de novembro a 05 de dezembro de 2015: terceiro auge de matérias sobre a intensificação dos protestos de rua a favor das ocupações e contra a proposta de reorganização das escolas paulistas.

RELAÇÃO DAS MATÉRIAS NA COBERTURA DA FOLHA DE S. PAULO DE 29 DE NOVEMBRO A 05 DE DEZEMBRO DE 2015			
Data	Título da matéria	Caderno	Link de acesso
28/11	Governo Alckmin infla balanço de desocupações de escolas em SP	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1712358-governo-alckmin-infla-desocupacao-de-escolas-em-sp.shtml
30-11	Governo fará visitas a escolas ocupadas para tentar frear	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1712776-governo-fara-visitas-a-escolas-

	protestos		ocupadas-para-tentar-frear-protestos.shtml
30-11	Alunos a favor de ocupações de escolas liberam av. Faria Lima após 3 horas	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1712838-por-ocupacao-em-escolas-paulistas-grupo-interdita-av-faria-lima-em-sp.shtml
6out 6jan	Protestos contra reforma nas escolas paulistas	Educação	https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/39074-protestos-contr-reforma-nas-escolas-estaduais-de-sp#foto-570553
30/11	Escolas ocupadas em Paraisópolis têm tumulto e ofensas a alunos	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1712884-escolas-ocupadas-em-paraisopolis-tem-tumulto-e-ofensas-a-alunos.shtml
30/11	Estudantes de escolas ocupadas fecham marginal Tietê em protesto	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1713247-estudantes-de-escolas-ocupadas-fecham-marginal-tiete-em-protesto.shtml
01/12	Governo de SP usa formalidade para propor conversa com aluno	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713268-governo-de-sp-usa-formalidade-para-propor-conversa-com-aluno.shtml
01/12	Há um mês na escola, alunos limpam, cozinham e até instalam chuveiros	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1712999-ha-um-mes-nas-escolas-alunos-organizam-limpam-cozinham-e-ate-instalam-chuveiros.shtml
01/12	Escola Antônio Paiva de Sampaio é alvo de vandalismo em Osasco	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713319-escola-estadual-e-alvo-de-ataque-na-grande-sao-paulo.shtml fotos no link: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713742-policia-entra-em-confronto-com-estudantes-durante-protesto-em-sp.shtml
01/12	Alunos liberam ponte João Dias e ocupam ruas da zona sul da cidade	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713326-alunos-interditam-parte-da-ponte-joao-dias-contr-reorganizacao-de-escolas.shtml
01/12	Alckmin publica decreto e avança na reforma dos ciclos da rede paulista	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713412-alckmin-publica-decreto-e-avanca-na-reforma-dos-ciclos-da-rede-paulista.shtml
01/12	Promotor vai à Justiça contra reforma de ciclos de Alckmin	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713438-reorganizacao-das-escolas-nao-visa-melhoria-do-ensino-afirma-promotor.shtml
01/12	Vídeo mostra confronto entre policiais e alunos em escola no centro de SP	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713457-video-mostra-confronto-entre-policiais-e-alunos-em-escola-no-centro-de-sp.shtml
01/12	Polícia entra em confronto com estudantes durante protesto em SP	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713742-policia-entra-em-confronto-com-estudantes-durante-protesto-em-sp.shtml
02/12	Quatro detidos em protesto estudantil são liberados pela polícia	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713818-quatro-detidos-em-protesto-estudantil-sao-liberados-pela-policia.shtml

02/12	PM intervém e acaba com bloqueio de 30 estudantes em avenida de SP	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713836-alunos-protestam-contrareforma-do-ensino-em-vias-da-zona-oeste-de-sp.shtml
02/12	Pai busca filho em delegacia e defende ato contra reforma de ciclos em SP	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713963-pai-busca-filho-em-delegacia-e-defende-ato-contrareforma-de-ciclos-em-sp.shtml
02/12	Protesto de alunos fecha cruzamento da Teodoro com Henrique Schaumann	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714030-protesto-de-estudantes-volta-a-fechar-avenidas-em-sao-paulo.shtml
02/12	'É vagabundice', diz motorista parado em protesto de alunos em SP; veja vídeo	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714121-e-vagabundice-diz-motorista-parado-em-protesto-de-alunos-em-sp.shtml
02/12	PM intervém com bombas para liberar bloqueio de alunos em Pinheiros	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714151-pm-intervem-com-bombas-paraliberar-bloqueio-de-alunos-em-pinheiros.shtml
03/12	Governo de SP aposta em desgaste de ocupações, e alunos radicalizam	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714317-governo-de-sp-aposta-em-desgaste-e-alunos-radicalizam.shtml
03/12	PM não desocupará escola, mas desbloqueará via, diz secretário	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714318-pm-nao-desocupara-escola-mas-desbloqueara-via-diz-secretario.shtml
03/12	Alunos fazem atos em série em vias de SP contra plano da gestão Alckmin	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714379-estudantes-fecham-quatro-vias-em-sp-durante-protesto-contrareorganizacao.shtml
03/12	Galeria de fotos		https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/40422-estudantes-protestam-contrareorganizacao-das-escolas#foto-513492
03/12	Ato de estudantes em Itaquera contra plano de Alckmin acaba com 2 detidos	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714422-ato-de-estudantes-em-itaquera-contraplano-de-alckmin-acaba-com-2-detidos.shtml
03/12	Alckmin muda comando de negociação com alunos e chama audiência pública	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714458-alckmin-propoe-audiencia-publica-para-discutir-reorganizacao-escolar.shtml
03/12	Promotora e Defensoria entram com ação para barrar plano de Alckmin	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714535-promotora-e-defensoria-entram-com-acao-para-barrar-plano-de-alckmin.shtml
03/12	Em 'dança das cadeiras', alunos escapam da PM e discutem com motoristas	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714554-em-danca-das-cadeiras-pelas-ruas-alunos-despistam-pm-e-discutem-com-motoristas.shtml
03/12	Gestão Alckmin diz que audiência com alunos não revogará reorganização	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714772-gestao-alckmin-diz-que-audiencia-com-alunos-nao-revogara-reorganizacao.shtml
04/12	Secretaria da Educação rebate críticas de promotor à	Painel do leitor	https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/12/1714801-secretaria-da-educacao-

	reorganização escolar		rebate-criticas-de-promotor-a-reorganizacao-escolar.shtml
04/12	Em dia de protestos em série contra reorganização escolar, três são presos	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714820-em-dia-de-protestos-em-serie-contra-reorganizacao-escolar-tres-sao-presos.shtml
04/12	Centro de SP tem 'chuva de bombas' em protestos contra plano de escolas	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714884-grupo-faz-protesto-na-frente-da-dusp-contra-fechamento-de-escolas-em-sp.shtml
04/12	Estudantes protestam contra reorganização das escolas	Fotografia cotidiano	https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/40451-estudantes-protestam-contra-reorganizacao-das-escolas#foto-513767
04/12	Vice de Alckmin defende suspensão de plano para reorganizar rede escolar	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714928-vice-de-alckmin-defende-revogacao-de-plano-para-reorganizar-rede-escolar.shtml
04/12	Sob protestos, Alckmin suspende plano de reorganização de escolas	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714946-sob-protestos-alckmin-suspende-plano-de-reorganizacao-de-escolas.shtml
04/12	'Vamos aprofundar o diálogo', diz Alckmin sobre recuo de fechamento de escolas	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714969-vamos-aprofundar-o-dialogo-diz-alckmin-sobre-recuo-de-fechamento-de-escolas.shtml?origin=folha
04/12	Estratégia zero Fernando Canzian	Colunista	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernandocanzian/2015/12/1714973-estrategia-zero.shtml
04/12	Secretário da Educação de SP deixa cargo após recuo em reorganização	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714988-secretario-da-educacao-de-sp-deixa-cargo-apos-recuo-em-reorganizacao.shtml
04/12	Secretário da Educação de SP deixa cargo após recuo em reorganização	Cotidiano	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1715005-secretario-da-educacao-de-sp-deixa-cargo-apos-recuo-em-reorganizacao.shtml
04/12	Vídeo mostra rotina em escolas ocupadas e explica plano de reorganização	TV Folha Cotidiano	https://www1.folha.uol.com.br/tv/cotidiano/2015/12/1715023-video-mostra-rotina-em-escolas-ocupadas-e-explica-projeto-de-reorganizacao.shtml
04/12	Vídeo mostra rotina em escolas ocupadas e explica plano de reorganização	Cotidiano	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1715030-video-mostra-rotina-em-escolas-ocupadas-e-explica-plano-de-reorganizacao.shtml
04/12	Após recuo de Alckmin, estudantes decidem manter ocupação em escolas	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715267-apos-recuo-de-alckmin-estudantes-decidem-manter-ocupacao-em-escolas.shtml
05/12	Com suspensão de plano escolar, uma boa ideia foi para o espaço, diz leitor	Painel do leitor	https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/12/1715336-com-suspensao-de-plano-escolar-uma-boa-ideia-foi-para-o-espaco-diz-leitor.shtml
05/12	Lições de política	Opinião	https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2015/1

		Editorial	2/1715344-licoes-de-politica.shtml
05/12	Radicalização dos protestos e ação da PM forçaram recuo de Alckmin	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715356-radicalizacao-dos-protestos-e-acao-da-pm-forcaram-recuo-de-alkmin.shtml
05/12	Governo Alckmin publica decreto que revoga reorganização escolar	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715424-governo-alkmin-publica-decreto-que-revoga-reorganizacao-escolar.shtml
05/12	Estudantes fazem protesto no centro de São Paulo	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715534-estudantes-fazem-protesto-no-centro-de-sp.shtml
05/12	Segunda escola ocupada é depredada em Osasco, na Grande SP	Educação	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715583-segunda-escola-ocupada-e-depredada-em-osasco-na-grande-sp.shtml

Fonte: tabela elaborada pela pesquisadora.

Neste recorte, então, temos as matérias do período em que o movimento estudantil secundarista combina duas táticas de ação, as ocupações nas escolas⁴⁶ junto com os protestos de rua. Essa combinação de repertórios de ação visava uma maior visibilidade ao movimento como incremento em suas condições de negociação junto ao governo do estado de São Paulo (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016). Haja vista que se tratava de uma relação que, além de conflitual (AMOSSY, 2017), era marcada por uma ausência de diálogo entre as partes, conforme Ezequiel (2019). Em nosso *corpus*, podemos identificar a ausência de diálogo pela sequência de títulos selecionados a seguir:

Sequência significativa:

“Governo fará visitas a escolas ocupadas para tentar frear protestos” (matéria publicada em 30 de novembro de 2015)

“Governo de SP usa formalidade para propor conversa com aluno” (matéria publicada no dia 01 de dezembro de 2015)

“Alckmin publica decreto e avança na reforma dos ciclos da rede paulista” (matéria publicada no dia 01 de dezembro de 2015)

“Alckmin muda comando de negociação com alunos e chama audiência pública” (matéria publicada no dia 03 de dezembro de 2015)

“Gestão Alckmin diz que audiência com alunos não revogará reorganização” (matéria publicada no dia 03 de dezembro de 2015)

“Vice de Alckmin defende suspensão de plano para reorganizar rede escolar” (matéria publicada no dia 04 de dezembro de 2015)

⁴⁶ Após a queda dos pedidos de reintegração de posse das unidades escolares ocupadas, abriu-se a possibilidade de os estudantes-manifestantes entrarem e saírem das ocupações para realização de distintas atividades ligadas ao movimento, viabilizando, assim, a ocorrência da estratégia dupla das ocupações aliadas aos protestos em grandes avenidas da capital paulista.

“Sob protestos, Alckmin suspende plano de reorganização de escolas”
(matéria publicada no dia 04 de dezembro de 2015)

“Vamos aprofundar o diálogo’, diz Alckmin sobre recuo de fechamento de escolas” (matéria publicada no dia 04 de dezembro de 2015).

Interpretamos que a sequência significativa de títulos publicados no jornal Folha de S. Paulo indicia uma das marcas do conflito inconciliável (AMOSSY, 2017) quando a cena discursiva de interlocução não se estabelece (MAINGUENEAU, 2005), ou seja, quando há uma ausência de diálogo entre as partes. Nesse caso específico, podemos reconhecer essa ausência de diálogo pelas seguintes marcas: no dia 30 de novembro de 2015 é anunciada uma suposta visita às ocupações por parte do governo estadual para se estabelecer um diálogo, mas no dia seguinte, a forma de diálogo é alterada e indiciada por “o governo usa formalidade para propor conversa” e, nesse mesmo dia, anuncia “decreto [que] avança na reforma”. Nesse sentido, embora haja a marca de uma pretensão de diálogo, o ponto crucial de negociação segue não apenas inalterável, mas avançando sem antes ocorrer o diálogo.

Na sequência, temos as publicações antagônicas do dia 03 de dezembro de 2015. Na primeira temos uma convocação pelo governo estadual de audiência pública com o movimento e no mesmo dia a declaração de que tal audiência não implicaria no acato da demanda principal do movimento, qual seja: a revogação da proposta. E, finalmente, no dia seguinte, é anunciada a “suspensão” do plano, formando mais um binômio significativo envolvendo a disputa inconciliável.

A partir da imagem disponibilizada a seguir, publicada na Folha de S. Paulo no dia 09 de dezembro de 2015, vemos explicitamente que se instaura aí uma nova disputa discursiva pelo cartaz levado por um dos manifestantes no qual se lê: “Suspensão não! Revogação!”. Marcando que “suspensão” é um termo mobilizado na filiação discursiva do governo estadual, o qual remete a um efeito de sentido de adiamento da implementação da proposta, enquanto que o termo “revogação” é usado filiado à formação discursiva do movimento, o qual demanda o cancelamento da proposta:

Imagem 3: “Suspensão não! Revogação!” foto de ato contra a proposta de reorganização das escolas paulistas publicada no jornal Folha de S. Paulo em 09 de dezembro de 2016.



Fonte: Jornal Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715534-estudantes-fazem-protesto-no-centro-de-sp.shtml>

A questão do binômio será aprofundada na seção a seguir quando detalharmos as análises com base nos estudos da análise do discurso sobre a polêmica em Amossy (2017) e Maingueneau (2005). Antes, porém, ainda nos restam alguns pontos de observação desse bloco mais extenso que conforma o terceiro auge de publicações de matérias do jornal Folha de S. Paulo.

Podemos dizer que a estratégia combinada do movimento de manter as ocupações das unidades escolares e, ao mesmo tempo, promover protestos de rua foi exitosa, haja vista que se trata não apenas do terceiro auge de frequência de matérias sobre o movimento, mas o mais acentuado de todos, com uma média de mais de seis matérias publicadas por dia pelo jornal Folha de S. Paulo.

Interpretamos que essa cobertura produzida de forma intensa se deve a dois fatores, sobretudo. Um deles pelo fato da ação de protestos de rua, com trancamentos de grandes avenidas na capital do estado de São Paulo, afetar um aspecto já cotidianamente complicado para os habitantes da região, o trânsito. Ao afetar diretamente a rotina de diversos sujeitos, a mobilização dos estudantes ganha outra forma de visibilidade e também de polarização.

Seleção de títulos das matérias relativas aos protestos de rua envolvendo trânsito:

“Alunos a favor de ocupações de escolas liberam av. Faria Lima após 3 horas” (matéria publicada dia 30 de novembro de 2015)

“(…)-por-ocupacao-em-escolas-paulistas-grupo-interdita-av-faria-lima-em-sp(…)” (link de acesso da mesma matéria publicada no dia 30 de novembro).

“Estudantes de escolas ocupadas fecham marginal Tietê em protesto” (matéria publicada no dia 30 de novembro de 2015).

“Alunos liberam ponte João Dias e ocupam ruas da zona sul da cidade.” (matéria publicada no dia 01 de dezembro de 2015).

“(…)-alunos-interditam-parte-da-ponte-joao-dias-contrareorganizacao-de-escolas(…)” (link de acesso à mesma matéria publicada no dia 01 de dezembro de 2015).

“Protesto de alunos fecha cruzamento da Teodoro com Henrique Schaumann” (matéria publicada no dia 02 de dezembro de 2015).

Imagem4: Foto de protesto em avenida da cidade de São Paulo contra a proposta de reorganização das escolas paulistas divulgada no dia 03 de dezembro de 2016.



Fonte: Folha de S. Paulo.

É interessante marcar que esses eventos, considerados de influência direta na rotina cotidiana de quem circula na cidade, são relatados e atualizados em tempo real. Assim, na matéria do dia 30 de novembro de 2015, o título original da matéria era “Por ocupação em escolas paulistas grupo interdita Av. Faria Lima em SP”, publicada às 8 horas e 58 minutos da manhã. Porém, às 12 horas e 04 minutos do mesmo dia, ela é atualizada e o título é alterado

refletindo a nova situação de fluxo da avenida: “Alunos a favor de ocupações liberam Av. Faria Lima após 3 horas”. O mesmo ocorre na matéria publicada no dia 01 de dezembro de 2015 destacada na seleção acima, na qual se nota a alteração do termo “interditam” para “liberam”. Essa marca de atualização das matérias é mais um indício de que temos de processos de edição quando os links de acesso não coincidem com os títulos das matérias, já mencionados anteriormente.

Além de noticiar os protestos, o jornal Folha de S. Paulo apresenta a polarização de opiniões geradas por essa nova tática de ação do movimento, como se pode identificar pelos dois títulos com posições antagônicas de matérias publicadas exatamente no mesmo dia sobre a ação do movimento no mesmo protesto de rua. A primeira com sentido eufórico relativo e a segunda com título disfórico acentuado:

“Pai busca filho em delegacia e defende ato contra reforma de ciclos em SP” (matéria publicada no dia 02 de dezembro de 2015).

“‘É vagabundice’, diz motorista parado em protesto de alunos em SP; veja vídeo” (matéria publicada no dia 02 de dezembro de 2015).

Marcando assim, na cobertura do jornal, a presença de uma polarização, dando visibilidade ao litígio, porém recaindo em uma representação mais disfórica que eufórica para o movimento, haja vista que no primeiro título de nossa seleção ilustrativa que traz marcas de sentidos eufóricos é em sentido relativo e não absoluto como ocorre no segundo título já totalmente disfórico.

O segundo fator que em nossa interpretação leva à produção desta cobertura mais intensa do jornal Folha de S. Paulo é a intensificação da ação violenta policial (representante dos Aparelhos Repressivos do Estado, os quais entram em ação quando os Aparelhos Ideológicos do Estado falham ou não são suficientes para controlar o conflito conforme Althusser). Segundo Amossy (2017), o espetáculo da violência gera efeitos gigantescos nas mídias, produz imagens fortes e impactantes, incidindo sobre a consumo do jornal como bem comercial. Entendemos que é pela lógica de mercado (CHARAUDEAU, 2019) que esse tipo de relato, o da violência, sempre teve espaço nos dispositivos midiáticos de comunicação e sempre retornam à agenda midiática.

A seguir, disponibilizamos uma seleção de títulos de matérias, disponibilizadas na ordem de suas publicações, tendo em vista apontar a gradação da intensificação da violência

policial nesses eventos de protesto de rua do movimento estudantil secundarista com grifos nossos:

Sequência significativa por intensificação:

“Polícia entra em confronto com estudantes durante protesto em SP”
(matéria publicada no dia 01 de dezembro de 2015).

“PM intervém e acaba com bloqueio de 30 estudantes em avenida de SP”
(matéria publicada no dia 02 de dezembro de 2015).

“PM intervém com bombas para liberar bloqueio de alunos em Pinheiros”
(matéria publicada no dia 02 de dezembro de 2015).

“Centro de SP tem 'chuva de bombas' em protestos contra plano de escolas” (matéria publicada no dia 04 de dezembro de 2015).

Imagem 5: Foto de protesto contra a proposta de reorganização das escolas paulistas com marcas de violência policial publicada no dia 03 de dezembro de 2015.



Fonte: Folha de S. Paulo.

Imagem 6: Foto de protesto contra a proposta de reorganização das escolas paulistas na qual se vê estudantes fugindo após ação violenta da polícia em matéria publicada também no dia 03 de dezembro de 2015.



Fonte: Folha de S. Paulo.

Por fim, destacamos que o relato dos protestos, como se tratam de uma tática combinada às ocupações das escolas, permitiu um retorno da atenção e visibilidade ao repertório de ação que marcou a identidade desse movimento (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; GOHN, 2017), que passa a ser discursivizado, com sentidos eufóricos e sentidos disfóricos, mesmo valendo-se do uso agora unânime do termo “ocupação”, o que nos fornece algumas pistas para questionar se a mudança do uso do termo “invasão” para o termo “ocupação” de fato reflete em uma mudança de formação discursiva, como sugere Ezequiel (2019):

Seleção de títulos de matérias com efeitos de sentidos eufóricos sobre as ocupações:

“Há um mês na escola, alunos limpam, cozinham e até instalam chuveiros” (matéria publicada no dia 01 de dezembro de 2015).

“Vídeo mostra rotina em escolas ocupadas e explica plano de reorganização” (matéria publicada em 01 de dezembro de 2015).

Seleção de títulos de matérias com efeitos de sentidos disfóricos vinculados às ocupações:

“Escolas ocupadas em Paraisópolis têm tumulto e ofensas a alunos” (matéria publicada em 30 de novembro de 2015).

“Escola Antônio Paiva de Sampaio é alvo de vandalismo em Osasco” (matéria publicada no dia 01 de dezembro de 2015).

“Segunda escola ocupada é depredada em Osasco, na Grande SP” (matéria publicada no dia 05 de dezembro de 2015).

Apontadas essas que podem ser consideradas algumas observações gerais, adentraremos às análises mais específicas a partir dos estudos sobre polêmica em Amossy (2017), primeiramente, e, em seguida, em Maingueneau (2005).

3.2. As marcas da polêmica: uma análise pautada em Amossy e Maingueneau

Como pudemos observar, no caso dos eventos relacionados ao movimento dos estudantes secundaristas 2015-2016, há uma clara dissensão em curso de acordo com os postulados de Amossy (2017). Trata-se do conflito inconciliável entre governo do estado de São Paulo, sujeito institucional, que propõe o plano de reorganização das escolas paulistas e estudantes, que, por sua vez, exigem a revogação do plano. Durante todo o período investigado neste estudo, podemos afirmar que esse dissenso se materializa discursivamente na dicotomização de termos e expressões mobilizadas nas matérias do jornal Folha de S. Paulo dedicadas à cobertura dos eventos em questão.

Os pares de binômios identificados em nosso *corpus* da mídia tradicional foram: a) reorganização das escolas paulistas *versus* fechamento das escolas ou unidades escolares; b) invasão das escolas *versus* ocupação das escolas; c) suspensão do plano *versus* revogação do plano. Esses binômios materializam a tensa disputa discursiva pela qual discursos se opõem a partir de choques de posicionamentos contrários (AMOSSY, 2017). Em outros termos, temos a presença de uma polêmica expressa em formações discursivas antitéticas que se excluem mutuamente sem a mínima possibilidade de conciliação.

Os termos e expressões mencionados primeiro, “reorganização”, “invasão” e “suspensão”, coincidem com a formação discursiva do governo do estado de São Paulo; enquanto que os segundos termos dos binômios citados, “fechamento”, “ocupação” e “revogação”, remetem à formação discursiva do movimento estudantil. Podemos dizer, considerando a relação indissociável entre formações discursivas e formações ideológicas (PÊCHEUX, 2020), que essa disputa discursiva marca posições ideológicas distintas, condição primeira para a instauração da polêmica conforme Amossy:

O antagonismo das opiniões levantadas no interior de um confronto verbal é sua condição primeira. Trata-se de uma atividade enunciativa que consiste em trazer argumentos em favor de uma tese e no mesmo processo arregimentar argumentos contra a tese adversa (AMOSSY, 2017, p. 57).

Uma das formas de arregimentar argumentos contra a tese do outro se dá pela segunda marca essencial da polêmica, conforme a autora. Nesse sentido, essa disputa discursiva materializada nos binômios conflitivos produz efeitos de sentido de desqualificação do outro. Vejamos: no primeiro binômio, “reorganização” remete ao nome dado pelo governo do estado de São Paulo à sua proposta no âmbito administrativo-educacional conforme o projeto neoliberal de Educação. Já seu oposto, neste contexto, “fechamento” renomeia a mesma proposta a partir de uma das suas consequências com efeitos disfóricos, justamente na incidência mais direta na rotina das comunidades escolares. Assim, ao renomear o plano, identificando-o a uma de suas consequências negativas, tem-se um efeito de sentido de revelação de uma verdade antes ocultada pelo governo do estado de São Paulo em relação a sua proposta. Denunciando, assim, pouca transparência em relação à proposta como um todo e gerando desconfiança por esse efeito de desqualificação.

Já no segundo binômio, temos dois termos, “invasão” e “ocupação”, para denominar a mesma ação, qual seja: permanecer em ato de protesto por tempo indeterminado em um espaço público como forma de reivindicar visibilidade e poder de negociação. Trata-se em suma das distintas formas de formulação de um enunciado para relatar um fato, conforme Pêcheux (2009). Sendo que cada “escolha” remete a uma formação discursiva e ideológica distinta.

O termo “invasão” é sistematicamente utilizado pelo governo do estado de São Paulo (GOHN, 2017; CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; MENEZES; GOMES, 2016; VIZIBELI, 2016; EZEQUIEL, 2019) para denominar o repertório de ação do movimento, o qual ao ser discursivizado dessa forma associa o ato a uma ação ilegal (ORLANDI, 2005). Tanto que o governo estadual entra com pedido de reintegração de posse em relação às ocupações junto à justiça. Pedido este negado em todas as instâncias. Porém, o efeito de sentido que o termo produz ao associar a ação a um ato ilegal é a tentativa de criminalização do movimento que, em suma, forma parte da estratégia discursiva de desqualificação do outro, conforme Amossy (2017).

E o terceiro binômio, “suspensão” *versus* “revogação”, remete mais uma vez a essa disputa do conflito inconciliável, haja vista que o governo do estado de São Paulo concede a suspensão do plano, ou seja, seu adiamento, enquanto que o movimento dos estudantes

reivindica a sua revogação, ou seja, seu cancelamento. Marcando assim uma relação na qual um não escuta o outro (MAINGUENEAU, 2005).

Assim, temos que esses pares de binômios indiciam duas marcas fundamentais da polêmica, conforme teoriza Amossy (2017): a dicotomização e a desqualificação do outro. Finalmente, a autora assevera que há uma terceira marca que constitui a polêmica, qual seja: a polarização. Segundo a autora, a polarização consiste no agrupamento de vozes que se mobilizam em dois conjuntos distintos, diametralmente opostos. Para tratar desses argumentos, é necessário que retomemos a revisão da bibliografia sobre os discursos sobre o movimento em Menezes e Gomes (2016), principalmente.

Em seu estudo, as autoras demonstram que um representante da mídia tradicional, o telejornal Jornal Nacional, aproxima-se do discurso do governo do estado de São Paulo, enquanto que a mídia independente, hospedada exclusivamente em espaço digital, Jornalistas Livres, aproxima-se do discurso do movimento estudantil secundarista em colaboração com a também mídia digital independente Mídia Ninja.

Esse estudo é bastante ilustrativo da marca de polarização trazida por Amossy (2017), haja vista que indica que uma mídia tradicional se agrupa a uma das posições em disputa, enquanto que a mídia digital independente se agrupa à outra posição contrária na disputa produzindo o efeito de polarizações e fidelizações de posições ideológicas e discursivas. Em outros termos, considerando a teoria das redes sociais, temos que a mídia tradicional, Jornal Nacional, estabelece uma interação solidária ou até cooperativa com o governo do estado de São Paulo, enquanto que a mídia digital independente, Jornalistas Livres junto com Mídia Ninja, estabelece uma interação solidária ao movimento estudantil secundarista. Enquanto isso, o governo estadual trava uma interação conflitiva com o movimento estudantil e, por relações de apoio, Jornalistas Livres estabelece uma interação competitiva com Jornal Nacional. Formando, assim, uma rede em um esquema bastante coerente quanto à identificação e filiações em formações discursivas contrárias.

Porém, quando observamos a cobertura do jornal Folha de S. Paulo, deparamo-nos com um movimento mais complexo apresentado por Ezequiel (2019) e observado em nosso *corpus*, qual seja: o deslizamento do uso do termo “invasão” para o uso do termo “ocupação”, sobretudo nos títulos das matérias publicadas pelo dispositivo midiático em questão.

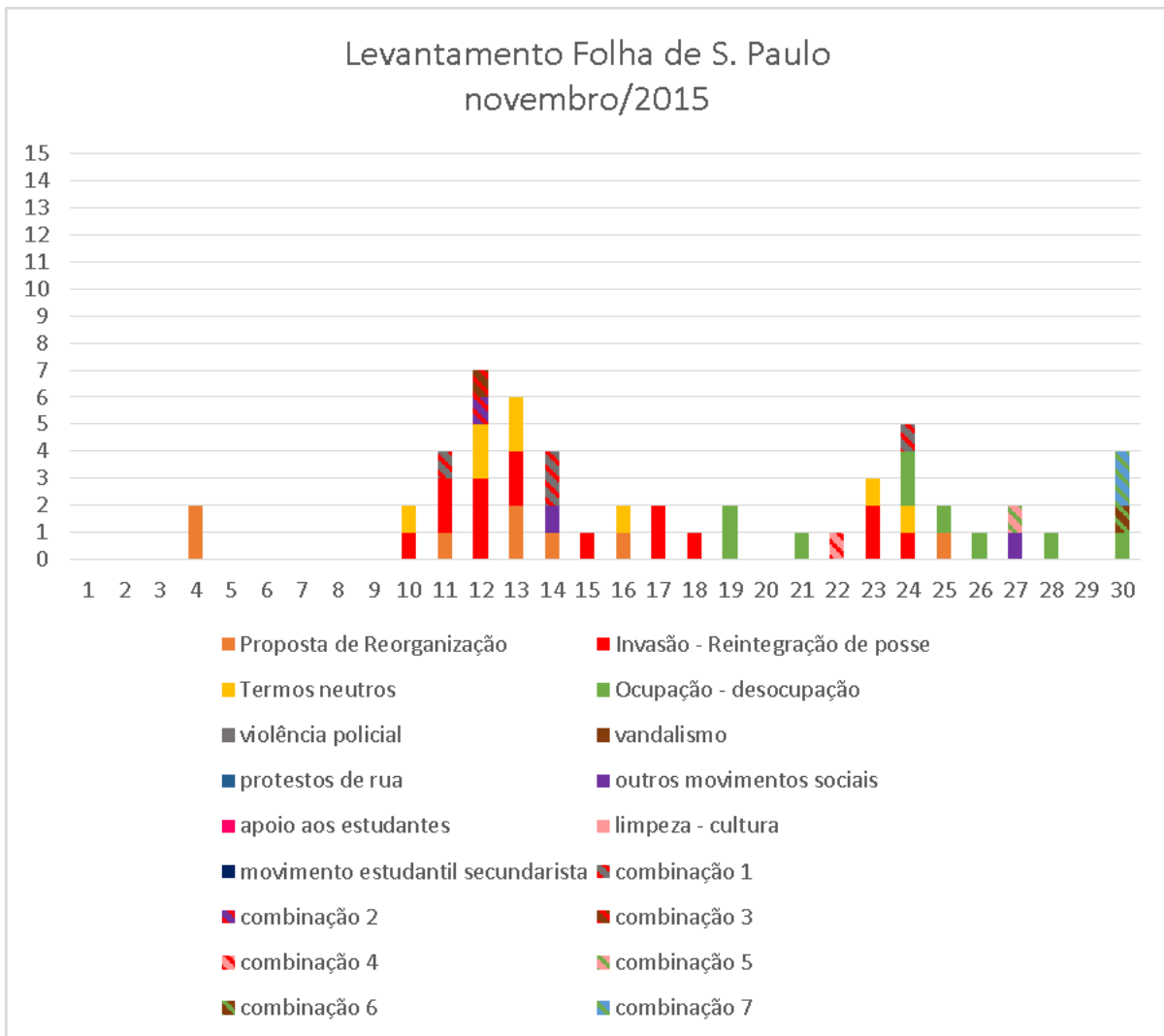
Conforme vimos com os estudos de Ezequiel (2019), em um período de mais ou menos 25 dias, pode-se averiguar uma mudança de uso dos termos. Segundo esse autor, entre os dias 10 e 17 de novembro de 2015, os títulos das matérias da Folha de S. Paulo indicavam

o uso do termo “invasão”. No período de 19 de novembro a 25 de novembro de 2015, há a identificação de uma mescla de usos entre os termos “invasão” e “ocupação”. E, a partir do dia 26 de novembro de 2015 em diante, apenas o uso do termo “ocupação”.

Podemos então esquematizar essa descrição de Ezequiel (2019) com o esquema: A → A/B → B, sendo A relativo ao uso do termo “invasão” e B relativo ao uso do termo “ocupação”. Atentamos para o fato de que esse esquema reflete uma transição linear de, conforme as palavras de Ezequiel (2019), uma formação discursiva para outra. Contudo, em nossa observação de *corpus* identificamos uma relação não tão linear quanto a descrita pelo autor.

De acordo com nosso estudo, reconhecemos, além dos usos dicotômicos “invasão” *versus* “ocupação”, a inscrição de termos que classificamos como produtores de efeitos de sentidos de neutralidade, nos títulos das matérias, como “passar a noite”, “dormir na escola”, etc. No gráfico do levantamento da cobertura do jornal Folha de S. Paulo, referente ao mês de novembro de 2015, podemos identificar esses três usos nas barras de coloração vermelha, amarela e verde, respectivamente relativas aos usos dos termos “invasão”, termos com efeito de neutralidade e “ocupação”:

Gráfico 3: Levantamento da cobertura do jornal Folha de S. Paulo referente ao mês de novembro de 2015: destaque para os usos dos termos “invasão”, termos que sugerem um efeito de sentido de neutralidade e “ocupação”.



Fonte: gráfico elaborado pela pesquisadora.

Conforme nosso gráfico, podemos identificar que até o dia 18 de novembro predomina os usos dos termos “invasão” e termos com efeito de sentido de neutralidade. No período de 19 a 24 de novembro, há a circulação dos três termos, “invasão”, os termos com efeito de neutralidade e “ocupação”, em uma relação 5 – 2 – 5. E, a partir do dia 25 de novembro, a queda dos usos dos termos “invasão” e dos termos com efeito de neutralidade para o uso corrente do termo “ocupação”.

Embora o deslizamento de certos termos para outro coincida com o constatado por Ezequiel (2019), com algumas alterações de datas, conforme os filtros de buscas realizados em cada estudo, não consideramos que essa constatação seja suficiente para afirmar uma mudança de formação discursiva por parte do jornal Folha de S. Paulo. Isso porque, as

palavras não carregam o sentido com elas, e sim as posições ideológicas do sujeito que as enuncia. Ao afirmar que o uso exclusivo do termo “ocupação” remete a uma mudança de formação discursiva, cola-se a palavra a uma formação ideológica. Sabemos que, historicamente, algumas palavras evocam memórias discursivas específicas, marcando distintas formações discursivas e ideológicas. Porém, o sujeito pode sempre torcer o sentido. Nas palavras de Dias (2021), “pela linguagem mesma o sujeito pode contorcer o sentido em outras direções, significando-o em outros discursos” (DIAS, 2021, p. 115).

Ao observarmos outras sequências de títulos podemos identificar que as matérias sobre as ocupações, embora empregando o mesmo termo reivindicado pelo movimento estudantil secundarista, é associado, em certos momentos, a termos com sentidos eufóricos e em outros momentos a termos com sentidos disfóricos, como se pode notar nas seleções disponibilizadas a seguir.

Seleção de títulos com efeito de sentido eufórico:

“Agenda cultural em colégios ocupados inclui circo, debate e até cursinho” (matéria publicada no dia 27 de novembro de 2015).

“Há um mês na escola, alunos limpam, cozinham e até instalam chuveiros” (matéria publicada no dia 01 de dezembro de 2015).

“Vídeo mostra rotina em escolas ocupadas e explica plano de reorganização” (matéria publicada no dia 04 de dezembro de 2015).

“Natal de escolas ocupadas tem pizza e peru doados por vizinhos” (matéria publicada no dia 25 de dezembro de 2015).

“Aulas na Fernão Dias recomeçam com carteiras em círculos e debates” (matéria publicada no dia 06 de janeiro de 2016).

“Viva a garotada da escola Fernão Dias” (matéria publicada no dia 10 de janeiro de 2016 por ex-colunista do jornal Folha de S. Paulo).

Seleção de títulos com efeito de sentido disfórico:

“Escolas ocupadas em Paraisópolis têm tumulto e ofensas a alunos” (matéria publicada no dia 30 de novembro de 2015).

“Escola Antônio Paiva de Sampaio é alvo de vandalismo em Osasco” (matéria publicada na Folha de S. Paulo).

“Segunda escola ocupada é depredada em Osasco, na Grande SP” (matéria publicada no dia 05 de dezembro de 2015).

“Secretaria da Educação de SP diz que ocupação causou prejuízos em escola” (matéria publicada no dia 14 de dezembro de 2015).

“Governo diz que 28 escolas ocupadas foram vandalizadas ou furtadas em SP” (matéria publicada no dia 15 de dezembro de 2015).

“Governo de SP diz que teve prejuízo de R\$ 1 milhão com ocupação de escolas” (matéria publicada no dia 29 de dezembro de 2015).

“Suposto sumiço de equipamentos de escola opõe governo a estudantes” (matéria publicada no dia 05 de janeiro de 2016).

“R\$ 15 mil em bens sumiram do colégio Fernão Dias, diz governo de São Paulo” (matéria publicada no dia 12 de janeiro de 2016).

Ao observar os dois conjuntos que remetem ao terceiro momento (EZEQUIEL, 2019) do discurso da mídia tradicional, representada neste estudo pela Folha de S. Paulo, encontramos as marcas de que notadamente se tornou insustentável os usos e mobilização do termo “invasão” para noticiar eventos relacionados à ação do movimento estudantil secundarista. Defendemos que essa condição de produção se deve à grande repercussão do movimento e à gigantesca rede de apoio e solidariedade que o movimento consegue formar, como já apresentado, sobretudo, no capítulo 2 desta tese. Em outras palavras, a não pertinência do uso do termo “invasão” se deve pelo efeito do intenso movimento e diferentes estratégias argumentativas engendradas pelos mais variados discursos oponentes ao discurso do governo do estado de São Paulo, os quais não se resumem apenas ao discurso do movimento estudantil secundarista, mas de seus diversos apoiadores anônimos e públicos, artistas, celebridades, figuras públicas, outros movimentos, coletivos, mídias com um posicionamento contra hegemônico e as mídias independentes, sobretudo, Jornalistas Livres e Mídia Ninja.

Tendo que abandonar o termo “invasão”, deparamo-nos com outro discurso do jornal Folha de S. Paulo que consegue, ao fazer uso do termo “ocupação”, vinculá-lo a efeitos de sentidos disfóricos, historicamente associados pela memória discursiva ao termo “invasão”, como, por exemplo, sentidos de tumulto, confusão, vandalismo, depredação de patrimônio público e prejuízo financeiro, produzindo assim um efeito de sentido de criminalização do movimento, mesmo quando ele é discursivizado com o termo que é por ele reivindicado, haja vista que nesses enunciados o campo semântico ao qual o termo historicamente e pelo movimento são associados é descolado da palavra que passa a ser usada com um efeito de cristalização, com uma saturação de sentidos, um esvaziamento de significante, que pode, então, ser preenchido com sentidos de distintas formações discursivas. Em outras palavras, temos aqui o funcionamento do simulacro (MAINGUENEAU, 2005).

Esse procedimento discursivo é engendrado no discurso do jornal Folha de S. Paulo, então, pelos efeitos da interpretação recíproca (MAINGUENEAU, 2005). Segundo o pesquisador francês, enunciar implica em não compreender os enunciados outros. Em outras palavras, cada formação discursiva somente produz sentido sobre o outro oponente em conformidade com o seu próprio registro, ou seja, o discurso do movimento é interpretado pelo enunciador do discurso do jornal Folha de S. Paulo, a partir das regras da própria formação discursiva. Nesse sentido, a Folha de S. Paulo entende o discurso do movimento pelas lentes de sua formação discursiva e não pelas lentes da formação discursiva do movimento.

Nesse espaço discursivo, o discurso que se valia dos sentidos que o termo “invasão” reverbera “traduz” em forma de simulacro o discurso que reivindica os efeitos de sentido historicamente construídos para o termo “ocupação”, “ sob a forma do simulacro que ele constrói” (MAINGUENEAU, 2005, p. 22), logo, em função dos termos que rejeita. Nesse sentido, o termo “ocupação” não é necessariamente mobilizado nas matérias do jornal Folha de S. Paulo conforme os sentidos dos discursos preteridos pelo movimento estudantil secundarista, os quais se aproximam muito mais aos efeitos de sentidos da seleção com efeitos eufóricos.

No caso do *corpus* aqui analisado, com uma frequência consideravelmente significativa, o termo “ocupação” passa a funcionar como mero substitutivo do termo “invasão”, pois os enunciados disponíveis na segunda seleção sustentam-se na mesma filiação da formação discursiva de seus discursos do primeiro momento, quando favoreciam e destacavam o termo “invasão” em detrimento do termo “ocupação”. O simulacro construído funciona, então, como se a mudança de um termo não alterasse o sentido do discurso, preservando, com isso, a ilusão do fechamento semântico. Como resultado, é possível reconhecer que em certos enunciados, que conformam os títulos das matérias do jornal Folha de S. Paulo, uma parte “retoma o discurso do outro, integrando-o por inversão ao seu próprio sistema” (BARONAS; LOURENÇO, 2019). Nesse sentido, podemos afirmar que a mudança de um termo para o outro na cobertura midiática sobre o movimento estudantil secundarista no jornal Folha de S. Paulo não reflete necessariamente uma alteração de formação discursiva, haja vista que a formação ideológica ao qual o jornal se filia segue sendo marcadamente a mesma.

CAPÍTULO 4

OCUPAÇÃO DIGITAL: O CONTRA-DISCURSO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Defendemos que o espaço da web 2.0 é um lugar privilegiado para as investigações dos contradiscursos ou, então, dos discursos-resposta do sujeito coletivo aqui abordado, o movimento estudantil secundarista (2015-2016), sobretudo pelo caráter político (MAINGENEAU, 2021) que esse novo espaço inaugura para participação (CASTELLS, 2002, 2017).

Nosso recolhimento de *corpus* dos discursos digitais do movimento estudantil secundarista se estabelece a partir de duas metodologias distintas. Em uma delas, buscamos compreender as páginas da rede social Facebook dedicadas ao movimento como unidades discursivas. Tais páginas são consideradas por diversos teóricos, como Gohn (2017), uma das maiores inovações deste movimento. Contudo, há poucos estudos dedicados a investigá-las. Em nossa revisão bibliográfica e estudos complementares, notamos que elas são ora abordadas como um grande coletivo, sem diferenciação aparente entre elas, mesmo quando administradas por distintos grupos no interior do movimento ou em apoio ao movimento; ora são tomadas apenas por algumas de suas publicações sem estabelecer relações entre elas.

Nesse sentido, ao conceber as páginas em questão como unidades discursivas, buscamos compreendê-las como um todo e não somente por suas publicações tomadas de formas isoladas. Além disso, o propósito desta etapa de nossas análises é identificar quais páginas pertencem ao movimento e quais páginas compõem as redes de interação solidária e cooperativa do movimento, suas funções e principais características. Tendo em vista, assim, investigar a organização dos discursos digitais do movimento secundarista.

Sendo assim, observamos seis páginas da rede social Facebook dedicadas ao movimento, tendo em vista alcançar uma pluralidade de páginas, identificar regularidades internas e entre elas suas distinções. São elas: Secundaristas em Luta, Não Fechem Minha Escola, O Mal Educado, Ocupa E. E. diadema, Ocupação E. E. Salvador Allende e Escola de Luta Godofredo Furtado.

Porém, reconhecendo que a web permite mais fluidez, mais porosidade e respeitando a forma como os discursos circulam nesse espaço, em um segundo momento abordaremos os discursos digitais relacionados ao movimento a partir da noção que Moirand (2018)

denominou rastreamento ao voo de nossas navegações digitais cotidianas. Entendemos que quando o sujeito usuário da rede social digital, no caso, Facebook, relaciona-se na e por meio dessa rede, os discursos digitais chegam ao sujeito internauta a partir do mosaico composto em sua “linha do tempo” ou por meio do labirinto discursivo da web (característica da não linearidade conforme Paveau, 2021), pelo qual um link direciona a outro e outros. Nesse sentido, empreenderemos o exercício mais comum nos estudos discursivos de recolhimento de *corpus* a partir de uma navegação digital “ao voo”, construindo um pequeno *corpus* (MOIRAND, 2018) ou coleção de exemplos (PAVEAU, 2021b). Haja vista que também reconhecemos essa outra metodologia como não menos eficiente, necessária e produtiva.

Defendemos essa postura teórico-metodológica-analítica em Moirand (2018, parágrafo 14⁴⁷) transferida ao universo digital:

expressões linguísticas coletadas pelo pesquisador durante suas leituras ou viagens pessoais, e o que ele ouve na rua, meios de transporte, lojas, salas de espera etc., equipado com um caderno e lápis, um pequeno gravador de som ou seu celular para coletar, por exemplo, grafites que, adicionados a cartazes publicitários ou eleitorais, ajudam a desviar a mensagem original.

Essa ideia transferida ao universo digital exige, então, outros movimentos por parte do pesquisador, de modo que optamos em reformular a citação tendo em vista contemplar a descrição de nossa atividade de recolhimento de dados nesta segunda etapa: assim, publicações de eventos, desabafos, imagens, memes, hashtag, entre outros tecnodiscursos e tecnogêneros coletados pela pesquisadora durante suas leituras digitais, relativo ao que viu, acessou, compartilhou em páginas de redes sociais digitais, hiperlinks, sites etc., são consideradas para o estudo. A pesquisadora - equipada de uma pasta de arquivos que a permitiu guardar por meio do recurso de captura de tela, tabelas para armazenar os links pertinentes, seja nos dispositivos móveis ou PCs, por exemplo - permitiu a construção de uma pequena coleção de exemplos que, embora não componha um *corpus* extenso, possibilita à pesquisadora:

trabalhar sobre pequenos corpus [o qual] permite encontrar as formas linguageiras não necessariamente “frequentes”, no sentido estatístico do termo, mas sim as formas “emergentes” reveladoras do tempo presente e que por conta disso são parte de um “arsenal argumentativo” (Angenot) em um momento da história de uma sociedade, um arsenal que carrega ele mesmo a História dessa sociedade (MOIRAND, 2020, p. 51).

⁴⁷ Tradução em Paveau (2021b).

Dessa forma, neste segundo momento, apresentaremos uma pequena coleção de publicações advindas da rede social Facebook, tendo em vista analisar os efeitos de sentidos reivindicados e construídos pelo movimento especificamente nas questões relativas à disputa discursiva de um binômio por nós analisado no capítulo anterior, qual seja: “invasão” *versus* “ocupação”. Essa abordagem objetiva compreender a constituição dos contra-discursos do movimento em resposta aos discursos das mídias tradicionais, sobretudo, tendo em consideração a noção de polêmica mostrada e constitutiva (MAINGUENEAU, 2005). Nesse sentido, não buscamos somente as publicações que explicitamente se referem ao discurso de uma mídia tradicional (polêmica mostrada) mas também as que se relacionam com esse discurso na relação com o interdiscurso (polêmica constitutiva). Assim, apresentaremos também as divulgações de dois eventos em apoio ao movimento, os quais apresentam tanto estratégias discursivas quanto efeitos de sentidos antagônicos, analisados a partir das contribuições de Paveau (2021b) sobre ressignificação em contexto digital.

4.1. As páginas digitais da rede social Facebook dedicadas ao movimento estudantil secundarista (2015-2016)

Como já mencionado, a observação das páginas da rede social digital Facebook dedicadas ao movimento estudantil secundarista (2015-2016) concebeu-as a partir da compreensão delas como unidades discursivas. Assim, comparando suas nomeações, sujeitos responsáveis pela administração e descrição da página fornecida pelos administradores, nas quais, em geral, encontramos com marcas das funções dessas páginas, nós as categorizamos em três grupos distintos. São eles: 1) as páginas normativas, 2) as páginas aglutinadoras e 3) as páginas que denominamos diários das ocupações.

No primeiro grupo, referente às páginas normativas, encontra-se a página “Secundaristas em Luta” antes denominada “Comando das escolas ocupadas”, quando do período das ocupações das unidades escolares em protesto à proposta de reorganização das escolas do estado de São Paulo. No segundo grupo, referente às páginas aglutinadoras, encontram-se as páginas “Não fechem minha escola” e “O Mal Educado”. E, finalmente, no terceiro grupo, dos diários de ocupações, estão as páginas: Ocupa E. E. Diadema, Ocupação E. E. Salvador Allende e Escola de Luta Godofredo Furtado.

Entendemos que tanto as páginas dos grupos um e três, respectivamente, normativas e diários das ocupações, pertencem ao movimento, porém funcionam a partir de agrupamentos

diferentes e com funções distintas também. Sendo a primeira administrada pelo grupo mais amplo do movimento em sua prática política de horizontalidade e a outra de agrupamentos menores, que chamaremos de micro-agrupamentos, no interior de cada ocupação. Já as páginas da segunda categoria, as aglutinadoras, pertencem a coletivos em relação de apoio, solidariedade e cooperação ao movimento.

4.1.1 Páginas normativas: o efeito de sentido de unidade

No caso da página “Secundaristas em Luta”, criada no dia 21 de novembro de 2015, que antes recebia o nome de “Comando das Escolas em Luta”, e em sua criação foi designada como “Comando das Escolas Ocupadas”, podemos dizer que a página corresponde ao coletivo que conforma o movimento estudantil secundarista a partir do encontro das escolas ocupadas, com função principal de convocar assembleias, atos, protestos, manifestações e divulgar as decisões deliberadas pelo coletivo do movimento estudantil secundarista.

Imagem7: captura de tela da página inicial de “Secundaristas em Luta de São Paulo” na rede social digital Facebook.



Fonte: Facebook.

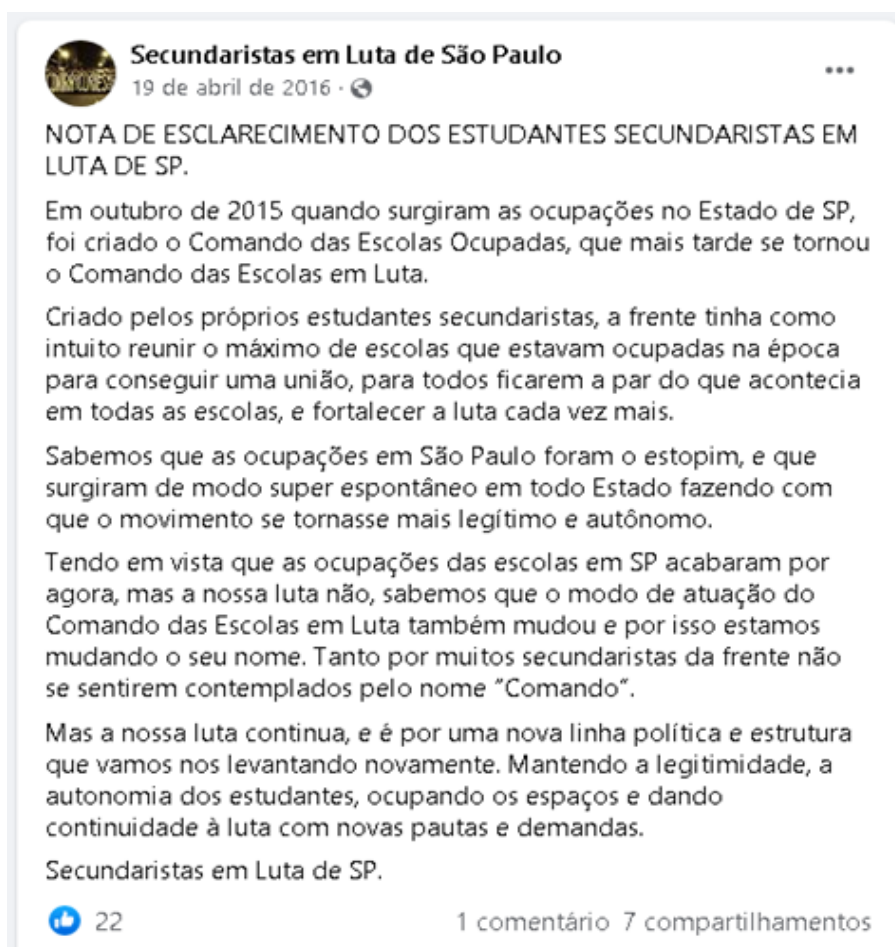
Como o movimento estudantil secundarista de 2015-2016 se tratou de um movimento assembleário (SANCHEZ, 2000), mas que ao mesmo tempo preservava a autonomia de cada ocupação, cada conjunto mobilizado em unidades ocupadas enviava dois representantes de turno para as assembleias, nas quais se definiam os passos do movimento como um conjunto (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016), em uma tentativa de se estabelecer uma unidade – não perfeitamente homogênea - entre as ocupações autônomas e o movimento estudantil como um todo.

É interessante pontuar que esse coletivo de representantes das ocupações, que participavam das assembleias, sempre se revezava para oferecer aos participantes das ocupações a possibilidade de atuarem nessa esfera de representação-decisória, garantindo assim a horizontalidade do movimento (CASTELLS, 2017; GOHN, 2017; CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; ANJOS; TELLES, 2019).

Sendo assim, em um primeiro momento, essa forma de organização recebeu o nome “Comando das Escolas Ocupadas”, que foi sofrendo renomeações de acordo com o momento na trajetória do movimento. O primeiro nome se refere ao momento de maior visibilidade do movimento estudantil secundarista quando a maioria das escolas estavam ocupadas⁴⁸. O segundo nome refere-se ao momento após a desocupação das escolas, marcando que, embora as unidades escolares não estivessem ocupadas, os estudantes ali presentes seguiam mobilizados. E o terceiro, refere-se à continuidade do movimento após o desfecho da pauta contra a proposta da reorganização das escolas paulistas.

Em publicação do dia 19 de abril de 2016, os administradores da página apresentam esse percurso de nomeação e renomeações na publicação intitulada “*Nota de esclarecimento dos estudantes secundaristas em luta de SP*”:

Imagem 8: captura de tela de publicação da página normativa “Secundaristas em Luta de São Paulo” sobre seu processo de nomeação e renomeações.



Fonte: Facebook.

⁴⁸ Nesse momento, o movimento contou com cerca de 200 ocupações.

É interessante notar a polêmica instaurada em relação ao termo “comando” das primeiras nomeações. Como se pode depreender da leitura da publicação, o termo não é aceito de forma unânime pelo movimento, razão pela qual se justificam os processos de renomeação tanto da Frente quanto da página. O termo “comando” advém do verbo “comandar” que significa dar ordens, liderar. Quando empregado como substantivo remete a um agrupamento de autoridade e pode trazer uma memória da esfera militar.

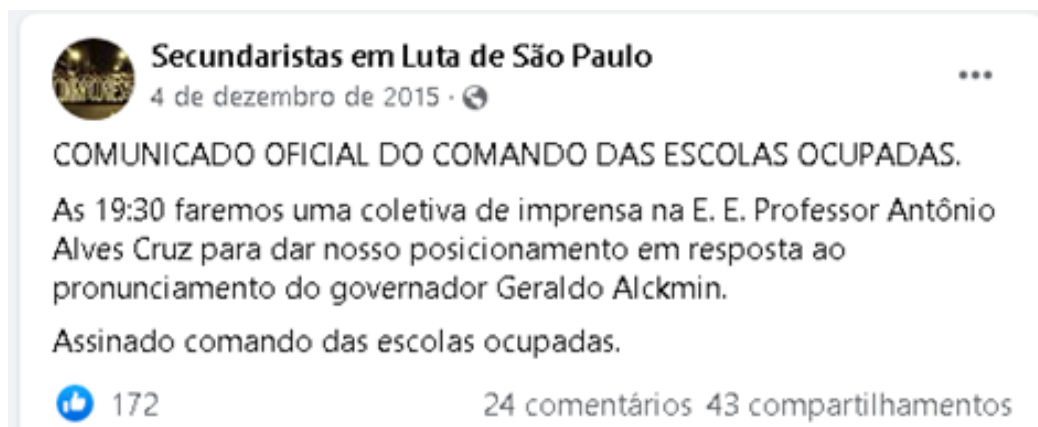
Ao ter acesso à memória discursiva do movimento estudantil brasileiro (FORACCHI, 1997) sabemos que a alusão à administração militar não condiz com a memória do movimento. Parece bastante coerente que o movimento contemporâneo, ao se sustentar em princípios de horizontalidade, rejeite o uso de um termo que evoca uma memória avessa aos seus fundamentos democráticos, republicanos e participativos.

Contudo, por se tratar de um substantivo que indica uma função de ordem, de deliberação de normas - ainda que acordadas e decididas coletiva e democraticamente – acaba por figurar como um termo eficiente em um primeiro momento, embora não passível de sustentação a longo prazo sem causar controvérsias dentro do movimento.

Por essa razão, nomeamos essa categoria de páginas normativas, pois se trata de uma categoria autorizada, a partir dos debates, votações e decisões participativas empreendidas, a convocar assembleias, convidar para atos, eventos e manifestações, divulgar pautas de luta, divulgar decisões tomadas democraticamente pelo movimento, publicar manifestos em nome desse coletivo, etc. Nesse sentido, suas publicações são majoritariamente próprias, ou seja, não se tratam, na maior parte dos casos, de republicações compartilhadas de outras páginas e perfis da rede social Facebook.

Interpretamos que essa maior frequência de publicações próprias produz um efeito de sentido de autoria e de autoridade, além de um sentido de unidade. Indiciado também em algumas publicações pelo uso do termo “oficial” em comunicados, por exemplo, como se nota na imagem da publicação a seguir:

Imagem 9: Captura de tela de publicação da página normativa “Secundaristas em Luta de São Paulo”: comunicado oficial.



Fonte: Facebook.

4.1.2 Páginas aglutinadoras: os efeitos de comunidades discursivas e de memória coletiva

As páginas categorizadas neste segundo grupo pertencem a coletivos que estabelecem uma relação de apoio, solidariedade ou cooperação ao movimento estudantil secundarista, ou seja, não se trata de páginas do movimento, mas em apoio a ele. No caso da página “Não Fechem Minha Escola”, a administração é de responsabilidade do coletivo que recebe esse mesmo nome e estabelece uma relação de cooperação/solidariedade ao movimento estudantil secundarista. E a página “O Mal Educado”, administrada pelo coletivo homônimo, é considerada neste estudo - pela trajetória do movimento e também pela análise das publicações da página - como um coletivo que estabelece uma relação essencialmente cooperativa com o movimento.

- a) A página aglutinadora “Não Fechem Minha Escola”: do discurso-resposta à formação de uma comunidade discursiva.

A página aglutinadora “Não Fechem Minha Escola” tem criação datada em 04 de outubro de 2015, data posterior à apresentação da proposta de reorganização das escolas paulistas e anterior às primeiras ocupações das escolas por parte do movimento estudantil secundarista. Nesse sentido, podemos afirmar que a página foi criada no período de estruturação do movimento e de suas pautas, ou, então, em seu momento de latência. Seu nome, inclusive, reflete sua relação com o momento de sua criação, qual seja: a estreita relação com a causa estudantil no contexto específico contra a proposta do governo estadual

de reorganização das escolas paulistas. Marca reforçada pela descrição da página oferecida por seus administradores: “Contra a absurda ‘reestruturação’ das escolas, todo apoio às ocupações! #respeite a minha escola”(Descrição da página disponível no ícone “sobre” da página da rede social Facebook “Não Fechem Minha Escola”).

Esse recorte traz marcas que indiciam o lugar de apoiadores do movimento e não necessariamente como parte do movimento. É interessante marcar, na configuração atual da página, que seu nome e sua descrição marcam essa relação de apoio com o movimento, porém suas fotos de perfil e capa marcam o atual percurso da página que, após a luta dos estudantes secundaristas, passa a aderir e apoiar diferentes causas, inclusive de pautas não estudantis nem educacionais, como o caso do assassinato de Marielle Franco.

Imagem 10: captura de tela da página inicial da página da rede social Facebook “Não Fechem Minha Escola”.



Fonte: Facebook.

Em relação à sua nomeação, a qual nunca sofreu alteração no período de atividade da página, podemos dizer que tem o funcionamento de uma pequena frase (MAINGUENEAU, 2005) uma resposta imperativa em rejeição [“não fechem (...)”] à proposta de reorganização das escolas paulistas [“minha escola (...)”].

Sendo assim, opera como um discurso-resposta vinculado ao binômio “reorganização” *versus* “fechamento” analisado no capítulo 3 desta tese, filiado à segunda formação discursiva, referente à filiação ideológica do movimento estudantil secundarista, por meio da qual se engendra uma desqualificação do outro no conflito inconciliável (AMOSSY, 2017). Sendo o outro, o governo estadual, agente que fechará a escola, embora na pequena frase esteja ausente pelo uso do indeterminado ou, então, implícito pelo imperativo negativo destinado ao sujeito “vocês”, implícito que remete, então, ao governo estadual.

Interpretamos que essa pequena frase opera também como uma subversão quando consideramos que a cena discursiva da interlocução não se produz no contexto aqui investigado, pois responde por algo que busca ao longo de todo o conflito ser imposto à comunidade escolar que pertence à rede paulista de ensino. Em outras palavras, responde e rejeita algo que foi suposto de não estar aberto a debate ou negociação. Trata-se em suma de uma estratégia discursiva para se inserir no debate, uma reivindicação do direito de voz, ao mesmo tempo em que não reconhece a legitimidade da proposta e de seu oponente proponente do plano, pelo efeito de sentido de ausência de sujeito pela indeterminação ou pelo implícito.

Porém, como se trata de um discurso digital, não podemos fechar nossa análise no conceito de pequena frase de Maingueneau, haja vista que nas publicações dessa página, em outras páginas e em cartazes levados aos protestos e manifestações no espaço urbano, a frase “Não fechem minha escola” aparece precedida do signo #, como se pode notar na imagem apresentada no capítulo 3.

Entendemos que ao vincular a frase ou nome do coletivo/página ao signo #, no contexto digital, transforma-a em uma tag clicável, passando a figurar como a hashtag #NãoFechemMinhaEscola. Com isso, o sujeito que enuncia sozinho, sujeito individual, no conceito de pequena frase (depreendido pelo pronome possessivo da 1ª pessoa do singular: minha-EU), pelo funcionamento tecnodiscursivo, constitui-se como um sujeito coletivo. Pois, a hashtag, de ordem linguageiro e técnico (PAVEAU, 2021a), inaugura pelo tecnorecurso da tag clicável uma comunidade discursiva (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2008), a qual é solidária à noção de formação discursiva.

Nesse sentido, o sujeito coletivo que emprega e enuncia a partir da #NãoFechemMinhaEscola constitui, portanto, uma comunidade discursiva filiada à formação discursiva vinculada às reivindicações do movimento estudantil secundarista. Comportando, assim, tanto integrantes do movimento como apoiadores de sua causa. Sendo assim,

interpretamos que a função da página “Não Fechem Minha Escola” é reunir/aglutinar a referida comunidade discursiva nesse ambiente digital que ela constrói.

- b) A página aglutinadora “O Mal Educado”: o efeito de memória coletiva pela coleção de fragmentos de pequenas memórias.

No caso da segunda página aglutinadora, “O Mal Educado”, consta registro de atividade desde o ano de 2014, ou seja, anterior à ressurreição do movimento estudantil secundarista brasileiro e anterior também ao anúncio da proposta de reorganização das escolas paulistas.

Interpretamos que sua nomeação se assenta em uma crítica social. Sabemos que seu coletivo homônimo se articula a partir de objetivos locais (combinação de objetivos globais e locais) no campo das lutas pela Educação. Desse modo, compreendemos que o nome “O Mal Educado” faz alusão a uma crítica profunda do sistema educacional como um todo, incapaz de oferecer uma educação de qualidade a seus usuários e também a um sujeito que subverte.

De acordo com Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), o coletivo atua no incentivo e assessoria de formação de grêmios estudantis – objetivo local – tendo em vista sanar um déficit crônico no sistema educacional brasileiro de formação política no nível básico – objetivo global. Nesse sentido, podemos dizer que o coletivo atua na questão da formação política em cooperação ao movimento estudantil secundarista, quando do período de sua atuação contra a proposta de reorganização das escolas paulistas.

A seguir, disponibilizamos a descrição da página de acordo com seus administradores:

Imagem 11: captura de tela da seção sobre da página aglutinadora “O Mal Educado”.



Fonte: Facebook.

Do texto disponível na página, selecionamos o seguinte fragmento: “*O coletivo ‘O Mal Educado’ busca registrar, divulgar e fortalecer experiências de luta*”, tendo em vista analisar os verbos empregados: “registrar”, “divulgar” e “fortalecer”. Pela sequência desses três verbos interpretamos que o propósito da página atua em consonância com objetivos específicos instrumentais do coletivo expresso pelos verbos “registrar” e “divulgar”, fundamental para alcançar seu objetivo mais amplo da formação política, expresso pelo terceiro verbo, “fortalecer”. Assim, entendemos que, por meio da ação de registrar e divulgar, seja o registro próprio ou alheio, o coletivo busca fortalecer o movimento edificando pelo registro e divulgação uma memória desse movimento. Entendemos que a memória é compreendida por este coletivo e em sua página digital como peça chave para a continuidade, fomento e constância da formação política de estudantes do ensino médio independente de sua condição transitória e ciclos de renovação.

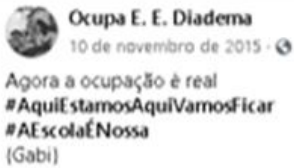
Pela observação das publicações dessa página digital, em sua grande maioria republicações de outras páginas, pudemos identificar que a construção dessa memória se constitui a partir de uma seleção de publicações das páginas outras dedicadas ao movimento, em especial as páginas da categoria “diários de ocupação” e também das páginas normativas, como “Secundaristas em Luta”, além de outras páginas que veiculam e compartilham publicações em apoio, cooperação ou solidariedade ao movimento, no período por nós investigado. Nesse sentido, as publicações que circulam nesta página aglutinadora passam por um crivo quase que editorial d’O Mal Educado sobre as demais páginas e suas publicações. O que nos permite dizer que essa página, ao selecionar, recortar, editar, comentar e divulgar


certas publicações, e não outras, funciona como sujeito coletivo autorizado sobre a construção de um arquivo (PÊCHEUX, 2009) para o movimento estudantil secundarista de 2015-2016.

Sendo assim, entendemos que essa página, além de colecionar/aglutinar fragmentos de registros-memórias de outras páginas dedicadas ou em apoio ao movimento, opera como legitimadora desses registros e edificadora de uma memória coletiva. Temos indícios inclusive de aprovação e reconhecimento de sua legitimidade por agrupamentos dentro do movimento estudantil secundarista, como se nota na publicação a seguir retirada do compartilhamento por parte da página “Ocupa E. E. Diadema” – pertencente à categoria diários de ocupação – de publicação divulgada em conjunto entre as páginas “O Mal Educado” e “Ocupa E.E. Diadema”.

Disponibilizamos a seguir em forma de captura de tela a publicação da página “Ocupa E. E. Diadema”, a qual consiste em uma republicação da publicação original veiculada na página “O Mal Educado”:

Imagem12: Captura de tela de republicação feita pela página diário de ocupação “Ocupa E.E. Diadema” de publicação originalmente divulgada na página aglutinadora “O Mal Educado”.





O Mal Educado
10 de novembro de 2015 · 🌐

>> E.E. DIADEMA OCUPADA: A ESCOLA É NOSSA! OCUPAMOS ELA.

ESTUDANTES, PAIS E PROFESSORES DA E.E. DIADEMA ESTÃO DENTRO DA ESCOLA AGORA E DIZEM QUE NÃO VÃO SAIR EM FORMA DE PROTESTO.

:: Essa ação é um chamado para que outros estudantes também ocupem suas escolas contra o fechamento das mesmas!

Após tentar todas as formas de luta contra a reorganização escolar do governo estadual, percebendo que não restava alternativa para serem ouvidos, os estudantes da E.E. Diadema acabaram de ocupar sua escola.

Depois de uma longa noite de muita luta e resistência contra repressão da direção e Polícia Militar, estudantes dão um exemplo de luta contra a reorganização escolar e o fechamento de escolas em SP.

#NãoFecheMinhaEscola
#SeFecharVamosOcupar

via **O Mal Educado & Diadema Contra A Reorganização Escolar** *Ver menos*

Fonte: Facebook.

Neste exemplo, destacamos dois pontos de análise. O primeiro é a forma de republicação empregada pela página “Ocupa E. E. Diadema”, a qual consideramos se tratar de uma recontextualização enunciativa por republicação com comentário significante⁴⁹. Em outros termos, ao republicar uma publicação originalmente divulgada na página aglutinadora “O Mal Educado” dentro da página “Ocupa E. E. Diadema”, engendra-se a abertura a outro contexto, no caso, da comunidade dessa ocupação em particular e a internautas que acompanham suas publicações, por isso se trata de uma recontextualização enunciativa por republicação. Porém não se tratou de uma republicação simples, mas com comentário significante, o qual reproduzimos a seguir: “*Agora a ocupação é real / #AquiEstamosAquiVamosFicar / #AEscolaÉNossa (...)*”.

É importante apontar que a publicação é de responsabilidade das duas páginas – segundo ponto de análise – haja vista o último período do texto da publicação originalmente divulgado na página “O Mal Educado”, o que produz alusão a uma relação de cooperação, pelo menos, na autoria da publicação: “*via O Mal Educado & Diadema Contra A DESorganização Escolar.*”⁵⁰

Assim, interpretamos que o comentário significante “Agora é real” produz um efeito de sentido de legitimação da ocupação apenas quando o fato é publicado, divulgado e registrado na página aglutinadora “O Mal Educado”, voltando pelo recurso da republicação à página da ocupação e à sua comunidade. Ou seja, após ter passado pelo crivo “editorial” da página aglutinadora, que reconhece, registra e divulga o início da ocupação, ela passa a ter legitimidade perante a página da própria ocupação.

O comentário significante ainda segue com duas hashtags. Interessa-nos a primeira: #AquiEstamosAquiVamosFicar. Interpretamos que essa hashtag funciona com um duplo sentido. Um deles como marca de ocupação e permanência, ou seja, resistência na escola entendida em sua dimensão física, o que constitui o ato do repertório de ação empregado pelo movimento. E o outro sentido é a presença do agrupamento da referida ocupação na página “O Mal Educado” devido à publicação que divulga a ocupação deles. Entendemos que o jogo entre presente e futuro nesse caso produz um efeito de sentido de permanência na história do movimento pela presença/permanência desse registro nessa verdadeira colcha de retalhos produzida pela página aglutinadora. A qual, por esse mecanismo, engendra um

⁴⁹ Essa classificação está inspirada e modificada de Paveau (2021b). No original, em seus estudos sobre a ressignificação na web social, seria ressignificação de um discurso ofensivo por “recontextualização enunciativa” por “republicação com comentário ressignificante”. Como no caso deste estudo não se trata de uma republicação de um discurso considerado ofensivo por quem o republica, adequamos a nomenclatura.

⁵⁰ Primeira nomeação da página Ocupa E. E. Diadema.

reconhecimento⁵¹ ao microagrupamento da ocupação dentro do conjunto do movimento estudantil secundarista como um todo.

4.1.3 Páginas diários de ocupação: a disputa pelo lugar enunciativo de jornalista e o direito de noticiar as ocupações

Para conformação desse último bloco, observamos três páginas, “Ocupa E. E. Diadema”, “Ocupação E. E. Salvador Allende” e “Escola de Luta Godofredo Furtado”⁵². Essas páginas dedicadas aos relatos das ocupações foram por nós denominadas “Diários de ocupação”. Suas administrações estão a cargo dos microagrupamentos dentro do movimento delimitados por meio das unidades escolares ocupadas. Tais páginas são dedicadas a registrar e relatar os eventos de cada microagrupamento por escola estadual e também dedicadas a registrar o acontecimento-ocupação de cada uma a partir da perspectiva dos estudantes ali mobilizados.


A nomeação e renomeação das páginas também acompanham, como no caso da página normativa analisada, o momento do microagrupamento na trajetória, como se nota pela captura de tela da página “Ocupa E. E. Diadema”:

⁵¹ É importante marcar que a E. E. Diadema foi a primeira a ser ocupada (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016), porém a primeira divulgação de ocupação tanto na mídia tradicional como na mídia digital e páginas relacionadas ao movimento foi da segunda escola ocupada, a E. E. Fernão Dias, que, segundo os autores acima referidos e a mídia tradicional, tornou-se símbolo das ocupações. Esta ocupação contou com o assessoramento do coletivo O Mal Educado, enquanto que a primeira organizou sua ocupação tendo como apoio apenas o manual “Como ocupar um colégio”. Considerando, então, esse contexto, entendemos que o comentário significativo também marca uma reparação histórica para essa ocupação, que foi mencionada dias depois pela maioria das mídias de comunicação.




⁵² Originalmente nossa pretensão era observar as páginas das três primeiras escolas ocupadas na cidade de São Paulo, o que corresponde às escolas: E.E. Diadema, E.E. Fernão Dias e E.E. Salvador Allende. Porém, devido a uma confluência de fatores como localização privilegiada e cooperação do coletivo O Mal Educado, para citar só alguns fatores, a ocupação da E.E. Fernão Dias recebeu uma atenção midiática tanto de mídias tradicionais como independentes significativamente maior que as demais ocupações, sendo reconhecida como a ocupação símbolo do movimento. Como consequência, ela figurava com grande frequência nas mídias, o que levou a uma atividade muito intensa da ocupação e da página digital dedicada a ela. Embora esse cenário se apresente como privilegiado para a realização do levantamento de dados desta pesquisa, a intensa atividade da referida página digital, devido à enorme quantidade de publicações diárias, tornou impossível para a pesquisadora acessar as primeiras publicações. Haja vista que a rede social Facebook tem seu funcionamento por carregamento de publicações antigas por sistema de rolagem e atualizações periódicas, impossibilitando assim o alcance às publicações do período inicial da ocupação. Com isso, optou-se por substituir essa página pela dedicada à ocupação da E.E. Godofredo Furtado.

Imagem 13: Captura de tela “informações” da página diário de ocupação “Ocupa E. E. Diadema” relativa ao histórico de nomeações da página digital.

Informações da Página para Ocupa E. E. Diadema ⓘ

 **Ocupa E. E. Diadema**
Serviço público e governamental

Histórico da Página ⓘ

-  **Alterou o nome para Ocupa E. E. Diadema**
27 de novembro de 2015
-  **Alterou o nome para E. E. Diadema Contra A DESorganização Escolar**
22 de novembro de 2015
-  **Página criada — Diadema Contra A DESorganização Escolar**
8 de outubro de 2015

Fonte: Facebook.

Nessa sequência vemos um interessante gesto de afinilamento nas renomeações, do macro para o micro, da comunidade “Diadema” contra a proposta do governo estadual para a comunidade escolar “E.E. Diadema” e, finalmente, para o movimento organizado em torno da ocupação “Ocupa E.E. Diadema”. Entendemos esse movimento como efeito cada vez maior de responsabilização dos estudantes pelas suas ações, que talvez estivessem antes mais apoiadas nas organizações da comunidade, de professores, etc. E essas ações passaram a estar cada vez mais centradas na organização dos estudantes dentro da ocupação.

É interessante apontar que, a partir da revisão bibliográfica (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016), as páginas “diários de ocupação” são administradas pela comissão de comunicação de cada organização interna das ocupações⁵³ e tem como função principal construir a narrativa do movimento sobre a ocupação em questão. Nesse sentido, notamos que predominam publicações próprias com relatos do cotidiano das ocupações, ações junto à comunidade, atos e manifestações no qual a comunidade escolar esteve presente,

⁵³ Seguindo a indicação do manual “Como ocupar um colégio?” desenvolvido por um coletivo estudantil/juvenil argentino, inspirado na experiência do movimento estudantil chileno, traduzido e distribuído pelo coletivo O Mal Educado, as ocupações se organizavam em comissões. Havia a comissão que se dedicava à limpeza, outra para a alimentação, uma outra para a comunicação com a imprensa, comissão de representação – esta, em geral, era rotativa, de organização da agenda de atividades culturais, vigilância, etc.

comunicados, avisos e informes com uma composição plurissemiótica, que, em geral, mescla textos acompanhados de vídeos ou imagens.

Em termos de data de criação das páginas, há uma certa variação. Suas criações acontecem mais ou menos próximo à deflagração de cada ocupação. Identificamos páginas que foram inauguradas antes de ocorrer a ocupação, ou seja, em seu momento de organização prévia (latência) e outras que foram criadas no momento da ocupação, ou seja, a partir da necessidade de visibilidade a esse repertório de ação. Sendo assim, a descrição de suas funções como páginas digitais acompanha o momento de sua criação:

“Os alunos da E.E. Diadema se reuniram para lutar contra a reorganização escolar. Essa página é dedicada a eventos e informações ligados a esse movimento” (descrição da página ocupa E.E. Diadema).

“Ocupação da E.E. Salvador Allende contra a reorganização escolar” (descrição da página E. E. Salvador Allende).

“Página criada para que todos acompanhem a Ocupação da E.E. Godofredo Furtado” (descrição da página Escola de Luta Godofredo Furtado).

No caso da página dedicada à ocupação da E. E. Diadema, ela foi criada no período de latência, de organização, participação em manifestações, atos, encontros formativos, etc. Já as duas outras foram criadas junto com a deflagração de suas ocupações. Consideramos que a última descrição é bastante significativa, pois todas as páginas, que se enquadram nessa categoria de “diários da ocupação”, possibilitam que o internauta espectador acompanhe as ocupações, inclusive em seus aspectos privados que, fora do contexto digital, apenas estariam acessíveis a partir de uma visita presencial ou formando parte do coletivo dos estudantes ali mobilizados.

Disponibilizamos, a seguir, três publicações que exemplificam os registros diários das atividades dos integrantes de uma ocupação:

Imagem 14: Coleção de capturas de telas de três publicações da página diário de ocupação “Ocupação E.E. Salvador Allende” com registros diários da atividade de integrantes de ocupação.





Fonte: Facebook.

A partir dessas três publicações, destacaremos três aspectos de observação. O primeiro é o aspecto da divulgação do privado da ocupação ao público da rede social digital. A partir dos relatos, registros e fotos, internautas que não estão dentro da ocupação podem ter acesso a ela e à sua rotina, a partir da perspectiva, visão e escolhas do microagrupamento responsável por selecionar o que mostrar ou não ao público.

O segundo aspecto de observação pertinente é a relação com a temporalidade do digital que permite a publicação de fotos e textos em tempo praticamente imediato, instantâneo, devido às possibilidades dos usos de dispositivos móveis. Essa marca de temporalidade é indicada pelos usos dos verbos no tempo presente do indicativo e no gerúndio, além do uso do A.A. de tempo como “agora”, em “agora os alunos estão reunidos dividindo(...)”.

Por fim, o terceiro aspecto refere-se ao padrão estabelecido na escrita dessas publicações. Nos três casos destacados há um deslizamento no discurso do movimento da 1ª pessoa do plural para o ocultamento da enunciação. Vejamos:

*“Na manhã de hoje, **ocupamos** a E.E. Salvador Allende [...], mas **continuamos** firmes e fortes [...] **tivemos** apoio [...] / [...] agora **os alunos estão reunidos dividindo** as tarefas para manter a escola organizada. [...] /*

[...] fizemos essa ação contra o fechamento e para a comunidade [...] não vamos parar enquanto [...]”.

“Os estudantes quebraram a rotina da comunidade [...] e tem cada vez mais apoio! [...] / [...] estamos fazendo uma panfletagem agora [...]”.

“A escola é nossa! [...] / [...] Durante o dia os estudantes fizeram cartazes e muitas atividades” (grifos e destaques nossos).

Interpretamos essas marcas como uma das características dos discursos digitais, os quais, em suas textualidades, permitem um esgarçamento das fronteiras entre os gêneros discursivos. De acordo com Maingueneau (2012), a textualidade da web permite o fenômeno dos hipergêneros, no qual em um mesmo texto há o cruzamento de marcas e estruturas de diferentes gêneros discursivos. Esse fenômeno resulta, no *corpus* aqui analisado, em uma coleção de publicações que trazem em uma mesma unidade textual marcas do gênero de nota de repúdio, com manifesto e palavra de ordem, por exemplo.

Entendemos que é por essa possibilidade de hibridismos de gêneros discursivos que identificamos deslocamentos do sujeito da enunciação que ora participa do relato como testemunha partícipe (ocupamos, continuamos, tivemos, fizemos, não vamos, estamos fazendo, nossa) e, em outro momento, no mesmo discurso, distancia-se do objeto de referência, ausentando-se no discurso (os alunos estão reunidos, os estudantes quebraram a rotina da comunidade, [os estudantes] têm cada vez mais apoio, os estudantes fizeram cartazes). Produzindo, assim, essa movimentação do sujeito da enunciação no enunciado, pela qual ora se presentifica e ora se oculta.

A marca do ocultamento da enunciação, típica dos discursos jornalísticos (FIORIN, 2014; CHARAUDEAU, 2019; MAINGUENEAU, 2013), revestidos da função de informar (CHARAUDEAU, 2019), indiciam uma interessante disputa empreendida pelo movimento estudantil por meio das publicações das páginas diários de ocupação contra as mídias de comunicação tradicionais. O movimento, por meio dos registros diários nessas páginas, encontra um espaço outro para ocupar o lugar de enunciação, reivindicando o direito de noticiar, tecer discursos e produzir efeitos de sentidos sobre o acontecimento das ocupações. Disputando, assim, não apenas os sentidos sobre as ocupações, mas também o lugar enunciativo do jornalista. Caracterizando, então, esses registros como um contra-discurso às mídias de comunicação tradicionais.

Ao poder noticiar as ocupações, em muitos casos, a partir de uma relação de exclusividade, os integrantes do movimento encontram a oportunidade de mobilizar efeitos de sentidos mais favoráveis a eles sobre as ocupações. Sendo a marca registrada das publicações de todas as páginas os sentidos eufóricos de ordem, organização, limpeza, cuidado,

responsabilidade, compromisso com a comunidade e promovedores de acesso à cultura dentro das ocupações.

4.2 Estratégias discursivas antagônicas: uma análise de dois eventos conforme a perspectiva da ressignificação em contexto digital

Defendemos que todo contradiscurso, contranarrativa, discurso-resposta parte de uma interação polêmica (AMOSSY, 2017), a qual pode resultar de uma polêmica constitutiva ou, então, de uma polêmica mostrada (MAINGUENEAU, 2005). Nessa seção, vamos analisar algumas publicações coletadas ao voo (MOIRAND, 2018) de nossas navegações pelas páginas analisadas, tendo em vista depreender os efeitos de sentidos e estratégias discursivas empregadas pelo movimento na construção de seus contradiscursos em resposta aos sentidos produzidos pelos discursos da mídia tradicional. Assim, analisaremos dois eventos.

Para nossas análises, recorreremos a dois eventos em apoio ao movimento estudantil secundarista. Um deles, denominado “Vandalismo cultural”, foi divulgado pela página aglutinadora “Não Fechem Minha Escola” e por algumas páginas de diários das ocupações observadas ao voo em nossa apreciação do arquivo para a pesquisa. O segundo evento, intitulado “Virada ocupação”, foi divulgado pela página normativa “Secundaristas em Luta”, pelas páginas aglutinadoras “Não Fechem Minha Escola” e “O Mal Educado” e por diversas páginas diários de ocupação.

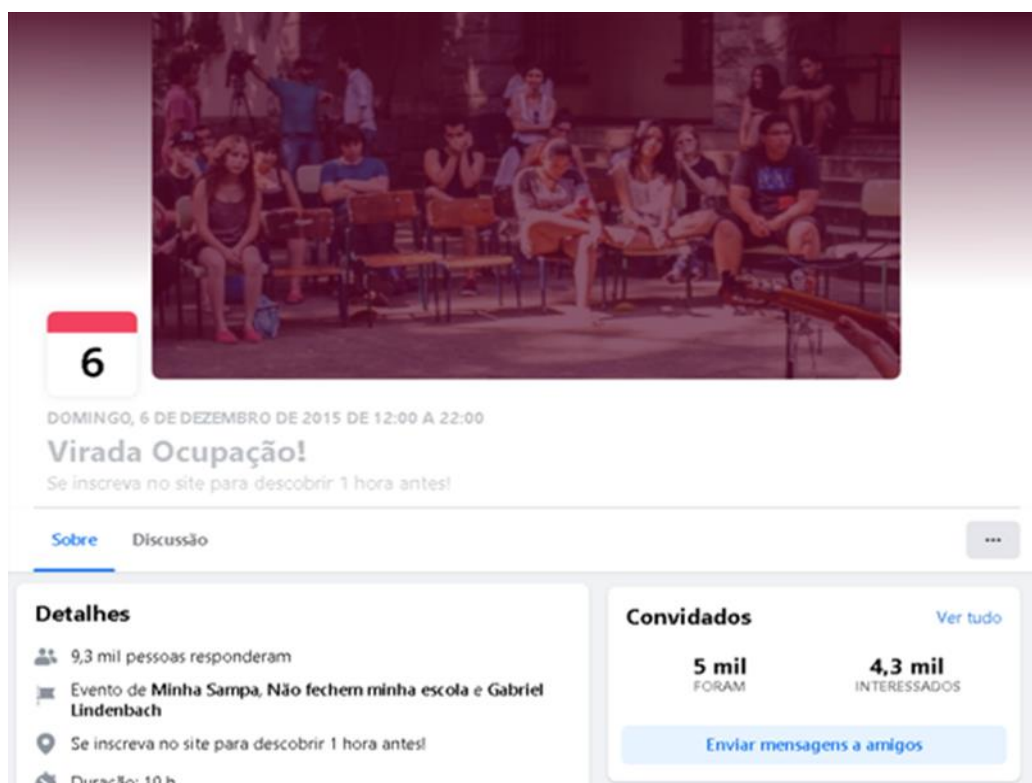
A seguir, disponibilizamos as páginas de divulgação de ambos os eventos:

Imagem 15: Captura de tela da página “sobre” do evento Vandalismo Cultural divulgado na rede social Facebook.



Fonte: Facebook.

Imagem 16: Captura de tela da página “sobre” do evento Virada Ocupação divulgado na rede social Facebook.



Fonte: Facebook.

Observando os nomes dos eventos, podemos notar que há uma relação entre eles e com um terceiro evento bastante conhecido da capital paulista: o Virada Cultural. Assim, identificamos que ambos os eventos empreenderam substituições no jogo entre paráfrase e polissemia (ORLANDI, 2005). No caso do primeiro evento, o termo “virada” foi substituído por “vandalismo”, resultando em “Vandalismo cultural”. Já no caso do segundo, o termo “cultural” foi substituído por “ocupação”, resultando em “Virada ocupação”. Assim, as substituições são feitas no primeiro caso pelo termo “vandalismo”; enquanto que no segundo evento a substituição foi por meio do termo “ocupação”.

Assim, interpretamos que esses eventos se assentam na disputa do binômio “invasão” *versus* “ocupação”. Pela revisão bibliográfica realizada no capítulo 2 e pelas análises do discurso da mídia tradicional no capítulo 3, sabemos que, historicamente, ao termo “invasão” são associados sentidos disfônicos, entre eles, “vandalismo”, desqualificadores do movimento social. E que o termo “ocupação”, historicamente, reverbera sentidos eufóricos favoráveis ao movimento social. Porém, por nossas análises do discurso do jornal Folha de S. Paulo no capítulo 3, identificamos uma estratégia discursiva a partir da cristalização de um dos termos, no caso, “ocupação”, mobilizado em forma de simulacro (MAINGUENEAU, 2005) junto a termos de sentidos disfóricos, conservando, assim, mesmo com o uso do termo “ocupação”, a formação discursiva do jornal.

Após essa retomada necessária, interpretamos que o primeiro evento, “Vandalismo cultural”, busca a partir da repetição subversiva contorcer o sentido disfórico associado ao movimento em certas ocasiões pela mídia tradicional, direcionando-o em favor do movimento. Ou seja, trata-se da tentativa de repetir a estratégia da mídia tradicional por inversão. Por um efeito de simulacro do novo uso do termo “vandalismo” mobiliza-se outra formação discursiva.

Trata-se, em suma, da tentativa de construir uma resignificação discursiva (PAVEAU, 2021b) a partir de um discurso primeiro - da mídia tradicional – ofensivo ao movimento estudantil secundarista. Para melhor acompanhar essa tentativa de subversão discursiva, iremos refazer o processo dos sete critérios da resignificação conforme a autora francesa Paveau.

- Critério pragmático: existe uma ferida linguageira, qual seja: associar as ações do movimento, mais especificamente as ocupações, a sentidos disfóricos, como vandalismo.

- Critério interacional: uma resposta ao discurso ofensivo é produzida pela organização, nomeação e divulgação do evento “Vandalismo Cultural”.
- Critério enunciativo: integrantes do movimento ou apoiadores que se sentiram ofendidos pelo discurso primeiro são a origem enunciativa da resposta, retomando o sentido negativo da ofensa recontextualizando-o.
- Critério semântico-axiológico: o enunciado-resposta, ou seja, o evento “Vandalismo cultural” compreende uma inversão ou mudança semântica ou axiológica ao ser associado ao termo com sentido eufórico “cultural”.
- Critério discursivo: o discurso-resposta é publicado em contexto diferente do discurso ofensivo. No caso, o discurso ofensivo circula pelas mídias tradicionais em seus dispositivos pré-digitais e digitais e o evento no contexto digital, divulgado e compartilhado pela página aglutinadora “Não Fechem Minha Escola”, entre outras de filiação ideológica antagonista à formação discursiva do discurso ofensivo.
- Critério sócio-semântico: nesta etapa a tentativa encontra com a falha, pois o contradiscurso do evento não é aceito pelo grupo do movimento, haja vista a baixíssima adesão a ele: apenas 76 internautas alegam terem comparecido ao evento e 45 demonstraram interesse nele.

Ao encontrar com a não aceitação do movimento e da comunidade que apoia o movimento, o contradiscurso não alcança o critério pragmático-político, ou seja, não se produz um enunciado revolucionado e também não se produz uma reparação ou resistência a partir dele que pudesse ampliar a coesão do sujeito coletivo, movimento estudantil secundarista.

Nesse sentido, essa tentativa de produção de um discurso subversivo reflete a possibilidade de o movimento, se aceitasse tal estratégia e aderisse a ela, cair em um “projeto precário”. Segundo Herbert (2015 apud PAVEAU, 2021b, p. 37): os “‘projetos precários’ de ressignificação demonstram que, uma vez alcançada, a ressignificação contribui com a luta contra as opressões, mas se falhar, ela se constitui em uma outra nova forma [de opressão]”.

Talvez por esse risco e/ou fragilidade da estratégia discursiva, esse evento não alcançou adesão expressiva e o uso por ele proposto de subversão de um termo com sentido disfórico não vigorou nas estratégias discursivas do movimento, que seguiram com sua prática de reivindicar tanto o termo “ocupação” como sentidos eufóricos relacionados a ele. Com isso, o segundo evento, “Virada Ocupação”, que se vale do termo mobilizado pelo

movimento “ocupação”, alcançou adesão gigantesca – 5 mil internautas alegam terem comparecido e 4,3 mil demonstraram interesse no evento - com apoio de diversos artistas e voluntários na organização do evento que se mostrou um grande festival por toda a capital paulista em apoio ao movimento e celebração às suas conquistas, marcando inclusive um efeito de sentido de uma “virada”, um antes e um depois das ocupações das escolas paulistas, pelo movimento estudantil secundarista de 2015-2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese de doutorado, na busca em compreender a complexa disputa discursiva sobre um acontecimento histórico na contemporaneidade, na chamada era digital, debruçamo-nos sobre três elementos: o movimento estudantil secundarista brasileiro em seu primeiro momento de disputas⁵⁴ entre 2015 e 2016 (ORTELLADO, 2016; CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016; GOHN, 2017; ANJOS; TELLES, 2019; MAIA; TELLES, 2018); as mídias tradicionais de comunicação (CITELLI et al, 2014; MAINGUENEAU, 2013; CHARAUDEAU, 2019) e as mídias digitais (CASTELLS, 2002; RECUERO, 2014; PAVEAU, 2021a).

Em nosso estudo, trouxemos como interesse a disputa ideológico-discursiva sobre o acontecimento histórico e discursivo das ocupações das escolas paulistas dentro do contexto do movimento estudantil secundarista quando contra a proposta de reorganização das escolas paulistas proposta pelo governo de Geraldo Alckmin (PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016), que, pela polêmica discursiva instaurada, foi discursivizado, ora como “ocupação”, ora como “invasão”, conforme distintos atores sociais (EZEQUIEL, 2019; ALTHEMAN, 2017; MENEZES; GOMES, 2016; VIZIBELI, 2016).

Nesse sentido, construímos nossa investigação em torno da seguinte questão de pesquisa: como a relação do movimento estudantil secundarista de 2015-2016 com o espaço digital permitiu a construção de um discurso sobre as ocupações das escolas e dos protestos de rua em uma co-construção (muitas vezes tensa) com as mídias tradicionais de comunicação?

A pesquisa teve, então, como objetivo geral compreender como se organizam tanto os discursos das mídias tradicionais como os discursos do movimento estudantil secundarista nas mídias digitais, mais especificamente na rede social Facebook, em uma relação de mútua afetação.

Toda a discussão empreendida nesta tese, embora traga outras áreas para o debate – estudos da comunicação e estudos sobre movimentos sociais -, é estruturada pela perspectiva da Análise do Discurso. Assim, trouxemos como noções e conceitos basilares deste trabalho

⁵⁴ Nosso estudo se concentra, no primeiro momento, no âmbito paulista do ensino regular contra a proposta de reorganização escolar proposta pelo governo estadual de Geraldo Alckmin. Esse recorte se fez bastante pertinente e produtivo para nossa investigação, pois nele pudemos identificar e compreender os processos de estruturação do discurso digital do movimento.

as noções de polêmica em Maingueneau (2005) e Amossy (2017) e contribuições também da Análise de Discurso Digital (PAVEAU, 2021a) com o caso específico de práticas de ressignificação em contexto digital (PAVEAU, 2021b).

Assim, o estudo se organizou a partir dos seguintes questionamentos específicos:

- a) Qual o papel de diferentes tipos de mídias que deram cobertura aos eventos do movimento?
- b) Quais os sentidos que se produzem em cada narrativa sobre as ocupações e protestos de rua do movimento?
- c) Como os discursos das mídias tradicionais e do movimento estudantil secundarista se transformam nessa inter-relação na qual um discurso influencia e afeta o outro, tendo em vista sustentar, cada qual, sua legitimidade no discurso?

A partir desses questionamentos, elaboramos, então, os seguintes objetivos específicos, que guiaram nosso estudo:

- Investigar como cada narrativa – da cobertura midiática e do discurso digital do movimento - produz sentidos sobre as ocupações e protestos de rua do movimento;
- Reconhecer como esses discursos se organizam em seus respectivos espaços de produção;
- Identificar os principais termos que são mobilizados em cada uma das narrativas investigadas;
- Verificar quais efeitos de sentidos são aceitos e rejeitados em cada construção discursiva.

Nossa tese foi organizada, então, a partir dos questionamentos por nós levantados e pelos objetivos específicos elencados, da seguinte forma:

No primeiro capítulo da tese, intitulado “Linguagem, discurso e mídias de comunicação: mídias tradicionais e digitais a partir das contribuições da Análise do Discurso”, realizamos uma revisão bibliográfica que visa debater sobretudo o primeiro questionamento por nós apresentado quanto ao papel das diferentes mídias na cobertura de um acontecimento, tanto mídias tradicionais, quanto mídias digitais. Para tanto, são trazidas

em diálogo as contribuições dos estudos da Comunicação e da Análise do Discurso, além da Análise do Discurso Digital.

Já no capítulo 2, intitulado “Movimento social, mídias e polêmicas discursivas: a relação do movimento estudantil secundarista 2015-2016 com as mídias tradicionais e digitais”, visamos debater teoricamente e começar a compreender, a partir do levantamento de uma revisão bibliográfica bastante específica, os sentidos que se produzem por diferentes mídias na cobertura do movimento em questão. Nesse sentido, são trazidos aspectos basilares das teorias de movimentos sociais, com ênfase nos estudos sobre movimentos estudantis e no movimento estudantil secundarista brasileiro contemporâneo. Essas referências são abordadas em relação às teorias de redes sociais, tendo em vista debater teoricamente sobre as formas de interações polêmicas, sobretudo, a partir das contribuições de Amossy (2017) e Maingueneau (2005). E, finalmente, a partir da revisão bibliográfica bastante situada nas disputas discursivas em torno dos acontecimentos do movimento estudantil secundarista.

Com isso, abrimos espaço para o terreno das análises desta investigação, desenvolvidas nos capítulos 3 e 4, respectivamente, “Invasão ou ocupação? Efeitos de sentidos fabricados pelas mídias tradicionais sobre o movimento estudantil secundarista” e “Ocupação digital: o contradiscurso do movimento estudantil secundaristas nas redes sociais digitais”. Esses capítulos são construídos tendo em vista responder os objetivos específicos da pesquisa e o último questionamento sobre como as distintas narrativas em disputas se afetam mutuamente. Assim, o capítulo 3 está dedicado à análise do discurso da mídia tradicional, representado neste estudo pela cobertura da Folha de S. Paulo. E o capítulo 4 está dedicado à análise dos discursos digitais do movimento estudantil secundarista.

Assim, no primeiro capítulo da tese, intitulado “Linguagem, discurso e mídias de comunicação: as contribuições da Análise do Discurso para compreender as mídias tradicionais e as mídias digitais”, abordamos as noções basilares das mídias de comunicação, tanto tradicionais quanto digitais, realizando uma revisão bibliográfica colocando duas áreas em diálogo: os estudos da comunicação (ALBUQUERQUE, 2014; BORELLI; PREIRA, 2014; BARROS FILHO; PRAÇA, 2014) e os estudos discursivos de matriz francesa.

Essa escolha teórica se justificou na identificação de que por muito tempo vigorou nos estudos sobre a comunicação a compreensão da linguagem como instrumento linear e transparente de comunicação. Com sustentação, inclusive, nos estudos da comunicação (FAUSTO NETO, 2014) identificou-se que foi apenas a partir das contribuições dos estudos discursivos que a linguagem passou a ser compreendida como objeto simbólico e de poder.

Sendo assim, indagamos como a Análise do Discurso se relaciona e como contribuiu com os estudos da comunicação.

Para compreender, então, as possíveis contribuições da Análise do Discurso ao campo da comunicação, realizamos uma revisão bibliográfica a partir dos seguintes conceitos chave da disciplina: noção de discurso (PÊCHEUX, 2009, 2010, 2012), questionamento da divisão social da leitura, noção de equívoco (PÊCHEUX, 2012), formações discursivas e ideológicas (PÊCHEUX et al, 2020), esquecimentos, noções de sujeitos (PÊCHEUX, 2010; FERNANDES, 2005; MAINGUENEAU, 1997), entre outras noções e conceitos que possibilitam rever os estudos basilares de comunicação na compreensão dos dispositivos midiáticos como disputa de poder.

Na sequência do estudo, adentramos questões relativas à contemporaneidade, mais precisamente no contexto da era digital. Este momento do estudo teve como base o questionamento de que maneira o advento da web 2.0 possibilitou novos modos de participação e como, então, as mídias digitais afetaram as mídias tradicionais em sua histórica detenção do monopólio sobre a discursivização de um acontecimento histórico-discursivo.

A partir, sobretudo, das contribuições de estudos que tratam a web como espaço político (MAINGUENEAU, 2021), debatemos como que pelas afordâncias da web (PAVEAU, 2021a) sujeitos conseguem se inscrever na disputa pelo dizer, contorcendo sentidos e ressignificando discursos, por meio de estratégias de construção de contra-discursos e discursos-respostas.

Foi pensando nas transformações das relações, interações, sujeitos e discursos, com o advento da web 2.0 que, no capítulo 2, intitulado “Movimento social, mídias e polêmicas discursivas: a relação do movimento estudantil secundarista 2015-2016 com as mídias tradicionais e digitais”, realizamos uma revisão bibliográfica envolvendo estudos sobre movimentos sociais (DIANI, 2015; MERLUCCI, 1991; IBARRA, 2000), movimentos estudantis (BRINGEL, 2009; ANJOS; TELLES, 2019, FORACCHI, 1997; GOHN, 2017) e sobre o movimento estudantil secundarista (GOHN, 2017; CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016), tendo em vista não apenas contextualizar o movimento foco de interesse de nossa investigação, mas compreender os imaginários e estereótipos que acompanham o movimento estudantil, assim como características e inovações desse movimento que atua em forte relação entre espaço digital e espaço urbano.

Depreendemos que, devido ao contexto da era digital, grande parte das inovações e também das tensões relacionadas a esse movimento - encontradas nas redes sociais

(RECUERO, 2014), de acordo com nossa revisão bibliográfica - demonstra poder ser da ordem conflitiva, competitiva e cooperativa. Nós acrescentamos, ainda, mais uma forma de interação em rede, qual seja: a solidária. Assim, pudemos relacionar as noções de movimentos sociais em rede (CASTELLS, 2002), movimentos sociais na era digital (CASTELLS, 2017) e movimento estudantil secundarista brasileiro (2015-2016) com as noções de polêmica a partir dos estudos de Maingueneau (2005) e Amossy (2017).

Discorridas as noções de base desse conceito, tão caro aos estudos da Análise do Discurso, pudemos compreender que a disputa está na base da triangulação por nós investigada: movimento estudantil secundarista, mídias tradicionais e mídias digitais. Tendo em vista, então, debater qual a relação do movimento estudantil secundarista com as mídias tradicionais e com as mídias digitais - assim como o papel dos diferentes tipos de mídias para a cobertura dos eventos do movimento -, reconstruímos algumas oposições, disputas e tensões por meio de uma brevíssima revisão bibliográfica disponível atualmente (MENEZES; GOMES, 2016; EZEQUIEL, 2019; VIZIBELI, 2019), no sentido de começar a perceber quais os sentidos que se produziram em cada narrativa sobre e do movimento. Porém, devido à enorme atualidade dos acontecimentos relativos ao movimento estudantil secundarista, constatamos que tal revisão não é suficiente para debater as questões e objetivos que nos propusemos com a presente investigação. Sendo assim, aprofundamos tanto o debate como o material de análise nos capítulos subsequentes três e quatro.

É importante marcar que não dedicamos um capítulo à parte para as questões metodológicas. Desse modo, cada capítulo de análise se inicia com a descrição de metodologia desenvolvida para, conforme sua descrição, desenvolver-se nas análises propriamente ditas.

Assim, no capítulo 3, o primeiro dedicado às análises, intitulado “Invasão ou ocupação? Efeitos de sentidos fabricados pelas mídias tradicionais sobre o movimento estudantil secundarista”, tratamos não apenas de rever estudos anteriores (MENEZES; GOMES, 2016; EZEQUIEL, 2019; VIZIBELLI, 2016), mas, empregando outra metodologia de busca e análise de dados diferentes das utilizadas por esses autores, propusemo-nos a investigar em que medida o discurso do jornal Folha de S. Paulo, assumido como representante da mídia tradicional neste estudo, modificou-se, resignificou-se e atualizou sentidos para conceder a sua legitimidade na cobertura midiática sobre o movimento estudantil secundarista (2015-2016).

Para tanto, analisamos 164 matérias da referida mídia publicadas na versão digital⁵⁵ da Folha, entre os meses de outubro do ano de 2015 e meados de janeiro do ano de 2016. A busca foi feita com os termos “reorganização” + “estudantes”.

A princípio, identificamos a frequência das matérias e, com isso, pudemos levantar os principais auges de publicação. Nas análises dos termos mobilizados nos títulos de cada auge identificado, reconhecemos uma sequência de três binômios que caracterizam a cobertura do movimento pelo jornal Folha de S. Paulo.

Que seriam, no primeiro momento, “reorganização” *versus* “fechamento”, quando a cobertura se dedicava à proposta do governo e reações a ela por parte de distintos grupos, como sindicatos, professores e alunos. No segundo momento, identificamos o binômio “invasão” *versus* “ocupação”, assim como (VIZIBELI, 2019) quando a cobertura se dedicava a esse repertório de ação do movimento estudantil. E, finalmente, no terceiro momento, identificamos o binômio “suspensão” *versus* “revogação” no momento mais intenso da cobertura quando o movimento mesclava os repertórios de ação de ocupações com protestos de rua com trancamento de grandes avenidas, intenso confronto policial, recuo do governo estadual, renúncia do secretário da Educação e queda na popularidade do governo, conforme pesquisa DataFolha.

A partir dessa dicotomização (AMOSSY, 2017) de termos, discorremos sobre as estratégias de desqualificação do outro (Idem) empreendidas por cada sujeito da disputa política. Relacionando esses binômios aos estudos de Menezes e Gomes (2016), reconstruímos as polarizações (AMOSSY, 2017) que marcam o conflito irreconciliável (Idem) entre movimento estudantil e governo do estado de São Paulo, abrangendo suas respectivas redes de solidariedade e cooperação.

Avançamos em nossas análises e buscamos por meio da identificação de outros termos associados aos binômios, além da leitura na íntegra de todas as matérias, reconhecer as formações discursivas usuais e as inesperadas materializadas no discurso da mídia tradicional. Defendemos que foi por essa metodologia empregada que pudemos compreender os efeitos de sentidos produzidos pelo discurso da mídia tradicional, Folha de S. Paulo, em consonância com sua filiação ideológica.

Em outras palavras, ao nos questionar se a mudança do uso do termo “invasão” para “ocupação”, no jornal Folha de S. Paulo, correspondeu de fato a uma mudança de filiação ideológica, empregamos uma metodologia que nos permitiu identificar não apenas quais os

⁵⁵ Consideramos neste estudo que a versão digital do jornal investigado não corresponde a uma mídia digital, da web 2.0, mas, sim, a uma mídia tradicional digitalizada hospedada na web 1.0.

termos usados, descartados e retomados, mas também quais foram os efeitos de sentidos produzidos na cobertura sobre o movimento estudantil secundarista pelo jornal em consonância com sua formação ideológica. E, para isso, precisamos mobilizar a noção de simulacro em Maingueneau (2005).

É pelo funcionamento da interincompreensão regrada (MAINGUENEAU, 2005) que constatamos que o jornal Folha de S. Paulo, ao fazer uso do termo reivindicado pelo movimento estudantil “ocupação”, o faz traduzindo esse termo conforme as lentes de sua própria formação discursiva, ou seja, pelos efeitos de sentido que o movimento rejeita, qual sejam: associando o termo antes com sentido eufórico a sentidos disfóricos, como vandalismo, confusão, baderna, depredação de patrimônio público etc. Esse representante da mídia tradicional, então, constrói um simulacro pelo qual esvazia os sentidos eufóricos de cuidado, responsabilidade, organização, autonomia, reivindicados pelo movimento para o termo “ocupação” e o emprega como mero substitutivo do termo “invasão”, mantendo, assim, sua filiação ideológica mesmo em formulações discursivas que mobilizam o termo “ocupação”.

Dessa forma, defendemos que a primeira contribuição deste estudo repousa no reconhecimento de que, embora o jornal passe a fazer uso quase que exclusivo do termo “ocupação” - deixando de usar o termo “invasão” -, sentidos usualmente vinculados ao termo invasão que remetem à desqualificação do outro e criminalização do movimento seguiram sendo mobilizados mesmo quando do uso do termo “ocupação”, o qual compreendemos, então, que sofreu um efeito de cristalização por simulação. Seu uso, embora resultado da relação de mútua afetação com o discurso do movimento e de sua rede de cooperação e solidariedade, não correspondeu a uma alteração de formação ideológica por parte da mídia tradicional, configurando assim como uma estratégia discursiva de sustentar sua legitimidade quando o termo invasão passou a ser considerado socialmente como insustentável e inadequado.

É sumamente importante marcar que, independente desta conclusão, admitimos que lograr o reconhecimento do termo “ocupação” como nomeação adequada ao repertório de ação do movimento é, em si, uma enorme conquista para o movimento estudantil secundarista frente à discursivização historicamente empreendida pelas mídias tradicionais. Além disso, pode indiciar também uma marca de resistência de jornalistas dentro do jornal, que, contudo, são sujeitos assujeitados pelo AIE do jornal fazendo com que suas estratégias, embora

marquem uma disputa interna, não sejam suficientes para modificar a formação ideológica da mídia tradicional.

Concluída essa primeira parte, no capítulo 4, intitulado “Ocupação digital: o contradiscurso do movimento estudantil secundarista nas redes sociais digitais”, tivemos a oportunidade de analisar, no espaço das redes sociais digitais Facebook, como o movimento estudantil secundarista constrói seu discurso na relação constitutiva com os sentidos produzidos pela mídia tradicional, o qual ele que rejeita. Averiguamos como - em relação com sua rede de apoio, solidariedade e cooperação - o movimento construiu estratégias discursivas e de participação política bastante sofisticadas, eficientes e coerentes com os seus objetivos de luta.

Para tanto, dedicamo-nos a compreender como se organizou e quais os sentidos que se produziram na narrativa do movimento nas mídias digitais, analisando pela rede social digital Facebook diferentes modalidades de manifestação do discurso do movimento e do seu contradiscurso em relação ao discurso produzido pelas mídias tradicionais. Foram analisadas seis páginas: Secundaristas em Luta, Não Fechem Minha Escola, O Mal Educado, Ocupa E. E. Diadema, Ocupação E. E. Salvador Allende e Escola de Luta Godofredo Furtado, além de dois eventos antagônicos.

Por meio de nossas análises, chegamos a duas contribuições de ordem distintas para os estudos que se dedicam aos discursos do movimento estudantil secundarista.

A primeira delas, que consideramos a segunda contribuição do estudo, é da ordem da função e funcionamento das páginas da rede social Facebook.

Trata-se da nossa proposta de construção de uma categorização para as páginas da rede social Facebook dedicadas ao movimento. Defendemos que essa categorização nos permitiu identificar quais páginas pertenciam ao movimento - e, dentro do movimento, a qual tipo de agrupação - e quais páginas pertenciam à rede de solidariedade e cooperação que se relaciona ao movimento. Concluímos que essa categorização se faz bastante pertinente, haja vista que, na maioria dos estudos sobre o movimento, as páginas são assumidas como um todo indissociável, sem que haja uma diferenciação de suas funções e funcionamento.

De nossas análises, construímos, então, as seguintes categorias: páginas normativas, páginas aglutinadoras e páginas diários de ocupação.

Para chegar a essa categorização observamos: nomeações e renomeações das páginas, grupos que as administram, data de inauguração da página, período de maior atividade, tipos de publicações - se próprias ou se repostadas de outras páginas e quais - “gêneros” das

publicações, lembrando que não são fixos, conforme Maingueneau, em relação aos hipergêneros da web, eventos compartilhados se próprios ou de outros, etc.

Com isso, resumidamente, podemos dizer que:

- a) As páginas normativas são as dedicadas a divulgar discursos “oficiais” do movimento a partir de suas deliberações assembleárias, que criam um efeito de sentido de unidade para o movimento estudantil secundarista, a qual em nosso estudo corresponde à página “Secundaristas em Luta de São Paulo”;
- b) As páginas aglutinadoras pertencem a coletivos em apoio ao movimento, cada uma com funções distintas e por isso também com funcionamentos distintos. Sendo uma a página “Não Fechem Minha Escola” dedicada à construção de um discurso-resposta ao do governo estadual e das mídias tradicionais. E, a segunda página, “O Mal Educado”, empenhada na edificação “da” memória para o movimento;
- c) E as páginas diários de ocupação pertencem aos agrupamentos de estudantes mobilizados dentro de cada ocupação, construídas com certas variações entre elas com a finalidade de compartilhar o privado das ocupações ao público em geral, conformando assim uma contra-narrativa sobre tais ocupações em uma relação de competição com a mídia tradicional.

Por fim, analisamos duas estratégias discursivas antagônicas a partir de dois casos de eventos em apoio ao movimento, com aportes da teoria da resignificação em contexto digital de Paveau (2021b). Para essas análises, observamos nomes dos eventos e adesão a eles pelo recurso disponível na página do Facebook de usuários da rede social digital que compareceram ao evento e que demonstraram interesse no evento. Essa última análise empreendida nos permitiu reconhecer e debater as estratégias discursivas adotadas e rejeitadas pelo movimento ao longo de sua trajetória contra a proposta de reorganização das escolas paulistas.

Concluimos, finalmente, que o estudo traz três contribuições bem marcadas:

A primeira delas é em relação às estratégias da mídia tradicional. Com esse estudo, pudemos compreender que a mudança de um termo para outro não reflete necessariamente a migração para outra formação ideológica. Mas, sim, que materializa uma estratégia discursiva para manter a legitimidade do discurso da mídia tradicional na disputa ideológica empreendida.

A segunda contribuição diz respeito às mídias digitais. A partir da categorização por nós proposta das páginas da rede social Facebook, pudemos reconhecer que, embora o espaço da web seja visto como um todo de ruídos caótico, há um funcionamento específico e que cada discurso empreende uma função.

E, por fim, em terceiro lugar, a contribuição em relação ao discurso do movimento estudantil. Por nossas análises percebemos as diferentes estratégias adotadas e rejeitadas pelo movimento e seus apoiadores com grande grau de sofisticação e critérios bem delimitados de mobilização, tendo em vista manter e aumentar a coesão do coletivo em consonância com os objetivos locais e globais do movimento.

É nessa pluralidade de funções, funcionamentos e estratégias discursivas no espaço digital ocupado pelo movimento estudantil secundarista e seus apoiadores que repousa o funcionamento de diferentes estratégias discursivas adotadas e rejeitadas pelo movimento na tensa e sempre conflituosa relação de disputa discursiva com as mídias tradicionais. Quer estas se valham de seus mesmos-termos ou de termos-outros como estratégia de legitimação discursiva. Na tentativa de garantir-se na disputa pelo direito de enunciar e noticiar, em um contexto em que, por meio de novas formas de participação discursiva, outros sujeitos constroem estratégias discursivas tão eficientes e sofisticadas, que obrigam os sujeitos tradicionais a se atualizarem na incessante disputa de termos, sentidos e memórias cada vez mais plurais com a era digital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. Estudos da mídia. In: CITELLI, Adilson et al. **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores / organizadores Adilson Citelli... [et al.]**. – São Paulo: Contexto, 2014, Pp. 260-266.

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (org.) **Classes Médias e Políticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ALTHEMAN, Francine. Potências Disruptivas e de Subjetivação no Movimento de Insurgência de Estudantes em São Paulo. In: **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba: PR, 2017.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.

ANGENOT, Marc. **Dialogues de sourds**. Traité de rhétorique antilogique. Paris: Mille et une nuits, 2008.

ANJOS, Diego dos; TELES, Gabriel. **Sociologia e teoria do movimento estudantil**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2019.

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**/ Ruth Amossy; coordenação da tradução: Monica Magalhães Cavalcante; tradução: Rosalice Botelho Wakim Sousa Pinto... [et al.]. – São Paulo: Contexto, 2017.

AMOSSY, Ruth. **La presentación de si**: Ethos e identidade verbal. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. In: **EccoS Revista Científica**, vol. 11, n. 1, jan./jun., 2009.

BARONAS, Roberto Leiser. **Ensaio em análise de discurso**: questões analítico-teóricas / Roberto Leiser Baronas. – São Carlos: EdUFSCar, 2011.

_____. Resignificação: do cedilha intruso a dispositivos tecnodiscursivo culturais de memória e resistência. In: PAVEAU, Marie-Anne; LOURENÇO, Julia Costa; BARONAS, Roberto Leiser. **Resignificação em contexto digital** / Prefácio: Dominique Maingueneau; Posfácio: Cristiane Dias. São Carlos: EdUFSCar, 2021, pp. 99-114.

BARONAS, R. L; LOURENÇO, Julia Costa. De Maingueneau a Amossy: notas de leitura em torno da noção de polêmica. **Polifonia**, v. 26, n. 43, 2019, p. 49-67.

BARROS FILHO, Clóvis de; PRAÇA, Sergio. Agenda Setting, newsmaking e a espiral do silêncio. In: CITELLI, Adilson et al. **Dicionário de comunicação**: escolas, teorias e autores / organizadores Adilson Citelli... [et al.]. – São Paulo: Contexto, 2014, Pp. 25-35.

BARROS FILHO, Clóvis; PRAÇA, Sérgio. **Ética na comunicação**. São Paulo: Summus, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BORELLI, Silvia; PEREIRA, Simone Luci. Cultura de massa. In: CITELLI, Adilson et al. **Dicionário de comunicação**: escolas, teorias e autores / organizadores Adilson Citelli... [et al.]. – São Paulo: Contexto, 2014, Pp. 100- 110.

CAMPOS, Antonia J. M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio M. **Escolas de luta** / Prefacio de Pablo Ortellado. - São Paulo: Veneta, 2016.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. Lisboa: fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na internet.** Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias.** Tradução Angela M. S. Correa. 2 ed., 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2019.

COULDRY, N.; CURRAN, J. (orgs.). **Contesting Media Power: alternative media in a networked world.** Lanham, MD, Rowman and Littlefield, 2003.

DIANI, Mario. Revisando el concepto de movimientos sociales. In: **Encrucijadas: Revista Crítica de Ciencias Sociales**, (9), 2, 2015, pp. 1-16.

DIAS, Cristiane. Resignificação: a pele do acontecimento. Posfácio. PAVEAU, M-A.; COSTA, J. L.; BARONAS, R. L. **Resignificação em contexto digital.** São Carlos, Edufscar, 2021, pp. 115-119.

EZEQUIEL, Vanderlei de Castro. Tensionamento discursivo em torno no movimento secundarista paulista, XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, com patrocínio da *Intercom* - **Sociedade Brasileira de estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2019, p. 1-15, 2019.

FAUSTO NETO, Antônio. Análise do Discurso. In: CITELLI, Adilson et al. **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores / organizadores Adilson Citelli... [et al.]**. – São Paulo: Contexto, 2014, Pp. 35-43.

FIORIN, José Luiz. Comunicação e Linguagem. In: CITELLI, Adilson et al. **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores / organizadores Adilson Citelli... [et al.]**. – São Paulo: Contexto, 2014, Pp. 74-82.

FORACCHI, Marialice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira.** São Paulo: Editora Nacional, 1977.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

GOMES, Mayra Rodrigues. Gilles Deleuze, Félix Guattari e Jacques Derrida. In: CITELLI, Adilson et al. **Dicionário de comunicação**: escolas, teorias e autores / organizadores Adilson Citelli... [et al.]. – São Paulo: Contexto, 2014, Pp. 379-387.

IANNI, Otávio. O jovem radical. In: BRITO, Sulamita (org.). **Sociologia da juventude**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

IBARRA, Pedro. Los estudios sobre los movimientos sociales: estado de la cuestión. In: **Revista Espanola de Ciencia Política**, v.1, n. 2, 2000, 271-290.

JAKOBSON, Roman. **Essais de linguistique générale**. Paris: Minuit, 1963.

JOSGRILBERG, Fábio. Cotidiano e sujeito ordinário. In: CITELLI, Adilson et al. **Dicionário de comunicação**: escolas, teorias e autores / organizadores Adilson Citelli... [et al.]. – São Paulo: Contexto, 2014, Pp. 92-100.

LE BON, G. **The crowd**. New York: Viking, 1985.

LE MOS, André. Tecnologia e cibercultura. In: CITELLI, Adilson et al. **Dicionário de comunicação**: escolas, teorias e autores / organizadores Adilson Citelli... [et al.]. – São Paulo: Contexto, 2014, Pp. 412-420.

LOURENÇO, Julia Costa. #EleNão: a hashtag salamandra nos entremeios da política brasileira. In: PAVEAU, Marie-Anne; LOURENÇO, Julia Costa; BARONAS, Roberto Leiser. **Ressignificação em contexto digital** / Prefácio: Dominique Maingueneau; Posfácio: Cristiane Dias. São Carlos: EdUFSCar, 2021, pp. 59-98.

MAIA, Lucas; TELLES, Gabriel. Reflexões sobre a organização estudantil. **Revista enfrentamento**, ano 11, n. 19, jan./jun. 2016, s/p.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar edições, 2005.

_____. **Cenas da Enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. Das razões para ler Resignificações em contexto digital. In: PAVEAU, Marie-Anne; LOURENÇO, Julia Costa; BARONAS, Roberto Leiser. **Resignificação em contexto digital** / Prefácio: Dominique Maingueneau; Posfácio: Cristiane Dias. São Carlos: EdUFSCar, 2021, pp. 9-14.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às comunicações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MELUCCI, Alberto. El conflicto y la regla: movimientos sociales y sistemas políticos. In: **Revista Sociológica**, v. 10, n. 28, 1995 (s/ pag.).

MENEZES, Ágata L.; GOMES, Raimunda A. L. A midiatização da luta dos estudantes secundaristas contra a reorganização do ensino proposta pelo governo do Estado de São Paulo. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, São Paulo-SP: 2016.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Identidade, cultura e política**: os movimentos estudantis na contemporaneidade. Tese de doutorado em Psicologia Social. PUC-SP, São Paulo, 2006.

MOIRAND, S. L'apport de petits corpus à la compréhension des faits d'actualité. In: **Corpus**, n. 18, 2018/2020.

MORALES DA SILVA, Mariana. **A constituição de leitores e autores pelas Teias discursivas**: os efeitos dos diálogos com a literatura no Ensino Fundamental. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, 2015.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 6ª. ed., Campinas: PONTES, 2005.

PAIVA, Raquel; GABBAY, Marcelo. Comunicação comunitária. In: CITELLI, Adilson et al. **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores / organizadores Adilson Citelli...** [et al.]. – São Paulo: Contexto, 2014, Pp. 43-53.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do Discurso Digital: dicionário das formas e das práticas.** Campinas: Pontes, 2021a.

_____. A resignificação na web social: princípios teóricos-metodológicos. In: PAVEAU, Marie-Anne; LOURENÇO Julia Costa; BARONAS, Roberto Leiser. **Ressignificação em contexto digital /** Prefácio: Dominique Maingueneau; Posfácio: Cristiane Dias. São Carlos: EdUFSCar, 2021b, pp. 19-57.

PAVEAU, Marie-Anne; LOURENÇO Julia Costa; BARONAS, Roberto Leiser. **Ressignificação em contexto digital /** Prefácio: Dominique Maingueneau; Posfácio: Cristiane Dias. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

PIOLLI, Evaldo; PEREIRA, Luciano; MESKO, Andressa S. R. A proposta de Reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. In: **Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), v. 2, n. 1, jan./jun. 2016, pp. 21-35.

PIOLLI, Evaldo; SALA, Mauro. O Novotec e a implementação da Reforma do Ensino Médio na rede estadual paulista. In: **Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), v. 5, n. 1, jan./jun. 2019, pp. 183-198.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 4ª edição. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** [trad. Eni P. Orlandi] 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux / organizadores François Gadet; Tony Hak; tradução: Bethânia S. Mariani... [et al.]. – 4ª Edição, Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, M.; HAROCHE, C.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (org.). **Análise de Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Letraria, 2020.

RECUERO, Raquel. Memes e dinâmicas sócias em weblogs: informação, capital social e interação em redes sócias na internet. Trabalho apresentado no XXIX **Intercom**, no GT de Tecnologias da Informação e comunicação, Brasília, set. 2006.

RECUERO, Raquel. Redes sociais. In: CITELLI, Adilson et al. **Dicionário de comunicação**: escolas, teorias e autores / organizadores Adilson Citelli... [et al.]. – São Paulo: Contexto, 2014, Pp. 403-411.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Pirre Bourdieu. In: CITELLI, Adilson et al. **Dicionário de comunicação**: escolas, teorias e autores / organizadores Adilson Citelli... [et al.]. – São Paulo: Contexto, 2014, Pp. 324-329.

SILVA, Juremir Machado da. Ideologia e poder na comunicação. In: CITELLI, Adilson et al. **Dicionário de comunicação**: escolas, teorias e autores / organizadores Adilson Citelli... [et al.]. – São Paulo: Contexto, 2014, Pp. 313-318.

SODRÉ, Muniz; YAMAMOTO, Eduardo Yuji. Comunicação e pós-modernidade. In: CITELLI, Adilson et al. **Dicionário de comunicação**: escolas, teorias e autores / organizadores Adilson Citelli... [et al.]. – São Paulo: Contexto, 2014, pp. 82-92.

SOUSA, Mauro Wilton. Práticas de pertencimento em comunicação. In: CITELLI, Adilson et al. **Dicionário de comunicação**: escolas, teorias e autores / organizadores Adilson Citelli... [et al.]. – São Paulo: Contexto, 2014, pp. 393-402.

SOUZA, Janice T. P. **Reinvenções da utopia: a militância política dos jovens dos anos 90**. São Paulo: Hacher Editora, 1999.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TARROW, Sidney. **El poder en movimiento**. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madrid: Alianza, 2009.

TILLY, Charles. **Social Movements, 1768-2004**. Boulder, CO, Paradigm, 2004.

TFOUNI, Leda. V. A. **Letramento e Alfabetização**. 8ª edição, São Paulo: Cortez, 2006.

TFOUNI, L. V. Escrita: remédio ou veneno. In: AZEVEDO, M. A.; MARQUES, M. L. (orgs.). **Alfabetização hoje**. São Paulo: editora Cortez, 1994, pp. 51-69.

VIANA, Nildo. **O movimento estudantil em foco**. Goiânia: editora Redelp, 2016.

VIZIBELI, D. Estudantes em luta: formações discursivas dos jovens hiperconectados contra a reorganização das escolas no Estado de São Paulo. In: **Muitas Vozes**, v. 5, n. 2, p. 359-376, 29 mar. 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ADORNO, Theodor. A indústria cultural. In: COHN, G. **Theodor Adorno: sociologia**. São Paulo: Ática, 1986.

BERELSON, Bernard. **Content Analysis in Communication Research**. Glencoe III: The Free Press, 1952.

BLUMER, H. **Collective behavior**. Indianapolis: Bobbs-Merrill Company Incorporated, 1957.

CARLÓN, Mario. **Circulación del sentido y construcción de colectivos**: en una sociedad hipermediatizada. 1a ed. San Luis: Nueva Editorial Universitaria - UNSL, 2020.

CARLÓN, Mario. **Sobre lo televisivo**: dispositivos, discursos y sujetos. Buenos Aires: Crujia, 2004.

CASTELLS, M.; TUBELLA, I; et al. **La transición a la sociedade red**. Barcelona, Ariel, 2007.

DIANI, M.; McADAM, D. **Social Movements and networks**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

GOHN, M. G. M. Movimientos Sociales, Democracia, Educación y los derechos en Brasil: 2013-2018. In: **Revista eletrônica do mestrado em educação ambiental**, v. 2, p. 55-71, 2019.

_____. Manifestações de Protesto nas ruas no Brasil a partir de 2013. In: **Revista diálogo educacional** (Impresso), v. 16, p. 125-146, 2016.

GUATIRRI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e poética**. Linguística e comunicação. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1969.

LASSWELL, Harold; ARORA, Satish K. **Political Communication**: Public Language of Political Elites in India and US. Canadá: Holt, Rinehart & Winston of Canada Ltd, 1969.

Lazarsfeld, Paul F.; Merton, Robert K. Mass Communication, Popular Taste, and Organized Social Action. In: PETERS, John Durham; SIMONSON, Peter. (orgs.). **Mass Communication and American Social Thought**: Key Texts, 1919-1968. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2004, pp. 230–241.

LIPOVETSKY, Guilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

_____. **Doze conceitos da Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola, 2020.

_____. Gêneros do Discurso e Web: existem os gêneros web? In: **Revista da ABRALIN**, São Carlos, v.15, n.3, p. 135-160, jul./dez. 2016.

MARINI, R. M. O movimento estudantil na América Latina. In: **Revista Movimentos Sociais**. Goiás, n. 1, jul./dez. 2016.

MARTINS, J. S. Sujeito multidão. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 mar. 2015. Caderno Aliás, p. E3.

McCOMBS, M.; SHAW, D. The Agenda Setting Function of Mass Media. In: **Public Opinion Quarterly**, 1972, n. 36, pp. 176-187.

MELUCCI, Alberto; MASSOLO, Alejandra. La acción colectiva como construcción social. In: **Estudios sociológicos**, v. 9, n. 26, 1991, pp. 357-364.

MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. London/New York: Verso, 2000.

MUNK, Gerardo. Algunos problemas conceptuales en el estudio de los movimientos sociales. In: **Revista Mexicana de Sociología**, ano LVII, n. 3, UNAM: 1995, pp. 17-40.

MUNCK, Ronaldo. Social Movements in Latin America: Paradigms, People and Politics. In: **Latin America Perspective**, 2020, pp. 1-20.

NEGRI, A.; HARDT, M. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. Pontes, 1999.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) [et al.]. **Gestos de Leitura**: da história no discurso. 3ª edição – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

POPPER, Karl. **Televisão**: um perigo para a democracia. São Paulo: Cultrix, 1995.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e estado**. v.21 n.1 Brasília jan./abr. 2006

SCOLARI, Carlos A. (Ed.) **Adolescentes, médios de comunicação y culturas colaborativas**. Transliteracy: H2020 Research and Innovation Actions, 2018.

SMELSER, N. J. Personality and the explanation of political phenomena at the social-system level: A methodological statement. In: **Journal of Social Issues**, 24(3), 1968, pp. 111–125.

TURNER, R. H.; KILLIAN, L. M. **Collective behavior**. Nova Jersey: Prentice-Hall, 1957.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

CASTELLS, Manuel. **Communication Power**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CITELLI, Adilson et al. **Dicionário de comunicação**: escolas, teorias e autores / organizadores Adilson Citelli... [et al.]. – São Paulo: Contexto, 2014.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **The Oxford Handbook of Social Movements**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: contexto, 2004.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do Discurso Digital**: dicionário das formas e das práticas. Campinas: Pontes, 2021a.